



Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Mestrado em Ciência da Informação



VALÉRIA JOSÉ SILVA SANTOS

MEMÓRIA DAS LUTAS NO CAMPO:
gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco

Recife
2015

VALÉRIA JOSÉ SILVA SANTOS

MEMÓRIA DAS LUTAS NO CAMPO:

gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Visualização da Memória.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo Lima.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

S237m Santos, Valéria José Silva
Memória das lutas no campo: gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco / Valéria José Silva Santos. – Recife: O Autor, 2015.
146 f.: il.

Orientador: Marcos Galindo Lima.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015.
Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Ciência da Informação. 2. Arquivos - Justiça do Trabalho - Pernambuco. 3. Justiça - História - Pernambuco. 4. Memória - Justiça - Pernambuco. I. Lima, Marcos Galindo (Orientador). II. Título.

020 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-184)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

VALÉRIA JOSÉ SILVA SANTOS

Memória das lutas no campo: gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 27/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr. Marcos Galindo Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª Dr. Lourival Holanda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª D^{ra} Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. D^{ra} Zeny Duarte de Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Programa de Pós graduação em Ciência da Informação

Av. Reitor Joaquim Amazonas S/N- Cidade Universitária CEP - 50740-570

Recife/PE - Fone/Fax: (81) 2126-7728 / 7727

www.ufpe.br/ppgci - E-mail: ppgciufpe@gmail.com



Aos meus filhos,

Dedico aos meus filhos, Edson Filho e Rebeca essa dissertação. Os queridos – Beca e Mano – são jovens maduros, de visão alargada, que com inteligência e compreensão ajudaram-me a refazer um sonho antigo. Esses companheiros navegaram ao meu lado por entre as calmarias e as tempestades da vida durante uma década, entre a graduação e o mestrado. Pacientemente, esses timoneiros esperaram pelo meu tempo de maturação e, quem sabe, minha chegada a um porto seguro. Obrigada!

Amo-os!

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, que mesmo não entendendo meu trabalho acompanhou-me.

A Poli, pela dedicação, companheirismo e ensinamentos de que o conhecimento não é instrumento de vaidade, mas veículo de humanização. Você é um modelo docente para mim.

À Grande Família, por torcer comigo confiando no meu desempenho e capacidade para chegar ao destino que tracei.

À Vera Acioli, pelo comprometimento ético com minha formação profissional.

Ao Professor Marcos Galindo sempre receptivo, entusiasmado com minha escrita. Convidou-me, já no primeiro encontro, para um *Grand Pas de Deux* mesmo sabendo do esforço que iria empreender para alargar meus saberes.

À Sandra Veríssimo, que um dia disse-me haver ouvidos para as minhas Histórias na Ciência da Informação.

Ao querido e nunca esquecido Professor André Seal.

À Dra e amiga Tatiana Brasil, por cuidar das minhas reminiscências.

Aos amigos, por entenderem as ausências e os silêncios tornando-se cúmplices dos meus ideais.

Ao quadro docente do PPGCI – UFPE.

Aos atores, que participaram dessa discussão científica como instrumentos de pesquisa ajudando-me a tecer essa narrativa.

À FACEPE, pelo apoio financeiro aos meus projetos acadêmicos.

Tecendo a Manhã

*Um galo sozinho não tece uma manhã: ele
precisará sempre de outros galos.*

*De um que apanhe esse grito que ele e o lance
a outro; de um outro galo que apanhe o grito
de um galo antes e o lance a outro; e de outros
galos que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo, para que
a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo,
entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos, se
erguendo tenda, onde entrem todos, se
entretendo para todos, no toldo (...).*

João Cabral de Melo Neto (1966)

RESUMO

A dissertação explora o fenômeno social de gestão memorial em Pernambuco em seu contexto social. A pesquisa tomou como estudo de caso o Arquivo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/Universidade Federal de Pernambuco. Processos trabalhistas são recursos de informação de valor memorial. Os tutores destes estoques documentais relatam ausência continuada de financiamentos públicos. Essa circunstância impediu o acesso e o atendimento das demandas da clientela de interesse. O estudo enfoca o impacto do fenômeno social do encobrimento, ou do esquecimento, na formação de estoques de registros de interesse memorial e a ausência de políticas de memória por parte do poder público. A pesquisa teve como objetivos conhecer, identificar, levantar, descobrir e qualificar o conjunto de fenômenos sociais que ancorados em práticas custodialistas levam ao abandono dos lugares de memória. Assim a investigação buscou entender o porquê do fenômeno custodialista e as razões de sua permanência em contextos contemporâneos. A estratégia de investigação apoiou-se em documentos verbais e não verbais para operacionalizar a análise de conteúdo dos dados coletados. Essa apreciação crítica fez-se por meio da concepção construtivista social para dar sentido aos significados das fontes para compreender a complexidade da realidade observada e como forma de contemplar os objetivos propostos. O estudo realça a adoção da concepção de Sistemas Memoriais – mais especificamente da Rede Memorial Pernambuco – como categoria de trabalho para refletir estratégia às circunstâncias de um sistema em crise. A fundamentação teórica é constituída por discussões no âmbito da memória, instituição memorial, registro informacional, paradigma custodial e pós-custodial. Essa dissertação orienta-se na complexidade sistêmica que atua como instrumento lógico capaz de ampliar a visão do que subjaz no fenômeno social de custódia memorial arquivística. Implica, portanto, na observação das perspectivas de visão de mundo adotadas na contemporaneidade e o vislumbre de outra, ou *novo modelo* de realidade teórica e prática, como possível solução para a crise da memória.

Palavras-chave: Arquivo. Memória e História da Justiça em Pernambuco. Custodialismo. Pós-custodialismo. Rede Memorial Pernambuco.

ABSTRACT

This dissertation explores the social phenomenon of management in public record office repository of the labor claim in Pernambuco in their social context. The search took as corpus the Archive of Regional Court of the Work of the 6TH Region/ Federal University of Pernambuco. The Labor Claims are information resources of high memorial value. The managers of these archives report continued absence of public funding. This circumstance prevented access and the attending to the demands of clientele of interest. The study focuses on the impact of the social forgetting phenomenon, in the formation of inventory of records of interest memorial and the absence of policies to memory on the part of the public authority. The research aimed to find out, identify, raise and describe the set of social processes anchored behind of custodialists practices that lead to the abandonment of the places of memory. The research sought to understand why the custodial phenomenon and the reasons for their stay in contemporary contexts. The research strategy was supported by documents in verbal and non-verbal to operationalize the content analysis of the data collected. This critical assessment was made by means of design social constructivist to make sense of the meanings of the sources to understand the complexity of the observed reality and as a way to contemplate the proposed objectives. The study highlights the adoption of Systems design Memorials - more specifically the Network Memorial Pernambuco - as category of work to reflect strategy into the circumstances of a system in crisis. The theoretical foundation is composed of discussions within the memory, institution memorial, record informational paradigm, custodial and post-custodial. This dissertation focuses on systemic complexity that acts as logical instrument capable to extend the vision of what underlies the social phenomenon of custody in memorial archives. Therefore requires the observation of the prospects for world vision adopted in contemporaneity and the glimpse of another, or new model of reality theory and practice, as a possible solution to the crisis in memory.

Keywords: Archives. Public Record Office. Memory and History of Justice in Pernambuco. Custodialism. Post-custodialism. Network Memorial of Pernambuco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGTRT6^a	Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6 ^a Região
APJE	Arquivo Público Jordão Emerenciano
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em CI
CI	Ciência da Informação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivo
CTCM	Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória
DCI	Departamento de Ciência da Informação
DOPS	Delegacia de ordem Pública e Social
FACEPE	Fundação de Amparo à ciência e a Pesquisa de Pernambuco
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IAHGP	Instituto Artístico Histórico e Geográfico de Pernambuco
IES	Instituição de Ensino superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRB	Instituto Ricardo Brennand
JC	Jornal do Commercio IAHGP
JCJ-PE	Junta de Conciliação e Julgamento de Pernambuco
JT	Justiça do Trabalho
MCR	Museu da Cidade do Recife
Minc	Ministério da Cultura
NEADE	Núcleo dos Estudos Agrários
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
Petrobras	Petróleo Brasileiro S/A
PNC	Plano nacional de Cultura
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RM	Rede Memorial
RMP	Rede Memorial de Pernambuco
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
TRT6^a Região	Tribunal Regional do Trabalho da 6 ^a Região Pernambuco
TRT6^a/UFPE	Arquivo do Projeto Memória e História TRT6/ UFPE
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CASO EU CONTO COMO CASO FOI: MEMÓRIAS DO ARQUIVO DO TRT6ª/UFPE	34
3 GUARDA MEMORIAL ARQUIVÍSTICA CUSTODIAL E NOVA DISCUSSÃO PARADIGMÁTICA	42
3.1 CUSTÓDIA ARQUIVÍSTICA, MEMÓRIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	47
4 COMPLEXIDADE E PENSAMENTO SISTÊMICO: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	51
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
5.1 REDE MEMORIAL PERNAMBUCO: INSTRUMENTO LÓGICO, PRÁTICA COLABORATIVA PARA SUPERAR CRISES	60
6 ANÁLISE PARCIAL DO PANORAMA LOCAL: DOMÍNIOS DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA EM PERNAMBUCO	70
6.1 TESTEMUNHOS: FRAGMENTOS DE PRÁTICAS DE GUARDA E PERSPECTIVAS PÓS CUSTODIAL	71
6.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	75
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – TABLEA DE HYPERLINKS	120
ANEXO A - CARTA DO RECIFE	122
ANEXO B- CARTA DO RECIFE 2.0	134
ANEXO C - MANUAL DE RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE RESGATE DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	139
ANEXO D - FOLDER DO SEMINÁRIO/OFICINA DIGITAL: INTERLIGANDO ACERVOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	143
ANEXO E – SÍNTESE TEMÁTICA DE INTRODUÇÃO À ENTREVISTA	144
ANEXO F - TRIBUNAIS UNIDOS PELA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO	145

1 INTRODUÇÃO

À Maria Antônia Alves, *in memoriam*.

Maria Antonia Alves, brasileira, analfabeta, trabalhadora rural - ora citada como rurícola - e solteira, trabalhava há 18 anos no Engenho Palmeira, terra de propriedade da Usina Jaboatão. Reclamou - assistida pelo seu sindicato - à Justiça do Trabalho o recebimento de 13º salário, férias, indenização. Alegou que o empregador, após todos os anos de serviço prestados, determinou como tarefa diária o volume de 130 cubos de terra para limpa de soca, enquanto o sindicato já havia estipulado 80 a 100 cubos. A tarefa diária imposta foi tida com um serviço impossível de fazer sozinha - "tarefa não concluída humanamente em tempo hábil". A rurícola só conseguia terminar a tarefa quando auxiliada pelos dois filhos, pois, a primeira limpa de soca "além de dura, era emaranhada". "No entendimento de quem conhece a realidade, o pior mato a ser limpo". Em testemunho de defesa da Usina, o preposto - representante legal do empregador - fala sobre a trabalhadora: "é uma mulher alquebrada pelos sofrimentos de uma vida tumultuada e acidentada", mas que isso não era de responsabilidade da Usina. Maria Antonia a época do litígio estava com quarenta e nove anos. (PERNAMBUCO, 1968).

“Uma pesquisa é um comprometimento afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa” (BOSSI, 1994), esse estudo não foi diferente. Este trabalho foi inspirado nos e dedicado aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, rurais e urbanos, que com suas lutas e memórias iluminaram minha escrita. Assim, sem ser um resgate histórico, essa pesquisa quis dar por outros caminhos a devida vênias aos homens, mulheres e crianças submetidas às vicissitudes e contradições do sistema capitalista, particularmente o agropecuario. Mas que, como atores sociais, vêm transformando seus cotidianos de luta, vida e trabalho em significados que dão sentidos à história deste país. Esse breve relato tece parte da realidade social na qual a memória coletiva da Justiça do Trabalho e do trabalhador brasileiro fermentou-se durante o século passado. É peça documental, registro memorial existente no acervo que foi resgatado do esquecimento pelos pesquisadores da UFPE.

Nos domínios da Ciência da Informação, a pesquisa que ora apresenta sua primeira face, aponta para o entendimento de uma realidade crucial na qual as questões da informação contida nos bens memoriais estão circunscritas. Tem como corpus, parte do acervo do arquivo da Justiça do Trabalho de Pernambuco, que está sobre a tutela da Universidade Federal de Pernambuco. Esse estoque de informação é constituído por processos trabalhistas que abrangem o conturbado período político de 1941 a 1985. A informação memorial dos processos trabalhistas representa fragmentos de vida de um povo. São constructos informacionais socioculturais nacionais, signos coletivos cujos sentidos abarcam pertencimento do cotidiano das práticas de empregados, empregadores, operadores do direito

trabalhista e da Justiça do Trabalho. Os processos trabalhistas têm, entre outras, a natureza de registro memorial e como tal constituem-se como recursos informacionais (HJØRLAND, 2000, p. 35), motores à produção de conhecimento de uma sociedade.

Não é objeto de análise a reconstituição historiográfica, mas nos servimos da história como instrumento especializado para tecer os fios da narrativa que explora e descreve como objeto de pesquisa o fenômeno social do esquecimento. Esquecimento que causa impacto às gerações futuras, à medida que deixa de reverberar experiências humanas relevantes. Tornando desconhecida uma memória coletiva que, em última análise, é lastro cultural dos sujeitos sociais, tal qual a construção poética de João Cabral de Melo Neto, *Tecendo a Manhã*. Pois, *um galo sozinho não tece uma manhã*, nem o sujeito sozinho tece-se culturalmente, é (re) significando sua experiência que o indivíduo, tecendo-se na trama do outro, se organiza como um tecido social. Essa reflexão ata-se também aos fios da narrativa de Geertz (1978), quando conceitua cultura e que, já entrelaçada nas tramas conceituais de Marx Weber, diz: “o homem é um animal preso a uma teia de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1978, p. 10).

Assim, os povos constituíram-se como civilizações por meio da produção de registros do conhecimento. O que baliza a Pré-História da História é o surgimento das inscrições rupestres. É já pressuposto que a articulação dos sons pela voz, no processo de construção da fala, – da oralidade – é ação anterior à escrita, mas é no registro textual que se corporifica o vocábulo, se criado o relato registrado de memória. Como diziam os romanos, *verba volant scripta manent*¹.

Esses conhecimentos nas antigas sociedades tornaram-se epopéias, narrativas religiosas, normatizações legislativas. Os gregos por muitos séculos transmitiram oralmente suas tradições por meio de narrativas heróicas como a *Ilíada*, *Odisséia* e *Histórias de Heródoto de Halicarnasso*, posteriormente transformados em registros textuais. Os babilônios alicerçaram sua hegemonia entre os povos da Mesopotâmia com o *Código de Hamurabi*, os Judeus construíram seu modo de vida balizados na *Torá*, o *Alcorão* transformou-se na narrativa social do Islã desde *Maomé* e os cristãos têm na *Bíblia* sua escritura sagrada. O *Direito romano* – oratória e *catilinárias* dos magistrados – fez-se regimento do povo e lei do universo ocidental como legado cultural que transitou da antiguidade clássica à modernidade para dar substrato aos *Direitos Fundamentais*, motor de normativas sociais, baliza de questões de cada tecido social frente às demandas de vida e trabalho do homem. As experiências

¹ *Verba volant scripta manent* - Expressão latina. Significa “as palavras voam; a escrita permanece (MANGUEL, 2005).

apreendidas, articuladas e contextualizadas por meio das competências cognitivas humanas tornaram-se, assim, memórias.

A capacidade da natureza humana de inter-relação com o meio demanda contínuo processo de interação e reelaboração das experiências como meio de produção dos alicerces de herança cultural. O homem atual nunca partirá do momento antropológico zero, nunca será como um tigre, que por natureza está incapacitado a apreender cognitivamente suas experiências e as transformar em práticas, ou ritos.

Todo tigre é um primeiro tigre; deve começar desde o princípio sua profissão de tigre. Mas o homem de hoje não começa sendo um homem, mas, ao contrário, herda as formas de existência, as idéias, as experiências vitais de seus ancestrais e parte, portanto, do nível representado pelo passado humano acumulado sob seus pés. (ORTEGA Y GASSET, 2006).

A essa condição humana mais subjetiva elencam-se características fisiológicas peculiares, entre elas o efeito de pinça dos dedos polegar e indicador que impulsionou uma primeira inferência dos seres do ramo homo à concepção criativa na medida em que permitia a este desenvolver ferramentas. E dessa história de longa duração emerge no tempo presente a sociedade da informação e do conhecimento, na qual os indivíduos ou grupos seguem disputando o protagonismo para enquadrar sua memória como a oficial.

A prática memorialística, todavia, não se faz arbitrariamente. Há limitações, "existem cronologias plurais, em função do seu modo de construção e também em função de uma vivência diferenciada das realidades" (POLLAK, 1992, p.210). A consolidação de uma memória coletiva faz-se e refaz-se entre luta e resistência. Não há absorção totalizante, ou passiva, dos indivíduos e de seus grupos com a conjuntura hegemônica. Desses embates coletivos surgem as possibilidades de sobreposição de camadas culturais subjetivas que se modelarão conforme o regime de historicidade vigente e estarão relativamente visíveis como práticas coletivas adotadas socialmente.

O ato de registrar continuamente e em escala sempre crescente a memória, como prática consuetudinária, consolida o lastro cultural das sociedades. A produção e o acúmulo da informação das experiências e ritos sociais foram ao longo dos tempos modelando os modos de custódia e delineando os lugares de guarda desses bens. Assim, as sociedades vêm seguindo frente à produção, compilação e custódia dos seus registros de memória. O diferencial no tempo presente é a possibilidade do auxílio de ferramentas tecnológicas na missão de produção, conservação, preservação e recuperação em massa da informação memorial. Para Holanda (2012) o extraordinário dessa realidade contemporânea, do uso da

tecnologia no campo das possibilidades da memória, é a velocidade com que as informações transitam nos dispositivos de comunicação.

Para o autor, tal ocorrência pode estar ligada à desconstrução da fixidez topográfica do documento, que ele teoriza como “o desfazimento da territorialidade” (HOLANDA, 2012, p. 7), pois, continua o autor: “a memória, em sua função arquivística, já não fica confinada a apenas um espaço”. O uso da tecnologia no arquivo tornou o registro documental de papel em combinações eletrônica de byte, e seus múltiplos, cuja natureza configura-se como virtualmente, pelo suporte digital.

A análise, portando, voltada às ocorrências contemporâneas que perpassam o campo da memória arquivística, explora o fenômeno social da custódia memorial registrada, frente à inerente crise da memória no país. Essa existência pode ser refletida, entre outras características, pelo fluxo entre o esquecimento e a lembrança, que é terreno dotado de complexidade tal qual um bioma. A memória é matéria passível do domínio de muitos, mas ainda de pouco entendimento, pois a realidade na qual se aloca, não raro é observada à superfície, de forma simples, óbvia e muitas vezes descurada. É visão estreita que pode se tornar senso comum, à medida que não se penetram nas teias desse fenômeno social para se empenhar das subjetividades, relativismos dessa, e dar sentido aos significados dos percursos da memória nesse país. Em fato, a memória é campo fértil, mas também eivado de vícios. Está contaminada por relações políticas, sociais e econômicas danosas, que contraditam uma existência que prenuncie bonança, exuberância, ventura, calma, harmonia a um ente público memorial.

A realidade paradoxal na qual os museus do país estão submersos não deixa dúvida sobre a natureza perversa e desidiosa dada às questões da memória por aqui. É situação de contradição viver-se em um país que se pode comemorar e, não sem motivos, a existência de um museu como o *Cais do Sertão*², em Pernambuco, para poucos meses depois ficar estarecido com o fechamento do maior museu da América Latina – o museu do *Ipiranga* no Rio de Janeiro³.

Esse estudo volta-se, assim, para conhecer essas peculiaridades na gestão dos fluxos de informação memorial registrada em Pernambuco que, pelas fontes consultadas e exploradas no decorrer dessa análise, reflete parte do Brasil. As análises apontam para uma

² Localizado em Recife- PE, o Museu Cais do Sertão foi inaugurado em abril de 2014, com uma realidade de gestão memorial pós- custodial. Entre elas destacam-se a interoperatividade e o acesso que, impulsionadas pelo uso das novas tecnologias, são características facilmente identificadas pelo usuário seja em visita guiada, ou não.

³ Conferir matéria intitulada A Ruína dos Museus, na coluna de Elio Gaspari, publicada no Globo, de 18 de janeiro de 2015.

cultura de desprestígio com os registros arquivísticos memoriais institucionais, mesmo os documentos que estão subordinados às instituições governamentais como este estudo de caso. No senso comum, o fluxo de informação memorial e o seu lugar de guarda são dispositivos culturais relegados à omissão e descaso pelo poder público, como é o caso dos Arquivos públicos e, às vezes até da inexistência dele em uma realidade social, como a do Estado da Paraíba. Segundo relato de uma gestora, usado como instrumento de pesquisa dessa dissertação, os documentos do período da Ditadura Civil Militar do Estado da Paraíba estão guardados na UFPB. Os acervos memoriais arquivísticos, estão, não raro, à mercê das escassas reservas de capital do governo, ou da instituição produtora do registro memorial, caso esse que não contempla o Arquivo do TRT6/UFPE.

A pesquisa tem por objetivo⁴ geral qualificar o conjunto de fenômeno social que se desenvolve no entorno da realidade de guarda da memória arquivística. Essa realidade faz-se representar cotidianamente por meio de práticas de custódia tradicionais, as quais podem levar à perda e abandono da memória arquivística. Por objetivos específicos o estudo visa: 1) investigar por que a prática de gestão memorial ao modo custodial tradicionalista persiste em Pernambuco; 2) identificar os fatores que contribuem para a permanência dessa realidade de gestão arquivística memorial; 3) Levantar e conhecer a experiência de preservação arquivística do fluxo de informação memorial gestado no âmbito da Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco. Esse sistema de informação memorial atua de forma colaborativa e interoperativa para promover difusão e amplo acesso aos seus recursos de memória.

A fundamentação teórica da pesquisa lastreia-se na teoria da complexidade para entender uma realidade social frente à subjetividade de seus processos e também pela já discutida crise permanente da memória no país e que se deixa refletir nas ocorrências em Pernambuco. O caso do arquivo do TRT6^a/UFPE é um exemplo, mas situação com das bibliotecas públicas do município do Recife também não ajuda a reverter à percepção de que existe uma cultura de descuido com a memória entre nós. Utiliza-se o referencial da complexidade, portanto, como lente para ampliar a capacidade de visão do que subjaz nessa realidade, por meio das acepções de Capra (2013) e Morin (2011). A análise abrange também o pensamento sistêmico com Bertalanffy (2012), Vasconcelos (2013), Uhlmann (2002),

⁴ A descrição - especificação dos objetivos dessa pesquisa, no transcorrer da narrativa, toma, não raro, arranjos vocabulares diferentes, mas, como sinônimos que em fato são compõem sentidos semânticos, ou conceituais semelhantes, para dar fluidez ao texto.

Kasper (2000) e Prado (2014), à medida que elenca novos entendimentos aos domínios da gestão memorial, que na atualidade demanda uma existência pós-custodial (RIBEIRO, 2005).

O pensamento sistêmico é apreendido nesse estudo para além do senso comum, “trivial ou óbvio”, de coisa concreta como em um sistema fechado, mas visto como universo, ou o corpo, onde as partes interrelacionam-se. Essa visão é tida na pesquisa como “constructo simbólico, sistemas abstratos, sistemas conceituais correspondendo à realidade” (BERTALANFFY, 2012, p. 16).

A adoção da teoria da complexidade imbricada ao pensamento sistêmico nessa pesquisa implica ajuizar novas questões paradigmáticas à instituição Arquivo e seu fluxo informacional, refletindo sobre as limitações de visão de mundo ainda presentes na realidade, mas também expõe possibilidades. Essa abordagem vislumbra *novo modelo*⁵ de realidade – teórica e prática – que leve ao equilíbrio ou arrefecimento da crise dos recursos de memória arquivística em Pernambuco e às mudanças paradigmáticas no campo científico e sociocultural. Transformações já não tidas como novidade, pois, a visão sistêmica de mundo integrado e holístico remonta, resguardando-se o tempo e espaço correspondente, às antigas civilizações (UHLMANN, 2002, p.4). Esse autor, citando Abbaganano, expõe que no século II, Aristóteles já buscava compreensão e entendimento para tudo, pois todas as coisas dispostas no mundo tinham significado e importância.

A visão de mundo mecanicista, contudo, atrelada à conjuntura de desenvolvimento científico – Teoria para o Progresso⁶ – domina a cena mundial até o início do século XX quando surgem os questionamentos aos dogmas da ciência. A crise da modernidade como fenômeno social da realidade contemporânea há muito se expõe como a abertura de uma ferida narcísica diante da perda que a natureza humana sofreu com a prova material do relativismo, fazendo cair por terra a certeza, da crença na ciência como resposta total. O

⁵O conceito de *novo modelo* utilizado nesse estudo é o fundamentado por Maria José Esteves de Vasconcelos (2013, p. 39) frente a sua definição de paradigma científico, nas concepções de Capra (1988) – *novo paradigmático* – e de Kuhn (1970) que tem paradigma como *conjunto de crenças e valores subjacentes à prática científica transdisciplinarmente*.

⁶ Teoria para o Progresso foi fruto de um conjunto de parâmetros reflexivos para nortear a construção do conhecimento – mais especificamente – dos saberes da ciência, que, entre a hipótese e a dedução, traçou novos rumos às sociedades por quase quatro séculos, até entrar em crise. Esse tempo histórico – Modernidade – fermentou a ideia de progresso como iluminação à mente humana para que por meio da razão, lógica, dedutível e rigorosamente provável por leis positivas ocorresse à saída das trevas da ignorância da fé. Esse paradigma alicerçado no método científico, ou na razão instrumental passa ser contestado com o surgimento de outras correntes de pensamentos, no início do século XX. O fundamento epistemológico dessa teoria, em síntese, esteve atrelado ao desenvolvimento tecnológico das máquinas, à transformação da produção de capital e trabalho, à queda do “Antigo Regime” e ao crescimento do tecido urbano. Essas condições de vida seriam pressupostos à felicidade dos seres humanos. Os filósofos positivistas alicerçaram seus argumentos buscando a verdade das coisas e da natureza na prova material, documental e experimental, “já que pela razão, o homem se libertaria tanto da superstição como do despotismo” (ZAIDAN, 1989, p. 15).

método científico cartesiano foi posto em xeque! A observação reducionista, a análise das partes (características) para o entendimento do todo passa a não contemplar o que está no interstício de uma realidade, ou seja, o que lhe é inter-relacional e contextual.

A revisão bibliográfica também é inserida na pesquisa, alinhavando os conceitos da Ciência da Informação, tais como: memória, fluxo de informação arquivístico, instituição de memória arquivística, registro memorial (documento) e políticas públicas de guarda memorial à problematização social de gestão de memória. A metodologia da pesquisa faz um recorte atual do panorama de gerência dos recursos memoriais em Pernambuco por meio dos instrumentos de coleta de dados como entrevistas, revisão teórica, pesquisa documental em fontes institucionais e midiáticas. Esses dados perpassam o método de análise de conteúdo identificando práticas de custódias empregadas ao fluxo de informação memorial arquivística em Pernambuco e apontando à realidade de guarda desses bens arquivísticos em rede de colaboração, como a ideia da memória em Rede (Anexos A e B).

A motivação à pesquisa tem relação com as inquietações quanto ao destino dos registros memoriais da Justiça do Trabalho (JT). Na atualidade, o Arquivo TRT6^a/UFPE – organismo tutor da documentação – encontra-se em estado letárgico, sem financiamento, sem interoperatividade, sem contemplar as demandas, não sendo assim, de fato, uma instituição memorial. Não há coexistência arquivística memorial desse acervo com sua instituição produtora, a exceção do que está disponibilizado no site oficial⁷. Não há também práticas acadêmicas ou institucionais continuadas de recuperação dessa informação dentro de um modelo pós-custodial.

Silva e colaboradores (2009, p.27) defendem que isto implica em:

procedimentos de controle da informação, de criação de meios de acesso às referidas memórias e de desenvolvimento de dispositivos susceptíveis de acionar os meios de acesso, com vista à recuperação da informação armazenada.

E concluem os autores: “Tais procedimentos são, naturalmente, objeto do trabalho dos profissionais que desempenham funções, nos mais diversos sistemas de informação”. (SILVA et al, 2009, p. 27).

Toda instituição tem missão social específica e os registros produzidos são seu lastro de memória, “urge promover-se o acesso largo às fontes a quem delas possa fazer uso, como forma de garantir a preservação a partir da oferta de acessibilidade e assim promover com versatilidade e eficiência a pesquisa” (GALINDO, 2010, p.190). Nesse campo de abstração, no campo da difusão e acesso da informação, a escrita também passa a refletir a

⁷ Hiperlink 1: [Site do TRT6 Região](#)

problematização no campo de algumas normativas que guiam as práticas arquivística, como é o caso da Declaração Universal sobre os Direitos dos Arquivos (DUA).

Desde a aprovação da DUA, a comunidade científica que transita no campo da Ciência da Informação celebra os princípios como marco histórico, principalmente quando o documento declara que arquivo é bem memorial “único e insubstituível transmitido de uma geração a outra”. Os esforços entre esses saberes voltam-se para que gestores de documentos e informações, bem como as instituições de memória, entendam a declaração como ação normativa positiva que deve ter uso sistêmico. Com isso, espera-se que a teia profissional arquivística passe a adotar a DUA como um tratado às boas práticas de preservação⁸, pois “o livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida”, pressupostos da prática pós-custodial⁹.

Normativas como a disposta tornam-se pressupostos de ações protetivas, passos decisivos à gestão arquivística consciente. “Muitas vezes saudada com caráter redentor a legislação arquivística tende a ser considerada como marco zero de uma nova era arquivística” (JARDIM, 2003, p. 38). Contudo, diante de argumentos pragmáticos voltados à eficácia e à economia institucional as normatizações distam-se do senso comum de prática de desenvolvimento sociocultural. Essas discussões perpassam a análise à medida que a prática de seleção natural da memória pelo esquecimento, pela prática racional imposta aos estoques de informação, aquelas práticas arquivísticas, que Barreto (2000) teoriza como “ineficiência operacional desejada” (p.11), tende à atitude arriscada e desarticulada de preservação dos registros memoriais. Em verdadeiras “tragédias da memória”, diz Galindo (2005, p. 4). Essa análise pode ser ratificada com Silva e outros (2009) quando ajuízam o arquivo como um “sistema de informação específico e coerente”, no qual as teorias fundantes da arquivística, a exemplo das três idades, representam práticas arquivísticas danosas aos fluxos de informação. Em tempos de *boom* da informação essas legitimações teóricas e práticas costumeiras de cada sujeito e lugar, longe de responder aos problemas dos estoques de informação tornam-se recurso cotidiano de desagregação do todo arquivístico pela redução de suas partes. Análises como a descrita pode e deve ser colhida como memória pretérita de uma instituição produtora de registros, como o exemplo do Tribunal de Justiça de Pernambuco que no final do século passado, não sabendo como conduzir a preservação de sua documentação aceitou a guarda de

⁸ A expressão idiomática - “*boas práticas* (de preservação)” - utilizada na pesquisa é o termo adjetivado para fazer a relação com práticas arquivísticas pós-custodial, nas quais se podem identificar técnicas eficazes para contemplar às demandas da guarda memorial na contemporaneidade.

⁹ A Declaração Universal sobre os Direitos dos Arquivos (DUA) foi aprovada no ano de 2010.

parte dos seus registros do século XIX pelo IAHGP, pois ainda não havia um arquivo geral, nem um memorial. Essa estratégia foi tida pelo TJPE como medida emergencial e paliativa, dela não ocorreu acomodação, ou despreocupação com sua memória, ao contrário reviu-se a causa e se militou em favor dela.

Hoje, o TJPE é instituição memorial reconhecida pelas suas práticas de gestão memorial arquivística no Brasil, e seus gestores ainda pensam em melhoras, pois *para um gestor que tenha ou não dificuldade, por mais que tenha obstáculos, ou não, alguma coisa vai passar*, conclui a entrevistada. Nesse sentido seu discurso tece apreciações de que, nesse passar alguma coisa, é preciso estar atento, nas questões da formação continuada do profissional, na absorção das novas tecnologias, no diálogo solidário com outras instituições, na militância por ação protetiva das políticas públicas. O realce em sua fala é incisivo quando diz que quem produz tem que gestar, que *nunca foi feito o descarte no Tribunal, quando aconteceu foi porque o cupim comeu, a água deu, o fogo deu coisas que não foram programadas. A gente esta com a minuta da tabela de temporalidade pronta, só a tabela da área fim dá 640 páginas, porque a gente fez uma lista com todos os assuntos dos documentos para avaliar com critérios de descarte.*

Não havendo critérios racionais como os descritos acima, tem-se destituído a característica inter-relacional e sistêmica que deve ter um arquivo frente ao fluxo informacional que produz. A realidade arquivística do TJPE é exceção e coexiste no meio à prática custodialista tradicional, mas que já desponta como prática pós-custodial, à medida que coloca como objetivo do acervo, o acesso. Mesmo na eminência de eliminar alguma informação, ou descartar, a instituição tem parâmetros a seguir: *vamos descartar sim, mas dentro dos critérios que têm que se analisar*, sintetiza a gestora entrevistada.

Essa pesquisa concebe-se, portanto, por meio da observação crítica do conjunto de fenômenos sociais como entendimento dos significados das experiências e práticas coletivas frente ao relativismo e possibilidade de cada tecido social, pois “o que é real para um monge tibetano pode não ser real para um homem de negócios americano” (BERGER, 2013, p. 13). As análises transitam entre exemplos observados em práticas, sujeitos e instituições que compõem a teia de uma realidade de custódia memorial arquivística e estão no campo acadêmico da Ciência da Informação, mais especificamente, na linha de pesquisa Memória da Informação Científica e Tecnológica, que estuda a preservação dos registros do conhecimento como herança de uso fruto às gerações futuras.

Nesse âmbito de percepção social, o ofício do cientista da informação busca reflexão complexa e concatenada da realidade e não por observação analítica de suas partes como

modelo de entendimento do todo. O pensamento sistêmico emerge, assim, como um caminho de análise pela natureza de complexidade de um fenômeno social de guarda e conservação de registros memoriais arquivísticos frente às variáveis que atuam nessa realidade. Um fenômeno social não é linear, transcende a relação simplista de causa e efeitos, a partir desse contexto conceitual das ocorrências de uma realidade, a problematização busca lastro em campo disciplinar diverso, como o da Economia, quando Prado (2014, p. 185) teoriza os paradoxos da causalidade.

Nesse estudo o autor trabalha a concepção de inter-relação na dinâmica de causa e efeito para alargar a visão e compreender a complexidade da realidade na qual a crítica à política economia inscreve-se. Toma-se de empréstimo a sua consideração para também, analogamente, se alargar a compreensão das variáveis de causas-efeitos do fenômeno social de guarda arquivística memorial, pois, “reclama que se passe a pensar os processos reais, como dinâmicas de interação altamente complexas em que as causas são, ao mesmo tempo, efeitos e os efeitos, ao mesmo tempo, causas” (PRADO, 2014, p. 186).

A questão do uso do pensamento sistêmico via teoria da complexidade como instrumento de análise nessa escrita é também revista pelas discussões de Tórres (2005) sobre uma nova visão de mundo, não mecanicista, para as questões da realidade de gestão estratégica das organizações. É também outro campo disciplinar pertinente a esse estudo uma vez que o teórico pensa uma realidade social como “domínio coletivo” impregnado de conexões de causa-efeito:

A monocausalidade é exceção não regra. O que ocorre com mais frequência são os efeitos de múltiplas interações. O observador faz parte, afeta e é afetado pela realidade observada, logo, não existe uma única resposta certa. Existem muitas respostas certas e, às vezes, paradoxais – contraditórias e complementares ao mesmo tempo. A realidade é um todo complexo em contínuo movimento em que todos os componentes estão interconectados num diálogo sem fim (TÓRRES, 2005, p. 6).

Assim, no já explicado sobre que nos processos sociais, não há – salvo diante de manipulação da realidade – padrão de linearidade, não há hierarquia de um evento sobre o outro, pois uma pequena causa pode produzir efeitos significativos. Como também, simples efeitos não desabilitam as ocorrências causais de grandes proporções. Esse contexto de relação causa-efeito deve perpassar à análise, pois mesmo havendo uma expressão social ingênua, ela pode produzir efeito(s) significativo(s). Das proposições já dispostas acerca da realidade complexa de um fenômeno de guarda memorial pode-se trazer à escrita como

instrumento de observação a lógica do efeito borboleta¹⁰. Autores já referendados nessa escrita, como Prado (2014), teorizam que mesmo diante de um sistema ideal – matemático – há inúmeras possibilidades causais que podem alterar o resultado final da observação de uma realidade.

A exploração do pensamento sistêmico, antes de ser entendida como amarra teórica, faz-se da necessidade de uma percepção alargada e contextualizada das ocorrências – causas-efeitos – existentes na realidade de custódia memorial arquivística, e assim servir de subsídio para contemplar os objetivos propostos. Busca-se entender um fenômeno social não pelos fatos, como eventos estanques, mas pelo padrão comportamental que se alternam numa mesma realidade e se tornam recorrente, como por exemplo, o processo cultural que está enraizado no modelo mental de custódia memorial arquivística em Pernambuco.

O entendimento da complexidade de um fenômeno social e a interdependência da relação causa-efeito encaminha à questão norteadora dessa pesquisa, corroborada teoricamente pela pergunta proposta por Derrida (2001): “a quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo, em Pernambuco (grifo nosso)?” (DERRIDA, 2001, p. 7). Ou melhor, a quem cabe a autoridade de gerenciar fluxo de informação memorial arquivística? É relevante contextualizar que nessa escrita o estudo do fluxo desloca o olhar da “coisa informacional”¹¹, para a dimensão dos processos, com foco em suas conexões, ou sinapses, efeitos ou ligaduras. Busca-se, com a visão complexa, entender a dinâmica e os movimentos que dão permeabilidade as coisas da memória.

As discussões teóricas levantadas como instrumentos de análise pertinente à observação de uma realidade, em realce nesse estudo pela realidade de custódia de fluxo memorial arquivístico são lastros para trabalhar criticamente o caso do Arquivo TRT6^a/UFPE. Pois, por quatro anos esse arquivo tentou estabelecer-se em pedra e cal, buscando legitimar-se como guardião de uma memória coletiva delegada ao esquecimento pela própria instituição. De 2008 a 2012, existiu como proposta de ente memorial por meio dos financiamentos recebidos (Vide Primeira Seção). Propôs-se como um lugar de memória arquivística buscando responder às exigências normativas. O modelo de gestão documental adotado procurou dar conta da conservação dos registros e atendeu, em parte, ao ciclo da informação.

¹⁰ Efeito Borboleta pode referendar metaforicamente a teoria do caos - um dos pilares da visão complexa – ao fundamentar que um simples bater de asa de uma borboleta de um lado do mundo poderá causar uma catástrofe no extremo oposto.

¹¹ “Coisa informacional” é o termo conceitual que Buckland (1991) usa para teorizar recurso de memória como fluxo, coisa processual, informação intangível.

Houve prática arquivística de conservação, catalogação, digitalização, análise histórica, preservação da informação em banco de dados e disponibilização dos dados.

O resgate da documentação do TRT6 foi uma “cruzada” assumida pelos docentes do departamento do PPG História da UFPE e foi guiado à semelhança de algumas experiências de preservação arquivística do judiciário trabalhista, como o caso dos processos de Jundiá em 1995, que também foram salvos por historiadores e hoje são parte do acervo do Memorial Tribunal Regional Trabalhista da 15ª Região, em Campinas (SILVA, 2007, p. 40). Dessa análise tem-se o Arquivo do TRT6ª/UFPE também como uma referência à medida que serviu de experiência a uma salvaguarda de processos no Estado da Paraíba. Esse caso é instrumento de pesquisa dessa escrita por meio de testemunho de gestor do local e será disposto à análise nos resultados, como mais uma realidade de custódia memorial arquivística tradicional.

Retomando o caso em foco, tem-se que os registros arquivísticos consorciados à UFPE permanecem em processo de intervenção histórica sob a responsabilidade apenas dessa Instituição de Ensino Superior (IES) e de gestores docentes. As atividades de preservação arquivísticas realizam-se da mesma forma que no projeto inicial e sem de protetividade do TRT6ª. As informações são disponibilizadas em base de dados local, o que pode não assegurar a integridade arquivística, mas dão a esse fluxo de informação memorial uma sobrevida. Uma existência arquivística à espera de fomentos, mudança de cultura, comprometimento institucional e políticas públicas no campo da preservação arquivística, para se tornar um ente memorial.

As questões que envolvem problematizações no âmbito dos acervos memoriais estão em momento de profusão da produção acadêmica. Uma busca rápida na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹² é possível recuperar um quantitativo relevante de artigos acadêmicos voltados às problematizações de arquivo, fluxo de informação arquivística, memória, instituição de memória e esquecimento. Contudo, discussões com enfoque na realidade na qual o fenômeno social de guarda memorial arquivística circunscreve-se carecem de reflexões, principalmente as que tratam o problema por meio de novo paradigma, ou pós-custodial.

Esta pesquisa justifica-se assim, no seu objetivo de alargamento do entendimento, também por meio de experiência contemporânea de guarda arquivística memorial sistêmica,

¹² A BRAPCI disponibiliza referências e resumos de textos publicados em periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da Ciência da Informação.

que por meio de estratégias compartilhadas e interoperativas, voltadas à análise de risco¹³, permitem a reflexão de outro modelo de guarda da informação arquivística memorial. Esse caminho operacional da memória responde à perspectiva de mundo contextualizado no direito do cidadão de acesso amplo à informação. Destarte, pesquisadores no campo das Ciências Sociais Aplicadas motivam-se às discussões de custódia memorial arquivística para que casos como o Arquivo do TRT6^a/UFPE possam ser refletidos frente à concepção contemporânea de que memória preservada é memória segura e acessível.

Nesse contexto de múltiplas discussões, algumas já dispostas como material de análise, torna-se imprescindível que campos disciplinares diversos, instituições arquivísticas distintas e múltiplas competências profissionais possam refletir coletivamente para um objetivo comum da salvaguarda da memória arquivística. É possível que de reflexões conjuntas, de trocas de experiências e dificuldades institucionais gerem-se diálogos que façam surgir transformações positivas às causas da memória arquivística. Ações colegiadas que tornem o cotidiano de vulnerabilidade de uma instituição arquivística memorial – como o caso do Arquivo da UFPE/TRT6 – em uma realidade de prática de preservação memorial solidária, cooperativa, com risco reduzido de danos a uma herança memorial, tal qual a experiência relatada do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), entre outras instituições a serem citadas.

Esse estudo transita suas fronteiras por entre os campos disciplinares das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. É guiado pela Ciência da Informação – campo competente às problematizações do fluxo de informação dos registros arquivísticos memoriais. Passa também pela Sociologia para entender o impacto da realidade das práticas de custódia memorial tradicional sobre os estoques de informação no tempo presente. A pesquisa, assim, reflete sobre os significados subjetivos alocados nas práticas sociais de preservação, conservação e disseminação informacional, adotadas como cultura de gestão de bens memoriais arquivísticos em Pernambuco. Também no campo social esse estudo observa que a realidade, mesmo delineada por normativas como as referendadas na DUA, na Lei 12.527 de 2011¹⁴ e no Artigo 180 da Constituição Federal¹⁵ se expressa, não raro, mascarada,

¹³ Um exemplo é a dissertação *Análise de Risco e Preservação Digital: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial de Pernambuco*, de Aureliana Lopes de Lacerda Tavares, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da UFPE.

¹⁴ Lei nº 12.527 ou Lei de Acesso à Informação de 18 de novembro de 2011 foi regulamentada pelo Decreto 7724, em Maio de 2012. Para alguns teóricos ainda uma ação tímida à medida que esbarra em questões ligadas à organização arquivística e as práticas de gerenciamento, sistematização e ordenação dos estoques de informação, mas não se pode deixar de entendê-la como uma conquista social.

¹⁵ O artigo 215 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional 1/69 tratam da obrigatoriedade do Estado em amparar a cultura.

prejudicando e impedindo que registros de experiências de uma coletividade não atinjam o fim social de emissários da ancestralidade humana (GOUVEIA, 2012, p. 214). Outrossim, é comum no cotidiano da vida nacional notícias de práticas imprudentes de gestão de bens memoriais, entre as informações difundidas pela *grande imprensa* (SODRÉ, 1999). É recorrente, a divulgação de que valores patrimoniais culturais locais ou nacionais foram tratados com descaso e, por vezes, apagados da memória coletiva dos brasileiros.

A contextualização das reflexões anteriores pode ser confrontada com informações midiáticas, publicadas local e nacionalmente, como o exemplo de uma matéria veiculada no Jornal do Commercio (JC), em 2012. A notícia torna as hipóteses acima relatos cotidianos de práticas de custódia da memória arquivística. Assim, tem-se noticiado que: “As disputas judiciais entre trabalhadores rurais e proprietários de engenhos de cana-de-açúcar de Pernambuco renderam pilhas de processos dos anos 50 até a década de 80 do século passado. E por pouco, os documentos não foram doados para reciclagem, reduzindo a pó os registros desses embates” (JC – CIDADES, 2012, p. 2).

A constatação segue em tom de denúncia visto que as instituições e seus fluxos de informações memoriais arquivísticas entram na ordem do dia, não pelos valores culturais que agregam como missão social, mas pela ocorrência de desastres naturais, descaso e negligência para com sua herança cultural. Essas ocorrências não são “boas práticas de custódia”¹⁶. No senso comum, ação como essa é tida como desastre, mas é uma análise superficial que não perpassa a complexidade do problema em sua totalidade. A matéria é concluída por uma análise superficial do caso quando diz: “ainda bem que foram (os processos – grifo nosso) transferidos para uma sala de 400 metros quadrados na Universidade Federal de Pernambuco”. Na verdade, no âmbito da gestão de um fluxo arquivístico memorial, pelas problemáticas já descritas, a questão, ou melhor, essa realidade não se resolve aí.

São matérias episódicas, como a descrita, que, não raro, dão tom às páginas jornalísticas e corroboram que “nos trópicos, os cavaleiros da tragédia da memória¹⁷ são a umidade do ar; as temperaturas elevadas, os agentes biodegradadores e a incúria humana” (GALINDO, 2005). Os relatos coletados como instrumento de pesquisa também apontam à ação de resgate da documentação como sendo, entre outras coisas, uma prática de cunho pedagógico à instituição, ou de sensibilização dela, com a própria história.

¹⁶ Sobre o entendimento de “boas práticas de custódias” ver também RIBEIRO, Fernanda (2005) – *Op. cit.*

¹⁷ O termo “tragédia ou tragédias da memória” é utilizado como um recurso estilístico gramatical – uma alegoria – para conceituar e caracterizar a realidade social na qual a prática de guarda de um memorial é levada esquecimento em nossa sociedade. Tem como fundamentação teórica e conceitual as reflexões críticas postuladas por Galindo (2005).

É relevante atestar que a ação desses profissionais constitui-se em ato louvável, pois atendendo o alerta do pesquisador norte americano, eles impediram o desaparecimento do referido acervo. É certo também que a ação dos pesquisadores foi desencadeada pelo descompromisso da instituição para com o fluxo de informação produzido. Para os gestores daquela instituição, contudo, a informação que seria descartada era “processo findo”, com ciclo vital esgotado, já não atendia às necessidades pragmáticas da Justiça do Trabalho. Instituições arquivísticas, como o caso abordado, adotam a prática cotidiana do descarte como justificativa.

Essa argumentação de descarte é reducionista, segue também amparada pelo viés econômico da superprodução, da superlotação e da falta de espaço. No estudo de caso, o esvaziamento das prateleiras do Arquivo Geral institucional expõe-se como atividades arquivísticas do dia a dia, cotidiano organizacional que respondem à questão burocrática da superlotação desse estoque documental. É relevante contextualizar, no meio dessa conjuntura institucional contraditória, a presença de personagens que travam batalhas contra as práticas de esquecimento no que tange ao gerenciamento de sua memória.

Assim, mesmo “preso nessa teia de significados” (GEERTZ, 1994) e também por isso, há os que reconhecem o valor dos registros trabalhistas para além da sua vida processual como a Desembargadora do TRT6ª Região Dra. Eneida Melo Correia, mentora das questões de preservação da documentação da Justiça do trabalho de Pernambuco – hoje representante da JT no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) e a professora Marcília Gama, chefe do Núcleo de Documentação e Memória do TRT6ª Região. Ambas vislumbram no fluxo de informação trabalhista arquivística o caráter de recursos de memória e trabalham suas respectivas competências profissionais buscando mudanças na cultura de preservação da memória da Justiça do Trabalho de Pernambuco.

Retomando a manchete jornalística de 2012 do JC vê-se que está exposta à sociedade a ação de salvaguarda da documentação da justiça trabalhista pelos cientistas como uma ação louvável. Mesmo diante dessas ocorrências pontuais, a realidade é conflituosa e contraditória, exige respostas concretas e definitivas. É preciso entender a quem de fato compete à responsabilidade sobre a guarda e gestão de uma informação arquivística memorial. Busca-se compreensão do porquê uma instituição não acolher a documentação que produz? Por que não tem como missão institucional leis de proteção à sua memória, para além das bem vindas recomendações de 2012 (Anexo C).

A instituição judiciária nomeando os registros, após uso corrente – sem serventia funcional – como findos, destina-os às prateleiras do Arquivo Geral à espera do tempo de

destruição anunciada. Isso contraria o conceito de proteção e preservação de integridade arquivística memorial, indo de encontro aos princípios da arquivística. Desvirtua a teoria das três idades que fundamenta que via processo de avaliação/seleção dá-se, a última temporalidade documental, a categorização de permanente ao registro.

Essa ocorrência descompassada de normativa já constituída deixa transparecer como cultura organizacional das regionais trabalhistas que o processo findo sai do status de instrumento especializado para “aplicar o direito material ao caso concreto, conservar o ordenamento jurídico e educar os litigantes e toda comunidade envolvida” (TEIXEIRA, 2008, p 45), para se tornar problema administrativo de ordem econômica, entrave ao cotidiano institucional.

No entanto, teóricos pós-custodialistas, como Silva (2009) referenda que “a agilidade, o imediatismo e o economicismo, que são características da administração contemporânea” (SILVA et al, 2009, p. 155), só contribuem para desvirtuar a natureza sistêmica de um arquivo. Também se fundamenta que esgotadas as fases correntes e intermediárias o registro permanente torna-se a informação “digna de ser incorporado nos arquivos históricos, para ai cumprir um papel cultural e patrimonial ao serviço dos investigadores” (RIBEIRO, 2005, p. 6).

Assim, foi como “um alívio” que o TRT6^a recebeu a proposta dos pesquisadores da UFPE em 10 de fevereiro de 2006 para assumir a gestão dessa massa documental¹⁸. A instituição compreende que o evento de entrega dos registros à Pós Graduação de História foi um benefício, a resolução de um problema institucional. Na linguagem corrente institucional o descarte é a prática cotidiana que se inicia com a ação de “tirar a gordura”, ou seja, a retirada de partes do processo julgadas desnecessárias.¹⁹ Um profissional das humanidades, em entrevista concedida para este trabalho, ao descrever a trajetória da parceria do TRT6^a/UFPE relata que a sensibilização dos gestores sobre o valor da documentação não foi tarefa fácil. “Eles não entendiam que queríamos guardar tudo”. Queriam primeiro “tirar a gordura”, diminuir o volume da massa para depois fazer o consórcio. Sobre isso, numa outra entrevista, afirma uma pesquisadora: “e tiraram mesmo! Ou seja, eu só vi uma carteira de trabalho até agora [...]. Tiraram todos os documentos comprobatórios uma vez ou outra alguém se esqueceu de tirar [...] ficavam duas folhinhas [...], às vezes uma entrada e uma sentença”.

¹⁸ Hiperlink 2. [Transferência de processos do Arquivo-Geral](#). Acesso em: 22 abr. 2014.

¹⁹ Redução do custo de preparação para transferência dos processos.

A observação dessa realidade incita análise crítica, pois levanta dúvidas sobre a consciência que a instituição tem da sua memória. É provável que no senso comum da organização a gestão de bens memoriais não abarque a complexidade que emana do registro memorial. Episódio como esse pode levar ao entendimento de que por não haver nenhum interesse imediato na documentação finda, ela seja considerada descartável. Sugere que no modelo mental de cultura institucional os registros memoriais findos sejam destituídos de significados e já não façam sentido para a JT.

Em parte, pelo menos, isto é verdadeiro. Do ponto de vista do tratamento judiciário trabalhista este fluxo de informação cumpriu seu propósito. Mas os fenômenos sociais que fomentam a existência institucional estão ativos desta feita no campo da memória. Com isso, a memória e a História cobram seu quinhão, e junto fica sua preservação, dando espaço à abertura de um novo ciclo de significado que encontra justificativa social renovada, legítima e atualizada.

O que emerge dessa realidade – o que pode estar na compreensão mais superficial da organização e dos sujeitos – é que nada de importante sairá da documentação finda para melhorar, ampliar, ou, reduzir, os efeitos do exercício de suas competências cotidianas. Uma percepção pragmática e imediatista no processo trabalhista não encontra ressonância entre arquivistas e historiadores, sujeitos que também participam desse fenômeno social, como profissionais de sensibilidade apurada por suas competências profissionais, especialistas no papel da preservação dos recursos memoriais para o desenvolvimento de uma coletividade, de uma nação. Ou seja, o reconhecimento de um documento como memória não é uma percepção homogênea, nem total, universal.

Galindo (2012) explica que não é exclusividade nossa, nem do nosso tempo, o desconhecimento do valor de um bem memorial. Narra que no século XIX, 10 mil volumes de manuscritos das Companhias das Índias Orientais foram abandonados, em um abatedouro desativado, no centro da cidade de Amsterdam. Como material de um arquivo morto foram encaminhados ao descarte e vendidos em hasta pública por decreto.

As problematizações nesse nível de abstração – do que subjaz às práticas sociais de preservação memorial – na atualidade não se esgotam apenas aos questionamentos fermentados no âmbito da instituição produtora de registros arquivísticos memoriais. Nesse fenômeno social arraigam-se outros ligados ao domínio das competências profissionais, dos que por fé de ofício, ou por responsabilidade social são tutores de bens memoriais coletivos. Essa hipótese aflora na pesquisa, portanto, por meio da realidade subjetiva da instituição

produtora e também pelas subjetividades profissionais de como cientistas das humanidades tomam para si funções aquém do domínio de suas competências.

Sem força de lei, mas com princípios a seguir, o Manual de Recomendação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (Anexo C) atesta que: “insta salientar que preservar é preparar o futuro e, assim, é um dever do Estado. Preservar a Memória é uma questão de Justiça”. Entre as recomendações postas está a necessidade da celebração de convênios com Instituições de Ensino Superior, o que em tese justificaria a ida dos registros à UFPE. A sugestão, contudo, volta-se para que haja a preservação e organização documental em compasso acadêmico visando melhorias na gestão da informação, mas não menciona doação, tutoria, ou consórcio da memória institucional.

Dispõe-se também nesse instrumento regulador que a escolha da competência profissional seja a Arquivologia, que “tal medida tem o escopo de propiciar que os estudantes realizem matéria prática nos Centros de Memória, Memoriais ou Arquivos Judiciais, efetuando a higienização dos processos, dentre outras atribuições decorrentes do aprendizado curricular”. Essa recomendação não tem efeito concreto, seja pela prática custodialista historicista ainda empregada e arraigada na cultura onde os atores são em boa parte das humanidades, seja pela inexistência do curso de arquivologia em Pernambuco. É relevante atestar que não existe nenhuma disciplina no campo da preservação arquivística no curso de História das IES nesse Estado, porém, o estudo de caso dessa análise percebe a presença desses profissionais. Quando os projetos de gestão memorial são constituídos – institucionalmente, ou, nas academias²⁰, as equipes são formadas por graduandos de História e, em menor quantitativo, por alunos de Direito, como as equipes que transitaram no Projeto Memória e História, ou os estagiários que atuam na instituição²¹. Como regra, ficam de fora as competências das Ciências Sociais que estão alocadas na árvore do conhecimento.

A pesquisa incita saber por que arquivistas²² – indivíduos habilitados à função de preservação de um bem memorial – não travam essa “cruzada protecional”, para validar o status de suas competências e responder à função social de sua profissão? Ou por que as instituições legitimadas ao gerenciamento de bens coletivos – como os arquivos públicos – não raro lavam as mãos, ou fecham os olhos aos descaminhos de uma memória coletiva?

Essas perguntas apontam para ocorrências no fenômeno social de gestão arquivística memorial e as análises precisam transcender ao superficial dessa realidade. Hoje, torna-se

²⁰ Hiperlink 3. [Edital do processo seletivo para o provimento de vagas do quadro de estagiários](#). Acesso em: 9 dez. 2015.

²¹ Hiperlink 4. [Presidente do TRT-PE visita instalações do Arquivo-GeraL](#). Acesso em: 27 dez. 2014.

²² Hiperlink 5. [Cursos de Graduação em Arquivologia](#). Acesso em: 9 jan. 2015.

imprescindível entender o senso comum do caráter custodialista que, universal, ou, regionalmente, vem reproduzindo-se como um modelo cultural danoso aos estoques de informação de caráter memorial.

Os estudos sobre a preservação de bens memoriais seguem em trânsito às mudanças paradigmáticas (científica, tecnológica e sociocultural), nas quais a ressignificação do conceito de salvaguarda de registros do conhecimento como fluxo informacional acessível é imperiosa. Uma documentação arquivística memorial deve deslocar seu valor da guarda à disseminação ampla e ininterrupta da informação que contém. Deve-se considerar ainda o ciclo da informação memorial em sua totalidade, onde resgatar, tratar e preservar sem dar acesso amplo não democratiza o conhecimento.

Insta esclarecer nessa pesquisa – frente aos níveis de percepções coletivas envolvidos – o que mascara o sentido social da gestão memorial. Essas não são questões novas e carecem ações concretas, fundamentadas em uma nova visão de mundo, para enfrentar desafios atuais. Uma máscara possível é o entendimento de que a tecnologia pode resolver tudo, ou quase tudo. As transformações no trato da memória convivem com os avanços tecnológicos e otimizam a gestão arquivística desde os anos cinquenta do século passado. A tecnologia é produto social, ferramenta que possibilita outros domínios à memória – seja recuperando, organizando, preservando, ou disponibilizando com rapidez e amplitude a informação. O ritmo do fluxo da informação é operacionalizado em inovações tecnológicas, não como fim, mas como meio. Com frequência observam-se recursos memoriais absorvendo inovações tecnológicas, mas persistindo na adoção de procedimentos divergentes dos pressupostos de preservação e acesso à informação. Assim, características de custódia ancorada em tecnologia, mas sem a visão sistêmica imprescindível ao fluxo de informação arquivística memorial, podem ser observadas no caso da gestão não interdisciplinar que foi aplicada ao TRT6^a/UFPE. Essa reflexão também poderá servir de elementos às futuras gestões. Desta feita retoma-se a matéria do JC que uma análise mais acurada expõe a esse fenômeno social custodial somente passível de compreensão crítica pelo crivo interdisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas e da História, mas no domínio da Ciência da Informação. Recuperação de registros de memória é questão da Ciência da Informação que é o campo disciplinar capaz de dar conta à natureza do ciclo informacional, com o resgate, o tratamento, a recuperação e acesso.

Os fenômenos sociais contemporâneos ligados à gestão dos bens do patrimônio memorial arquivístico de descarte, ou por preservação por grupo aquém da fé de ofício, ou por prática institucional de negação à custódia, são ocorrências que podem ser categorizadas

como problema social. É uma realidade pouco esclarecida, ou não entendida, quanto à sua natureza disseminadora de dano social. Cabe como cientista social então, buscar o entendimento do que está enraizado culturalmente nessa realidade coletiva, como força, poder inter-relacional, como “coerção” (DURKHEIM, 2012, p. 32-35) que induz permanência como prática, costume e uso em comum.

Cumpra assim, tentar esclarecer por que alguns acervos memoriais arquivísticos – como o da Justiça do Trabalho – tendo valor histórico-cultural indiscutível para historiadores, bibliotecários, arquitetos, jornalistas e cientistas da informação, constituem-se de naturezas frágeis, estão vulneráveis, propícios às manchetes jornalísticas de acidentes, e expostos às decisões irracionais de instâncias superiores. Essa é “estranha situação: num país onde pipocam novos museus, fecham-se os melhores”, denuncia Gaspari (2015)²³. O fenômeno social de descompromisso para com um bem arquivístico é prática consuetudinária, mas as reflexões críticas sobre as perdas e os danos dessa realidade ainda estão em processo. É importante reiterar que o reconhecimento do valor de um patrimônio memorial está circunscrito a uma estrita faixa de profissionais e amantes da memória. Que a construção de uma consciência memorial é tarefa por fazer, tal qual aquela consciência fomentada no âmbito das questões da preservação ambiental, com o esforço para construção do conceito de ecologia por militantes biólogos, geógrafos, oceanógrafos ou físicos.

Nessa pesquisa, a palavra militância é recorrente nos relatos dos entrevistados e segue o clamor da informação disponibilizada pelo eterno lutador dessas causas Elio Gaspari²⁴ quando narra que “aos 45 minutos do segundo tempo salvaram-se os arquivos com a memória dos litígios do povo”. A notícia aborda uma decisão de última hora do Senado brasileiro no âmbito das questões de legislação arquivística, pois aprovando o projeto do “novo” Código Processo Civil deliberaria sobre o Art. 1005, normatizando a reciclagem dos autos processuais com mais de cinco anos. A decisão de descarte foi abortada e o texto foi encaminhado à Câmara. Gaspari descrente com o lugar que a memória ocupa nas deliberações do Estado Brasileiro reitera: “é provável que os presidentes de Tribunais de Justiça interessados em se livrar do papelório ressuscitem o lance”.

Sem provocar nenhuma ocorrência de estranhamento, *A História do andar de baixo* narrada pelo escritor encontra eco na matéria já citada do Jornal do Commercio e em outras, tal qual a revela “que um americano evitou a destruição do acervo da JT de Pernambuco”. Mas essas matérias, apesar de acender o senso crítico na sociedade, não devem ser entendidas

²³ Vide nota de rodapé 4.

²⁴ Hiperlink 6. [A história do andar de baixo sobreviveu](#). Acesso em: 9 out. 2015.

como procedimentos racionais ou práticas de preservação memorial. São ações emergenciais, práticas de resgate cotidiano que encaminha a memória para uma realidade de fragilidade, na qual o ente memorial fica, não raro, à espera de um milagre como o caso do TRT6 e do TRT4 discutidos nesse estudo.

Esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos. A introdução trás um relato histórico da pesquisa desde as motivações – sejam as de cunho pessoal, sejam a que servem de contribuição científica a uma problematização social. Nesse intróito faz-se um convite para que o leitor seduza-se e adentre na teia de discussões sistêmicas e complexas que se denunciam por meio da contextualização teórica e metodológica da realidade observada. Espera-se com isso que o leitor construa seu próprio ponto de vista, acerca do tema-problema, e possa tecer sua própria reflexão, motor de novos saberes e competências.

Na primeira secção: **“O caso eu conto como caso foi”²⁵: memórias do arquivo do Projeto Memória e História TRT6^a/UFPE** compõe-se de breve narrativa histórica, que tecida cronologicamente, alinhava o processo de consolidação do Arquivo do Projeto Memória e História ao valor de recurso de informação memorial que os registros – os processos trabalhistas – carregam.

Na segunda secção: **Guarda Memorial Arquivística Custodial e Nova Discussão Paradigmática** aborda-se sobre a natureza da custódia buscando traçar – por meio de breves análises – essa representação como um fenômeno social que, alocado a realidade contemporânea, causa impactos aos entes arquivísticos públicos de caráter memorial, na contemporaneidade. Ainda nesse contexto narrativo tenta-se trânsito entre as concepções hoje pertinentes a memória arquivística, cujo subtítulo é: **Custódia Arquivística, Memória e a Ciência da Informação.**

Na terceira secção: **Complexidade e Pensamento Sistêmico: Aporte Teórico-metodológico**, o estudo busca alicerces, a sua fundamentação teórica e metodológica, em áreas do conhecimento científico, ainda pouco alargadas nos trâmites acadêmicos nacionais vigentes. Ao eleger o pensamento sistêmico e teoria da complexidade para lastrear os objetivos propostos na pesquisa refletem as dificuldades de se avaliar uma realidade social compartimentada, onde a análise das partes levará ao geral. Ora, é pressuposto nesse trabalho científico que uma realidade só pode ser esclarecida frente à observação das subjetividades que as práticas sociais carregam e uma observação analítica poderia não contemplar os

²⁵ O título desse capítulo referencia à obra memorialística, “O Caso Eu Conto Como Caso Foi: Memórias”, de Paulo Cavalcante (CAVALCANTE, 1980, v. 2), para reforçar o valor do testemunho, como fonte e prova material. Essa narrativa, portanto, é uma história de vida à medida que ata os fios das experiências no Projeto Memória e História TRT6^a/UFPE, durante o período de 2008 a 2012, como pesquisadora – bolsista.

relativismos afeitos aos contextos e ocorrências dispostos nesse fenômeno social de custódia memorial arquivística.

Na quarta secção: **Procedimentos Metodológicos** explora-se, por meio de uma descrição o método da pesquisa – qualificada como qualitativa – na qual os instrumentos captam os significados da prática social abordada e a análise de conteúdo descodifica-o, dotando-lhe de sentidos, resultado de observação científica. Ainda nesse contexto tem-se uma subsecção denominada de **Rede Memorial Pernambuco: Instrumento lógico, Prática Colaborativa para Superar Crises**, onde consta a análise da Rede Memorial Pernambuco.

Na quinta e última secção: **Análise parcial do Panorama local dos Domínios da Memória Arquivística em Pernambuco** é parte fulcral dessa pesquisa. Tem-se aí a análise “parcial” dos resultados da intervenção científica frente aos dados coletados em entrevistas com sujeitos alocados à prática de custódia memorial arquivística em Pernambuco. Essa secção divide-se em duas subsecções, **Testemunhos: Fragmentos de Práticas de Guarda e Perspectivas Pós-custodial** e **Análise de Conteúdo das Entrevistas e o Caso da Documentação Jus Trabalhista**.

As considerações finais sumarizam os resultados dessa dissertação de mestrado acadêmico. É relevante dizer que esse tópico conclusivo também aponta a possibilidade de desdobramentos de pesquisas sobre o assunto no campo da Ciência da Informação.

2 “O CASO EU CONTO COMO CASO FOI”²⁶: MEMÓRIAS DO ARQUIVO DO PROJETO MEMÓRIA E HISTÓRIA TRT6ª REGIÃO/UFPE

Em 2004 pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco tomaram conhecimento que uma massa documental, constituída por quarenta mil processos trabalhistas do Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (AGTRT6ª) seria descartada e doada ao Hospital do Câncer de Pernambuco, destinados à reciclagem. A informação tomou corpo de denúncia à medida que foi noticiada por cientistas estrangeiros que utilizavam os processos trabalhistas, gerados pelas extintas Juntas de Conciliação e Julgamento de Pernambuco²⁷, como fonte às suas pesquisas e que iriam desaparecer.

Inconformados, incomodados e conscientes do perigo da perda desses registros, pelo descarte, para a sociedade, professores do Departamento de História da UFPE iniciaram uma mobilização para evitar essa “tragédia da memória” da JT- PE, articulando interação e troca de experiência com a presidência e a comissão de documentação do TRT6ª. Dessas ocorrências firmou-se um convênio entre as instituições para que a documentação ficasse sobre a responsabilidade da Pós Graduação de História da UFPE, alocada no 4º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, à disposição dos cientistas das humanidades e das Ciências Sociais. Após dois anos de intensa conversação e troca de informação, em 2006 chegou a UFPE o primeiro lote com mais de 60.000 processos trabalhistas, ocorrência que a JT designou por – *expectativa positiva* –, pois foi “a parceria firmada que salvou todos estes processos findos, que teriam como destino à destruição”²⁸.

Em 2008 professores da UFPE articularam com a presidência do JT – PE a renovação do acordo para a continuação da guarda do estoque de informação arquivística judiciária transferido para a UFPE desde 2006. Os pesquisadores traçaram a dimensão do panorama acerca da produção acadêmica, entre dissertações, teses e premiação acadêmica a partir da documentação tutelada. Em tempo, o TRT6ª externou a vontade de continuar a parceria e já disponibilizando à UFPE mais 600 processos. “A presidente do Tribunal sugeriu que a equipe de professores fizesse uma visita ao Arquivo-Geral do Regional, localizado em Vitória de

²⁶ Vide nota 24.

²⁷ As extintas Juntas de Conciliação e Julgamento foram criadas a partir do Decreto Nº 19398 de 1930 que no seu artigo 1º estabelecia a reorganização constitucional do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e, assim, em 25 de novembro de 1932 criaram-se as Juntas, por meio do Decreto Nº 22132, como órgãos jus trabalhistas de primeira instância, encarregados na mediação dos conflitos entre patrões, empregados e os respectivos sindicatos. Eram constituídas por um Juiz de Direito, de formação acadêmica, e por dois Juizes de carreira vogais, transformados em classistas pela Carta Política de 1988. Esses últimos juizes incorporavam a representação dos trabalhadores e dos empregadores, ambos escolhidos pelos Presidentes das regionais dos TRTs. Hoje as Juntas de Conciliação e Julgamento foram extintas, substituídas pelas Varas e os juizes classistas abolidos pela Emenda Constitucional nº 24 de 1999.

²⁸ Hiperlink 7. [Transferência de processos do Arquivo-Geral](#). Acesso em: 22 abr. 2014.

Santo Antão, município do Pernambuco, para selecionar os documentos que mais interessam às pesquisas acadêmicas”²⁹.

Foi nesse novo contexto de guarda que a massa documental da JT – PE, tutelada à UFPE, começou a ser refletida como um arquivo. Assim, ainda em 2008, teve início o Projeto Memória e História TRT6^a/UFPE graças ao aporte financeiro de fomento à pesquisa da Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), através do Edital N° 10/2008 de 22/09/08 intitulado “Apoio à Disponibilização de Infra-estruturas Multiusuário e de Acervos de Interesse Científico para a Pesquisa”. A Fundação de Apoio à UFPE (FADE) atuou como uma segunda via de ajuda com o projeto “Organização e disponibilização de parte do acervo documental dos processos trabalhistas da zona rural de Pernambuco – TRT/PE-6^a Região/UFPE”. Essa segunda parceria foi celebrada com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Da exigência das agências de fomento para que o Projeto ensejasse à criação de acervos multiusuário, os sites institucionais do NEAD e do TRT6^a³⁰ disponibilizam os catálogos e as planilhas³¹. Esses instrumentos de busca e recuperação de informação expõem os dados que foram tratados pelo Projeto Memória e História, mais especificamente os registros do município de Jaboatão de 1963 a 1973. Há também produções acadêmicas originadas desse tempo de intervenção histórica como: relatórios de pesquisa, textos artigos, livro impresso, um foto-livro e uma mostra fotográfica³².

Os fomentos iniciaram com a perspectiva de auxílio à execução do projeto por dois anos, todavia foram prorrogadas por mais dois e se encerraram em meados de 2012. O arquivo construído com o esforço do Projeto Memória e História TRT6^a Região/UFPE, assim,

²⁹ Hiperlink 8 [Mais processos à UFPE](#). Acesso em: 22 abr.2014.

³⁰ Hiperlink 9 Site TRT6 www.memoriaehistoriatrt6.gov.br.

³¹ Os catálogos e as Planilhas compõem-se de instrumentos de busca sistematização documental, em forma textual digital dos registros preservados e posto à análise histórica pela equipe gestora.

³² A mostra fotográfica, *Cenas de Vida e Trabalho no Campo: Lugar de História, Direito e Cidadania* (ACIOLI & SANTOS, 2010) foi exposta no hall do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, durante o II Encontro de Justiça e Trabalho, nos dias 22 e 23 de dezembro de 2010. Esse trabalho acadêmico, hoje, pode ser tido como um instrumento de pesquisa às problematizações das informações memoriais mundo do trabalho em Pernambuco. Está disponibilizada nos sites institucionais do NEAD e TRT6, fisicamente está na sede do Arquivo do Projeto Memória e História, no 4º andar daquele centro. Como mais um produto científico atrelado ao Projeto Memória e História TRT6^a/UFPE a exposição fotográfica propõe um diálogo entre iconografia fotográfica atual e a narrativa judiciária das ações trabalhistas demandadas às extintas Juntas de Conciliação e Julgamento de PE. Tem como objetivo geral qualificar a realidade contemporânea das práticas laborais na Zona da Mata Norte de Pernambuco e como objetivo específico identificar possíveis processos históricos de permanências e rupturas desse cotidiano de vida e trabalho, frente às reflexões levantadas nas informações coletadas nos registros trabalhistas do referido acervo. Também disponível: www.memoriaehistoriatrt6.gov.br.

teve como objetivo salvaguardar os registros da JT que passou a ser tutor da massa documental produzida pelas extintas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Pernambuco no período de 1940-1985. As estratégias de preservação adotadas durante os quatro anos de vigência do Projeto Memória e História, possibilitaram que fragmentos da memória trabalhista em Pernambuco não fossem esquecidos.

Como órgãos jus trabalhistas, as Juntas de Conciliação e Julgamento - PE geraram ao longo de cinco décadas uma vasta documentação institucional com trânsito narrativo entre o público e o privado. Seus registros, vistos por suas balizas temporais, referendam um momento especial no qual ocorreu o processo de construção da identidade do trabalhador brasileiro a partir de 1888, frente à mudança dos meios de produção e capital do uso da mão de obra escrava para a assalariada. Nos 52 anos de vida do país, da jovem República (1889) – já referendada com a abolição da escravatura – ao Estado getulista com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foram sendo construídos esses novos atores nacionais que serviram de pano de fundo às estratégias dos respectivos governos.

Os discursos sociopolíticos do Brasil republicano passaram a girar em torno do trabalhador, e, dando-lhe significado, ou impondo-lhe signo, o Estado brasileiro criou o seu mundo do trabalho. Talhou esses sujeitos por meio de suas próprias demandas, ora visando à ordem, e por isso atrelavam o trabalho a um saneamento moral, ora servindo de veículo de ascensão social (GOMES, 1994), pressuposto de um país grande e desenvolvido. Na construção das identidades laborais nacionais, a fronteira entre as práticas coloniais do passado e as dinâmicas capitalistas do presente não foram delimitadas ou rompidas. O reconhecimento do trabalho análogo à escravidão, em nossa sociedade, é uma realidade e a permanência da precariedade nas relações trabalhistas é, hoje, fenômeno analisado com recorrência em diversos campos disciplinares.

Os questionamentos surgidos da experiência de pesquisa no acervo do Projeto Memória e História emergem como um estuário à problematização de um recorte de memória subterrânea (POLLACK, 1989) – a memória do trabalhador de Pernambuco. Para além das categorias de memórias refletidas, nessa pesquisa vêm à tona memórias sensitivas, como lembranças cotidianas pessoais, de militância profissional e de produção de conhecimento no Arquivo do Projeto Memória e História TRT6^a/UFPE. Chegado janeiro de 2012, já se pensava no fim do Projeto TRT6^a/UFPE e as tentativas de captar outros financiamentos que continuassem dando viço à gestão exauriam-se³³.

³³ Ratifica-se, em tempo, que no mês de maio de 2015 o Arquivo do Projeto Memória e História Trt6/UFPE recebeu novo financiamento da FACEPE no valor de R\$ 195.120,00 como resultado do Edital 22/2014 de Apoio

Os últimos meses junto ao Projeto dividiram-se entre a imperiosa necessidade de recuperação da história, pois havia prazos a cumprir e a busca na internet por editais voltados à preservação memorial arquivística, ou fomento cultural de renúncia fiscal. Não foi um tempo da delicadeza, foi um tempo de tensão e incertezas, de mostrar de todas as formas, o quão importante havia sido o salvamento daquela parte da memória nacional, que éramos úteis, que o resgate tinha valido a pena. Pode-se pensar que foi um tempo de espera por um milagre, para que o Projeto TRT6ª/UFPE não ficasse à deriva. Também foi tempo de desencontro, à medida que se reconhecia as limitações profissionais, (in) competência de condução e perpetuação da causa abraçada. Ou ainda, incapacidade de dar conta de uma realidade, que de forma isolada e sem articulação política e *praxis* interdisciplinar tornou-se inviável.

A clareza reflexiva só se fez mergulhando-se, portanto, na profundidade da realidade do que é a guarda memorial para se perceber que essa é uma ação complexa, que demanda estratégias multiformes, entre a instituição produtora do registro, as instancias profissionais envolvidas e o poder público. Dessa última instância de análise, observou-se quão imprescindível deve ser a geração de orçamento financeiro e a prática legislativa sobre a causa posta, com políticas públicas de preservação memorial.

Mas as memórias da resistência em transformar documentos processuais trabalhistas em fluxo de informação memorial interoperativo, e acessível, servem para uma reflexão crítica nesse âmbito social, tal como as descrita acima, mas também para mostrar que os registros processuais trabalhistas – os ditos processos findos – não devem ficar silenciados de contar as lutas do acesso ao Direito do trabalhador de Pernambuco. O Arquivo do TRT6ª/UFPE é útil para não deixar que os embates ocorridos no espaço geográfico da Zona da Mata de Pernambuco sejam esquecidos, lugar onde homens, mulheres e crianças, entre rupturas e permanências, ainda praticavam trabalho análogo à escravidão em pleno século XX. O reconhecimento e tipificação da permanência do trabalho análogo à escravidão, ou trabalho degradante, por meio do Artigo 149, Lei 10.803/03 do Código Penal, merece

à disponibilização para pesquisa de laboratórios multiusuários e de acervos de interesse científico. O auxílio pode mostrar-se como um novo ciclo de sobrevivência memorial para esse lugar de memória, à medida em que deve haver estratégias de recuperação da informação contida nos processos trabalhistas dos municípios de Palmares e Nazaré da Mata de 1963 a 1985, com vistas à recomposição da História do período em foco, por mais dois anos. Disponível em: http://facepe.br/pub_files/Edital_FACEPE_22-2014_MULTIUARIOS_RESULTADO.pdf. Acesso em julho de 2015.

reconhecimento social, pois tira o véu da indiferença e da impunidade da sociedade brasileira, que se lastreia em um Estado Democrático de Direito³⁴.

Assim, os primeiros financiamentos, que mudaram o rumo desse acervo ocorreram entre os anos de 2008 a 2010 e foi prorrogado até 2012, o prazo final. Não houve desânimo na equipe dos gestores, pesquisadores e bolsistas, mas melancolia de ver o esforço empreendido sem continuidade. O pesar de não poder tornar o acervo um ente público com função memorial permanente – um lugar de memória que transcendesse a guarda e se voltasse às questões contemporâneas pós-custodiais. Ao final do projeto, todo aquele recurso de memória ficaria mais uma vez esquecido, agora – em tese – já conservado, talvez mais protegido das vicissitudes humanas, mas não interoperável. Era fadado ao arquivo do projeto entrar em processo letárgico, não respondendo à função multiusuário para a qual fora criado. A constatação desse relato funda-se também em outra experiência e relato de resgates documentais colhidos como instrumentos de pesquisa e citados no decorrer desta pesquisa.

Assim, como os anônimos trabalhadores, atores desses registros memoriais – também denominados na época rurícolas – a resistência para que o TRT6^a/UFPE não fosse esquecido fez-se de todas as frentes. Em abril de 2012, mês que antecede a comemoração do dia dos trabalhadores (1º de Maio) incitou-se a grande imprensa local sobre a existência desse acervo com parte da documentação da Justiça do Trabalho de Pernambuco. Dias antes do dia 29 de abril – data da publicação da matéria – *A História Intocada das Lutas no Campo e subtítulo: Americano Evitou a Destruição do Acervo*, o Arquivo TRT6/UFPE recebia o Jornal do Commercio para uma entrevista. A matéria veiculada em quase uma página é verossímil, impregnada de memórias das lutas no campo, campo, que também é domínio de outras memórias. Essa narrativa jornalística entra no estudo também como instrumento de pesquisa, documento não verbal à observação da realidade de guarda memorial em Pernambuco. O mérito da informação que foi midiaticizada busca legitimar o acervo da JT de Pernambuco como um bem patrimonial memorial e também realça a ação de resgate dos milhares de processos por professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esses cientistas – especialistas das humanidades – agiram motivados pelo reconhecimento do valor histórico e em causa própria de sua competência profissional que é, em síntese, a recuperação histórica. Nesse contexto, esta escrita, Memória das Lutas no Campo é uma também uma iniciativa de documentação de um passado memorial. É uma base de dados que olha para o futuro, iluminando desde o passado, nossas práticas patronais com vistos a um porvir mais justo.

³⁴ Hiper link 10 [Crime de redução à condição análoga de escravo](#). Acesso em 22 abr 2014.

O tempo analisado moldura uma conjuntura histórica nacional conflituosa, em que se mesclam a liberdade democrática do governo de João Goulart, o retorno a um regime ditatorial e o início do processo de transição democrática, consolidada com a lei de anistia de 1985 e fim de 21 anos de Ditadura Militar. No âmbito local, o Estado de Pernambuco, alicerçado secularmente na monocultura de exportação do açúcar, elegeu, em 1962, Miguel Arraes de Alencar para governá-lo e tinha como prefeito de sua capital Pelópidas Silveira. Em seu primeiro mandato, pré-golpe militar, Arraes intermediou a sistematização do trabalho com a cana, por meio do Primeiro Acordo no Campo. Este veículo de negociação política, com repercussão social, mostrou-se como um embrião à ordenação das dinâmicas do trabalho no campo, àquele tempo, ainda controladas pelos mandos e desmandos de seu patronato.

O acervo do Projeto Memória e História, portanto, expõe-se como um estoque de informação (BARRETO, 2000), um terreno fértil à recomposição histórica dos trabalhadores do campo, de suas práticas e ritos. A documentação vem possibilitando recuperar informações de cotidianos de embates sociais, políticos e econômicos e também de práticas de resistência, até então apenas do conhecimento do judiciário trabalhista de Pernambuco. Dessa possibilidade de gerenciamento da informação, a sociedade científica e a comunidade leiga podem construir seus próprios pontos de vista, acerca dos avanços e recuos das lutas trabalhistas na Zona Rural do Estado, em um período de exceção de direito. A produção científica gestada na existência do acervo do Projeto Memória e História mostra que, as ações de reclamações trabalhistas do mundo rural carregam em seu bojo relatos de trabalho, de vida e de luta pela sobrevivência. Abordam trajetórias de resistência, em áreas cujo domínio agrário é concentrado – muitas terras nas mãos de poucos – onde o pedido de volta ao serviço é uma constante, mesmo diante de uma convivência laboral incompatível com a dignidade da pessoa humana. Os processos de reclamação trabalhista³⁵ nos quais o trabalhador se sente demitido e por essa razão recorre à Justiça do Trabalho para pedir sua reintegração - volta ao serviço, é uma ação recorrente. Não raro, essas demandas estão carregadas de informações subliminares, que desvirtuam o vínculo laboral e agudizam as precariedades das relações do trabalho no campo.

Assim, no ano de 1978, chegava à Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão uma reclamação trabalhista de um trabalhador rural, analfabeto, que residia e trabalhava no Engenho Ana Vaz, localizado em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. A demanda do litígio fez-se pela representação do trabalhador rural – por meio do Sindicato dos

³⁵ Reclamação Trabalhista: Ação judicial de natureza trabalhista (Vide SILVA, 2010 *in* Glossário Jurídico. Disponível em: TRT6 www.memoriaehistoriatrt6.gov.br).

Trabalhadores de Vitória de Santo Antão, então assistido pelo Dr. Cícero José Martins da Silva – contra o proprietário do engenho. A petição inicial³⁶ narra a ocorrência de um conflito entre as partes, pois estando o patrão embriagado agrediu verbal e fisicamente o trabalhador, ora reclamante. Entre as agressões verbais ditas pelo proprietário é relatado: “vá reclamar na Justiça do Trabalho de Jaboatão, no IV Exército e no Sindicato” que ele “tinha (para sua defesa – grifo nosso) três cacetes lá no seu bureau, batizados como: direitos, tempo de serviço, indenização” (PERNAMBUCO, JCJ 0353 – 1978). É relevante contextualizar que o ano em foco, 1978, representa um tempo de reagudização das práticas de repressão do Estado de exceção de direitos vigente. Essa prática precarizada de relação trabalhista tomava cor mais forte nas relações laborais do campo, em grande parte pelos efeitos das Ligas Camponesas e da propaganda anticomunista, quase duas décadas antes.

Sentiu-se o trabalhador rural, portanto, demitido, sem condições de voltar ao serviço. Relatou em petição inicial que começou sua lida em 1960 recebendo remuneração menor que o salário mínimo regional³⁷ uma vez que, não raro, levava dois dias para concluir uma tarefa³⁸.

O acervo do arquivo do Projeto Memória e História TRT 6^a Região é composto por 200.000 dossiês, oriundos de 12 municípios pernambucanos e desses, aproximadamente, 12 mil foram preservados, catalogados, digitalizados e disponibilizados³⁹. As parcerias de fomento contemplaram os municípios de Jaboatão de 1963 a 1978, Goiana de 1960 a 1974, Recife com suas cinco Juntas de 1950 a 1967 e Escada de 1963 a 1974. É relevante atestar que o projeto foi referendado pela comunidade acadêmica como mais um laboratório de pesquisa da UFPE e pela UNESCO como **Memórias do Mundo**⁴⁰. O valor como bem memorial desse estoque de informação reside na sua representação como construtor de uma memória coletiva, o que em si já se constitui como pressuposto e justificativa às reflexões do conjunto de fenômenos sociais da prática de guarda arquivística que adota.

³⁶ Petição inicial: constitui a primeira peça documental de um dossiê processual trabalhista, tem como característica ensejar à ação judicial.

³⁷ Salário Mínimo Regional foi uma conquista trabalhista normatizada na década de 1960 que unificou a remuneração das tarefas exercidas pelo trabalhador do campo.

³⁸ Tarefa era o termo usado para designar as etapas, ou divisão de trabalho no campo, com a cana de açúcar, como arar, semear, colher ou cortar queimar, entre outros. Para cada tarefa era dado um quantitativo e um valor correspondente de remuneração diária, o que quase sempre ficava aquém de um ganho mínimo e necessário a sobrevivência do trabalhador rural.

³⁹ É relevante dizer que o método de preservação, catalogação, digitalização e disponibilização não seguiu, ou, obedeceu a critérios técnico-científico arquivísticos, seja da NOBRADE, ou de outro órgão com competência normativa na área de arquivo.

⁴⁰ Hiperlink 12 [Memórias do Mundo](#). Acesso em: 18 out. 2012.

Na atualidade, o Arquivo do Projeto Memória e História TRT6^a/UFPE encontra-se letárgico, sem interoperatividade, devido à ausência de recursos financeiros que o torne um ente memorial. Essa é uma condição “nefasta” à memória, natureza essa que contradiz com a cultura de direito ao acesso a informação que deve emanar em um Estado Democrático de Direito (GALINDO, 2009). Essa conjuntura torna-se também justificativa para ter o TRT6^a/UFPE como caso de estudo à problematização dessa realidade social.

Contudo, não fosse à condição multiusuário dada à informação registrada, esse espaço de memória já seria mais um arquivo morto, como tantos existentes, alguns em nossa própria comunidade acadêmica. O Arquivo do TRT6^a/UFPE é recurso se informação memorial, em potência, à produção de conhecimentos que algumas vezes sai do ostracismo e da letargia para se tornar agregado de valor intelectual quando se precisam prestar contas dos feitos de uma gestão departamental, ou institucional. Ressurge como *fênix* das cinzas para se tornar número estatístico nos índices de eficiência das instituições governamentais, para atender as exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC) frente à avaliação periódica que determina os conceitos do Índice Geral de Cursos (IGC) dentro de uma IES. Acervos como o do TRT6/UFPE, em sua maioria, são constituídos por vontade política, não por decisão normativa. Assim, persistem destituídos de tomadas de decisão que possam recuperar, mas também difundir e dar acesso à memória, por meios dos patrimônios memoriais arquivísticos nacional.

As experiências coletivas, como as celebrações das práticas de vida e trabalho somente desaparecem se não houver a transferências desses ritos, por meio da operacionalização de uma hermenêutica capaz de acompanhar as dinâmicas sociais, (re) significando-as continuamente. Tal proposição torna imperativa a preservação dos registros memoriais arquivísticos – como os processos trabalhistas –, dentro de condições pós-custodiais, além de corroborar a premissa de que memória é de **herança em uso fruto**⁴¹, responsabilidade contemporânea com gerações futuras.

⁴¹ Herança (memorial) em usufruto. O ajuizamento desse conceito de memória na escrita volta-se ao entendimento de memória como uma herança, ou bem, que gera uma mais valia, no caso um valor cultural. Está contextualizado nas discussões contemporâneas acerca das experiências humanas, como fermento cultural da memória coletiva de uma sociedade às futuras gerações como um patrimônio imaterial. Veja também Galindo (2009) e Gouveia (2014).

3 GUARDA MEMORIAL ARQUIVÍSTICA CUSTODIAL E NOVA DISCUSSÃO PARADIGMÁTICA

Saber é poder! Essa reflexão teceu as ideias de iluministas como as de Bacon (1561 – 1629) na construção de uma teoria para o progresso do homem na modernidade ocidental. Nesse recorte de tempo e espaço o “conhecimento científico daria ao homem poder sobre a natureza” (VASCONCELOS, 2013, p. 60). A visão de mundo moderno não pressupunha apenas uma necessidade curiosa do humano pelo conhecimento, mas se atrela a um contexto de demandas sociais vigentes. A busca por saberes formalizados nos séculos XVIII e XIX forjava-se no projeto de progresso humano por meio do controle da natureza, produção em larga escala e estímulo ao consumo. “O modernismo tem sido a ampliação esquizofrênica da transformação de pedras, plantas e animais em produtos do homem e em sua civilização moderna” (BUARQUE, 2014).

Informação compõe-se como moeda de troca. O acesso às fontes, aos registros do conhecimento torna-se ação motriz ao intelecto e cientificidade, estímulo à produção documentos em massa. É certo que o desejo humano por conhecimento, contudo, é anterior ao ideal moderno. Encontra-se na natureza evolutiva do ser humano, ou como teoriza Capra, a teia da vida “na aventura humana” (CAPRA, 1997, p. 203). Fundamenta o autor: “os primeiros descendentes humanos dos símios antropóides do sul emergiram na África Oriental por volta de 2 milhões de anos atrás” (op.cit. 205). Eram seres de pequeno porte, mas com uma robusta massa encefálica, característica genética e fisiológica que os diferenciou dos ancestrais e os permitiram ações cognitivas, como criar ferramentas. Era o “*Homo habilis* (ser humano habilidoso)”, conclui o autor.

A ação de custódia pelo acúmulo, ou guarda de registros, é um modo originalmente nativo. Nosso espírito é preparado para sermos custodialistas, para guardar mais que distribuir. É certo que a custódia entendida como prática social de acúmulo para guarda e colecionismo tem maior pertinência na sociedade moderna ocidental, na lógica do Sistema Capitalista. Mas é uma concepção que faz parte da evolução humana⁴².

Essa natureza funda-se na ideia de sobrevivência, em um regime de escassez. É o caminhar da humanidade de nômades a coletores, cultivadores, produtores de excedentes por necessidade, ou sobrevivência. Desses degraus evolutivos emergem a guarda para acumular,

⁴² O termo evolução humana acompanha as reflexões do biólogo e filósofo Uexküll em seu conceito de meio ambiente (*Umwelt* = mundo ao redor), de mundo como um sistema aberto onde cada realidade constitui-se sistemicamente, evoluindo historicamente por meio da memorização dos respectivos processos sociais.

para possuir, pelo rarismo, condição de autoridade e poder, por meio da incorporação cultural da custódia pelo costume em comum.

A Sociedade Industrial constitui-se no conceito de lucro pela produção de excedentes padronizados, pelo engodo da “democratização do consumo”. Nesse universo instituído reforça-se a ideia de que o raro é o caro, é o que não se produz pela automatização, pela repetição da máquina. Gera-se, assim, outra forma de demanda por consumo, agora, para refletir dessemelhança no acumular e colecionar.

A síndrome do raro ataca os espíritos humanos corrompendo-os por meio da ampliação esquizofrênica (Buarque, 2014), do consumo a qualquer custo, pelo desejo do raro tal qual a avidez de *Gollum* retratada no Senhor dos Anéis e do livreiro de olhar vazio e baço como Giacomo em Flaubert (2001).

A realidade descrita nos modelos alegóricos deixa-se refletir como produto social da modernidade, dessa temporalidade “que criou uma ética que não tolerou a escravidão, mas aceitou a desigualdade, mesmo que crescente; que defendia a democracia, embora tenha convivido com os mais brutais regimes autoritários da história; que não apenas tolerava, mas via como símbolo de progresso a destruição da natureza. Esses princípios estão se esgotando” (BUARQUE, 2014).

Nesse estudo, define-se a prática de custódia como característica nativa, que se torna prática coletiva no mundo ocidental, portanto, enraizado culturalmente. No âmbito das práticas sociais a análise encontra ponte didática com as reflexões de Thompson (1998) acerca do trânsito conceitual do termo costume para cultura. Esses substantivos tomam-se conceitos análogos a partir das transformações sociais observadas durante o surgimento do Sistema Capitalista. As imposições desse novo meio de produção e trabalho fomentam a conjuntura de urbanidade via Revolução Industrial na Inglaterra e torna o termo cultura, ontologia das experiências coletivas. A denominação de cultura, assim, abarca o entendimento de costume semelhante ao usado no mundo rural como o de ritual de um povo, cerimônias, ou celebração. Como folclore daquela coletividade, que no tempo das cidades operárias da Inglaterra não desapareceu foi reelaborado, agora como cultura.

A resignificação dos costumes em comum para cultura, portanto, pode ser refletida com a compreensão do que é feito repetida e rotineiramente pelos tecidos sociais como prática cotidiana, (re) produção, resignificação das experiências, rituais e celebrações coletivas. Define o autor: “o costume era a segunda natureza do homem [...]. como se fossem imagens mortas instrumentos movidos exclusivamente pelas rodas do costume” (THOMPSON, 1998,

p. 14), ou seja, tal qual o conceito que se tem de cultura no tempo presente – lastro e herança de uma coletividade.

A análise descrita perpassa a escrita à medida que se pensa o custodialismo pelo modo nativo de guarda, no sentido costumeiro desse exercício humano, pela natureza evolutiva do processo de hominização quando da constituição das ferramentas técnicas e lógicas para otimização das competências nativas. Assim, foi no processo de habilitação de características biológicas, como o movimento de pinça e na aptidão para apreender, articular e contextualizar experiências coletivas que o humano passa a registrá-las como experiências, conhecimento. Essas questões respondem à necessidade de sobrevivência humana, é material de estratégico às conquistas, a inter-relação com outros e com o meio.

Não se pode guardar tudo na memória e a reelaboração do que foi experimentado torna-se imperiosa no desenvolvimento dos processos de cognição humana frente à memorização e celebração das práticas socioculturais. A perspectiva dicotômica da técnica e da lógica como característica de evolução humana fez surgir à escrita como ferramenta tecnológica.

O registro escrito gera o documento que produz informação e guarda memória, fomentando o exercício social custodialista e/ou, colecionista. Outro ângulo de análise para validar a explicação para o acúmulo de informação que torna o ser humano custodialista é ajuizado na referência teórica de “saltos qualitativos” (VASCONCELOS, 2013, p. 52). A evolução humana atrela-se à produção de conhecimento por meio de marcos de temporalidade, da transposição da crença comum à filosofia e, dessa, à epistemologia científica. Ou ainda, da superação do mito pelo *logos* e desse à razão como princípio iluminista. A afirmativa inicial de Bacon encaminha, portanto, o entendimento de ideal humano por acúmulo de informação como motor de conhecimento e, particularmente na modernidade com a ideia de progresso. Há ainda que se inserir ao processo histórico de longa duração aqui descrito eventos como o Renascimento e a Reforma Protestante. Ambos situam-se como realidades motivadoras da crença humana na razão em detrimento da fé como verdade e como produtores de informação.

As reflexões e conjunturas descritas construíram uma modelagem social na ideia de acúmulo, coleção, ou guarda de bens à moda custodialista, mas lastreada na natureza humana do costume de guardar. A custódia dos registros do conhecimento torna-se prática socialmente construída de salvaguardada da informação memorial. Os tutores do conhecimento representados por bibliotecários, historiadores e arquivistas passam a exercer formalmente a custódia da informação como um tesouro. Com isso, o discernimento de verdade inicia e

termina no lugar de guarda arquivística, o arquivo assume aura de sacralidade pela missão de custodiador da prova material dos fatos.

O paradigma custodialista pode ser visto como o processo que conduziu às práticas laborais de uma categoria de profissionais da informação a uma super especialização de ofício, fenômeno marcado pela valorização na função de guarda em detrimento do acesso. (GALINDO, 2014, p. 240).

Os grupos sociais baseados em ideia de raridade e escassez, em estreita relação à noção de exclusivismo como poder social, passam a atribuir valor simbólico aos documentos específicos, como por exemplo, a numismática, a filatelia, as obras de arte. Esse conceito de valor de guarda ligado ao que é raro e exclusivo forja-se simultaneamente à ideia de ter sempre mais um, de colecionar, mas contrário ao acesso. Isso porque a natureza do colecionismo assemelha-se ao custodialismo, compra-se, adquire-se, deseja-se possuir, para guardar, para ter mais, para posse privada, porque é exclusivo. Adquire-se, guarda-se algo, ou alguma coisa valiosa porque a posse concede o status de raridade, mesmo que ilusoriamente, ou simulado tal qual a bolha da tulipa⁴³.

Destarte, a racionalidade mostra-nos que esse caráter de guarda deve ser vencido para o estabelecimento de uma cultura nova. Na contemporaneidade, o custodialismo como gestão constitui uma ação nefasta à memória, representação obsoleta de organização do conhecimento, costume danoso ao princípio vital de acesso amplo a um bem memorial arquivístico.

Nova forma de pensar a guarda arquivística memorial é parte da evolução intelectual do homem, a civilidade tem a ver com combate a todas as formas de concentração de riqueza. Tem a ver com reciprocidade distributiva, com socialização dos bens, principalmente, o desapego custodial dos bens patrimoniais.

A permanência dessa realidade encontra lastro na persistência do paradigma mecanicista, como uma acepção de mundo ainda em trânsito na atualidade. Esse contexto social precisa ser entendido, precisa ser traduzido, precisa ser trabalhado cientificamente por memorialistas, bibliotecários, arquivistas, historiadores. Não se pode passar ao largo desse problema, não há como negligenciar, não discutindo em profundidade, sem provocar inquietações nas pessoas, na sociedade, nos leitores. Urgem, pois reflexões especializadas acerca da prática custodial.

Historicamente, a acumulação de conhecimento/informação esteve na pauta dos poderosos, nas agendas reais, no cotidiano dos regimes totalitários, ou democráticos. É,

⁴³ Hiperlink 13. [A Bolha da Tulipa](#). Acesso em: 11 jan. 2014.

portanto, vontade humana o desejo de guardar para lembrar, mas também para esquecer, para reter, para fazer desaparecer. O custodialismo “é realidade construída individual, ou coletivamente” (BERGE, 2013, p. 11). É realidade constituída em características peculiares, da subjetividade de cada tecido social. As culturas locais têm um papel importante na moldagem do custodialismo, os brasileiros não possuem boas práticas de gestão memorial, mas não são os únicos, como já descrito.

A prática custodial nos países desenvolvidos ocorre por motivos diferentes que nos países em desenvolvimento como o Brasil, pois riqueza e desenvolvimento são conceitos diferentes. O Brasil é um país rico – a oitava economia do mundo – esse patamar não garante à nação o desenvolvimento. O subdesenvolvimento é representado pelos fossos sociais, pela desigualdade na distribuição das riquezas. O atraso social pode ser mensurado pelos ricos, não pela população marginalizada social, política e economicamente. O que garante o desenvolvimento de um povo, a riqueza de uma nação é a capacidade de civilidade das pessoas; é a aptidão para cooperar com o semelhante; é o respeito às normas sociais, às leis. É a pertinência de uma sociedade mais justa e democrática sem privilégios dos mais ricos, dos mais abastados politicamente, ou dos grupos sociais mais desenvolvidos, sobre os menos favorecidos.

Os fenômenos de custodialismo e colecionismo estão, assim, amalgamados à composição de sua sociedade, portanto. Quanto mais se guarda, se coleciona, se acumula, ou se amealha de raridades, mais se pressupõe o quão importante se é. Mas a questão do pertencimento custodialista-colecionista não se esgota entre ricos e pobres, apenas se modela a partir de cada contexto social.

A realidade custodialista/colecionista como expressão do fenômeno social de guarda memorial arquivística tornou-se, assim, veículo de sentimento nacional, desejo de exaltação de identidade comum, fonte de autoridade, de poder e recalque. A custódia é um fenômeno social ligado às questões de subjetividade humana concedendo ao possuidor do bem poder, privilégio, exclusivismo e monopólio. Essas características emergem na realidade social como reconhecimento e diferenciação, pois os locais de guarda dos registros do conhecimento, não apenas o arquivo – têm natureza de abrigar o que é importante, proibido, sigiloso, ou privado. A ideia de custodiar, guardar o que é raro migra e se instala no universo da memória, por entre o esquecimento e a lembrança; entre a preservação e o descarte.

Naturalmente, as grandes bibliotecas, arquivos e museus são formados por coleções de grandes raridades. Uma biblioteca – como a Biblioteca Mindlin – é uma biblioteca de raridades e José Ephim Mindlin não se tornou célebre apenas porque era um homem

generoso, ou por ter sido um profissional destacado nas Ciências Sociais e Humanas. Ele firmou-se como intelectual que tinha raridades como propriedades, ou bens privados, reconhecido mundialmente como um bibliófilo.

Foi também, mas não somente por esse motivo, – com a intenção de agregar valor organizacional –, que a Universidade de São Paulo (USP) passou a gestar os recursos de memória do colecionador e amante dos livros O acolhimento da Biblioteca de José Mindlin pela USP, na contemporaneidade, é um bom exemplo de como se pode vencer o custodialismo frente à preservação de estoque memorial. Quando uma biblioteca como a Mindlin – que foi gestada com base no pensamento colecionista-custodialista – passa a ser tratada, digitalizada e disponibilizada para o público surge uma luz às problematizações de guarda memorial.

Assim, as questões de memória, não somente na arquivística, demandam discussões novas. Reflexões nas quais o campo historiográfico perde a hegemonia de saber privilegiado no âmbito da guarda documental para atuar em sintonia com o conceito de gestão do fluxo de informação com ênfase no acesso.

A validação da guarda de uma memória no tempo presente consiste na preservação documental pela abordagem técnica e semântica, mas principalmente pela função social que o fluxo informacional do estoque deve emanar. “Sem memória não seria possível conceituar, não seria possível conhecer, não haveria possibilidade de armazenar informação” (SILVA, 2009, p. 27).

3.1 CUSTÓDIA ARQUIVÍSTICA, MEMÓRIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O custodialismo, entendendo-o também como colecionismo, é prática consuetudinária. Realidade social construída de subjetividades que chega à atualidade como arquétipo de gestão institucional à moda tradicional – historicista. Expõe-se, entre rupturas e permanências, em descompasso com a concepção epistemológica pós-custodial imprescindível ao gerenciamento de uma memória arquivística. “É, sobretudo com mais frequência do que podemos imaginar a decidida vontade de fazer com que eles (os recursos de memória (grifo nosso)), jamais tivessem existido” (POLASTRON, 2013, p. 12).

O desejo de acumular registros e colecionar memória como prática social reflete-se na impressão de arquivo, que é a representação do lugar de guarda memorial – a

territorialidade⁴⁴. “Pois não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem certa exterioridade, não há arquivo sem exterior” (DERRIDA, 2001, p. 22). É a designação do espaço que o referenda o caso do Arquivo do Projeto Memória e História TRT6^a Região/UFPE, que tem como marca exterior a memória da Justiça do Trabalho de Pernambuco de 1940 a 1985.

Esse estoque de informação arquivística memorial é espaço de repetição e reprodução de dados, informação sequencial formalizada de uso findo. Fluxo de informação arquivística para ser guardado, ou esquecido. A criação de um arquivo origina-se na coleção sistematizada, ou não, de uma matéria cujos elementos constituintes esgotaram o ciclo vital, a vida corrente. O arquivo é uma realidade dialética entre princípio e fim pressupondo seu mal – “mal de arquivo” (DERRIDA, 2001). Arquiva-se, ou, se guarda o que já não é pragmático, o que se quer esconder, esquecer, recalcar, silenciar. Arquiva-se também para custódia de registros privados, secretos, sigilosos, sensíveis, para se ter monopólio da informação ou com objetivos de diferenciação social.

A reflexão sobre as questões de ser o custodialismo uma prática danosa à memória é uma realidade contemporânea. Os debates tomam curso interdisciplinar e balizam-se pela premissa de que o poder de guarda é substituído pela necessidade de difusão e acesso da informação. É por meio dessas mudanças paradigmáticas que se dá o trânsito da memória de um contexto de privilégios e exclusivismo para a democratização e socialização da informação.

A recuperação da informação por meio de estratégias técnicas e lógicas é memória do tempo presente, é matéria da Ciência da Informação. Dentro dessa perspectiva científica disciplinar, o valor de um acervo arquivístico é processual, sistêmico e contínuo. É fluxo que se tece com os processos de hominização e humanização, frente ao desenvolvimento cognitivo perpassando a subjetividade de cada indivíduo ou coletividade. É memória – informação como fenômeno social – que desde as incertezas da modernidade vem deslocando-se da totalidade do conteúdo ao partilhamento social, pois é nesse *locus* onde se operam as trocas de significados e a produção de conhecimento. É registro informacional que se transforma em meio e forma a partir do processo de dessacralização do registro tanto pela perda do valor de chancela da verdade documentada, quanto pela desmaterialização do suporte de impressão.

⁴⁴ O espaço na abordagem freudiana é tido apenas fisicamente. Lugar como onde se deixa a marca, identidade coletiva. Hoje pela existência dos espaços de virtualidade e simulação a ideia de impressão de arquivo alarga-se.

Mas “o saber patrimonial torna-se mais facilmente partilha no ciberespaço” (Holanda, 2012). Pressuposto elencado à análise justificando a problematização na CI onde o fluxo de informação arquivístico memorial é fenômeno social pós-custodial. A informação referendando os sistemas vivos por códigos, ou signos desencadeia a perspectiva de guarda pós-custodial como realidade social. Nesse contexto social contemporâneo, o conceito de informação alastra-se, impregnando as práticas humanas individuais e coletivas. Não deixa dúvidas sobre a necessidade de se apreciar continuamente o caráter, a composição e a interferência da informação na vida cotidiana como direito e dever de todos e dos Estados.

Nesse nível de abstração, o conceito de paradigma pós-custodial fundamenta a pesquisa por meio das discussões teóricas de Ribeiro (2005) e Silva (2009), que vão de encontro à prática custodialista historicista. Esses autores possibilitam o alargamento do entendimento de documento, informação e memória a partir das concepções científicas emergentes da Ciência da Informação.

As reflexões pós-custodias voltam-se à demanda da consolidação de um novo entendimento de preservação da informação arquivística. A conjuntura na qual se insere a produção, conservação, distribuição, acesso e consumo da informação, perpassa novas definições como velocidade, fragmentação, multiplicidade, desterritorialização, virtualidade, simulação. Esses conceitos colidem com a prática de custódia arquivística tradicional afeita ao tecnicismo e subserviência profissional de “disciplina auxiliar” por quase dois séculos.

O novo paradigma faz surgir questões pertinentes à realidade custodial que se agudizam no tempo presente pelo volume de documentos produzidos, pelos critérios técnicos adotados de seleção/avaliação e pela perspectiva de acesso à informação como direito do cidadão.

Para além da existência de adversidade natural dos estoques de memória, o documento toma diferentes configurações e se torna informação armazenada em suporte físico ou não frente ao desempenho tecnológico do século XX.

Com efeito, a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio por em causa a noção estática e clássica de documento como conceito operatório e como objeto de conhecimento e assinalou a entrada dos Arquivos e das Bibliotecas na chamada “era pós-custodial”. (RIBEIRO, 2005, p. 80).

Esta pesquisa fincada na CI expõe reflexões acerca do custodialismo historicista como prática humana que, apesar da declarada obsolescência, subjaz no fenômeno social de guarda da informação arquivística memorial. O estudo explora a realidade dessa expressão social no Estado de Pernambuco, na investigação dos espaços e práticas arquivísticas institucionais e na fala dos gestores de memória arquivística desse Estado.

A apreciação crítica suscita resposta à questão do que impede a adoção de boas práticas de guarda arquivística memorial mesmo diante da nova visão paradigmática de caráter pós-custodial. Incita saber quais os trâmites sociais que não raro inviabilizam o cumprimento da função social dos registros de memória. As reflexões que fecham o segundo capítulo sintetizam uma realidade de conflito que carece de alargamento epistemológico que possa encaminhar outros modelos de análise para além dos vigentes. Outra(s) concepção(s) que possam dar ao cientista social poder de penetrar nos interstícios de uma teia social desatando os nós dos fios dessa realidade, como a realidade de custódia arquivística memorial.

Assim, essa escrita pretende trazer também às discussões conceituais a possibilidade de se poder trabalhar com outro paradigma que consiga visualizar na interconexão das partes de uma análise, como o todo sistêmico dela. Com a teoria da complexidade e o pensamento sistêmico como aporte teórico dessa pesquisa, assuntos a serem abordados no próximo capítulo, tem-se como objetivo abranger o mais da realidade de custódia arquivística em Pernambuco, bem como a viabilização de outra forma de gestão memorial.

4 COMPLEXIDADE E PENSAMENTO SISTÊMICO: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

O processo de construção do conhecimento é reforçado pela estruturação teórica adotada no curso da pesquisa (Vide tabelas 1 e 2). É um contexto de natureza complexa pela necessidade de explorar conceitos consolidados inter e transdisciplinarmente e os dispor interrelacionados às questões sociais emergentes. A ciência da Informação e a Arquivística são as áreas eleitas das Ciências Sociais Aplicadas que referendam a construção epistemológica da pesquisa. A escolha desses campos científicos não se faz aleatoriamente e tem em vista a investigação e conhecimento do processo fenomenológico do fluxo da informação arquivística dos registros memoriais em Pernambuco. O estudo encaminha respostas à pergunta como: “O que nos faz diferentes de nações desenvolvidas possuidoras de boas práticas de conservação dos registros da memória?” (GALINDO, 2005). A teoria recolhida nas áreas citadas alimenta a pesquisa decodificando os sentidos que impregnam os signos e os significados das práticas de gestão da informação arquivística memorial.

“É um desafio complexo fazer relações entre memória, patrimônio e informação!”, essa oração é o início da fala de Galindo (2014) em um seminário na UFPB, sobre as questões da memória, mais uma discussão tratada por meio de ‘diálogos interdisciplinares’⁴⁵. Os caminhos de fundamentação teórica adotados encontram eco na afirmativa do professor Galindo à medida que a observação reveste-se de complexidade⁴⁶ por ser um fenômeno social alocado a uma determinada realidade. A concepção do conceito de complexidade é incorporada, portanto, para tecer os fios da trama social na qual o objeto da pesquisa é observado. Pesquisar uma realidade social é buscar indícios nas ocorrências, nos fatos, nas subjetividades inerentes aos seus fenômenos, é trabalhar **matéria da vida social** (DURKHEIM, 2012, p. 21).

O estudo trava uma relação dialógica entre o paradigma cientificista tradicional e o novo paradigma sistêmico que emerge as demandas sociais da atualidade. A visão analítica é natureza fundante do paradigma mecanicista ou tradicional. Constitui-se analogamente a divisão de um átomo. Uhlmann (2002) descreve que o caráter atomista da realidade mecanicista (análise do todo pela característica de suas partes) pressupõe entraves à percepção de um contexto complexo. Teoriza que outra percepção de mundo, de mudança

⁴⁵ Trata-se do I Seminário de Informação, Preservação e Memória: diálogos interdisciplinares.

⁴⁶ A visão sistêmica, como um instrumento lógico de análise, opera frente à natureza complexa de uma realidade.

paradigmática, como a visão sistêmica tem ainda um tempo de fermentação e está ainda na fase existencial de “proto-teoria”.

Esta abordagem analítica, reducionista, observada sob o crivo da concepção de sistemas elaboradas a partir do século XX, não mais encontra respaldo, pois os sistemas, as organizações complexas tais como as empresas, devem ser estudadas como um todo que não pode ser separado em partes, sem que haja uma perda das suas características essenciais (UHLMANN, 2002, p. 11).

A observação de um problema social não é contemplada em sua amplitude com análises reducionistas. A observação da parte não representa o todo, deixa escapar as inter-relações o que está entrelaçado aos fenômenos sociais, sejam os de natureza coletiva, sejam os de natureza individual que nos primeiros ressignificam-se.

Para compreender a maneira com que a sociedade se representa a si mesma e o mundo ao redor, é preciso considerar a natureza da sociedade, e não a dos indivíduos. Os símbolos com os quais ela se vê mudam de acordo com o que ela é (DURKHEIM, 2012, p.11).

A pesquisa adota perspectiva do pensamento sistêmico como forma lógica de reflexão do problema Para ampliar a capacidade de observação do estado das coisas de um fenômeno social, que é dotado de subjetividades e complexidade. Pela multiplicidade causal dos fatos frente à relativização das ocorrências dos efeitos, expressos na realidade como prática coletiva.

Para além do contextualizado na construção de um entendimento social, o estudo aborda a temática da gestão do fluxo de informação arquivística memorial como um processo inerente à condição de sistema.

Na CI a concepção de sistema é conceito recorrente nas narrativas que lastreiam teoricamente a informação como seu objeto. Le Coadic (1994) fundamentando a informação como objeto da CI identifica que ela não deve ser entendida como coisa, ou dado isolado, mas como produto de um sistema de informação. A existência de ambiente sistêmico, natural ou criados pelo homem, é imprescindível ao reconhecimento da natureza da informação (ROBREDO, 2003, p. 91, 106).

Nesse contexto, tem-se como pressuposto que o patrimônio memorial ou os estoques de memória arquivística por sua natureza de vulnerabilidade tendem a uma existência em risco, a não funcionarem bem. Não contemplando a missão social como recurso de memória. A visão sistêmica fundamenta reflexões críticas de outra percepção dessa realidade por meio do conceito de sistemas memoriais

Os sistemas memoriais como instrumento lógico de pesquisa e também realidade a ser observada alarga a compreensão da questão do por que a preservação de um bem arquivístico-

memorial não funciona bem. Expõem possibilidades ao entendimento de que os recursos de memória não funcionam bem porque não são criados pela interação de suas partes. Apontam para o porquê em Pernambuco, os fluxos de informações arquivísticas memoriais, não raro, estão desabilitados de suas funções sociais. Por que não são pensados em “profundidade ecológica” (CAPRA, 2006, p. 25), como um todo integrado?

Se os fluxos de informações arquivísticas memoriais em Pernambuco operassem processualmente com suas partes e o meio em simbiose, tal qual uma teia colaborativa e cooperativa, analogamente a um sistema biológico, haveria a natureza de homeostase pertinente aos sistemas, a interoperatividade das partes com o todo. Processar-se-ia a autossuficiência desses, pelo ajuste mútuo de suas partes para evitar danos, prolongar a vitalidade e promover o equilíbrio.

O pensamento sistêmico é “contextual”, o que é o oposto do pensamento analítico. A análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la; o pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de um todo amplo. (CAPRA, 2013, p. 41).

A contextualização surge como característica para compor visões da realidade complexa em foco. Busca ver o todo nas partes e, nessas o todo em interoperatividade e cooperação. Como modelo mental, em relação fractal, tal qual a representação gráfica do “Triângulo de Sierpinski” (Fig. 1) no qual o todo é composto das partes e, essas compõem o todo em relação de semelhança.

Figura 2 - Representação gráfica das primeiras cinco etapas de abstração do Triângulo de Sierpinski



Fonte: Universidade Federal do Paraná (2013).

Se Arquivos, Museus e Bibliotecas atuassem interoperando seus fluxos de memórias como sistemas de informações para concretizarem a função social para a qual foram concebidos não coexistiriam em risco, em declarada condição de vulnerabilidade. Se instituições operassem em rede colaborativa somariam esforços, dividiriam problemas, pois “a cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente” (SENNETT, 2012, p. 9).

O paradigma historicista empregado aos recursos de memória, como produto da Modernidade, há muito se tornou obsoleto. Essa reflexão transcende às questões custodiais, são casos de fórum sociocultural.

A Morte da Modernidade é uma metáfora que trata da sublimação de um conjunto de regras que emergem em resposta a mudanças profundas que afetam o mundo em que vivemos. Isso se reporta ao mundo material ou natural com câmbios importantes como aquecimento global, o impacto no universo das ideias pela instalação social no ciberespaço e pela explosão das chamadas tecnologias da informação e comunicação. (GALINDO, 2014, no prelo).

Se houvesse, nas instituições que produzem registros de memória, a cultura de gestão alicerçada em uma visão sistêmica de caráter não historicista, existira nelas, em contrapartida, o esforço para qualificar sua memória. Haveria como cultura organizacional a etapa de preparação da documentação para o momento que ela deixasse de ter uso administrativo e fosse para um arquivo geral, ou para o Arquivo Público da respectiva jurisdição. Nesse último caso há que se ter em mente as fronteiras da legislação normativa de cada esfera de poder.

Dessas reflexões pode-se inferir o estudo de caso em foco, como um fluxo de informação arquivística memorial que hoje está sob a tutela da UFPE. Assim, havendo em primeira instância o tratamento de preservação dos registros desde a sua criação até a configuração desses como autos findos pelo TRT 6ª Região, haveria lastro a uma existência arquivística permanente derivada da própria cultura organizacional.

Todo Arquivo Público tem como competência de ente memorial o preparo, a organização, o tratamento e a promoção do acesso da informação à pesquisa. Esse pressuposto está na base histórica da consolidação dos Arquivos, na modernidade como lugar de guarda da informação do Estado. É relevante dizer que as discussões assentadas na pesquisa entendem a instituição Arquivo como cria da Revolução Francesa frente aos autoritarismos na manipulação da informação e “desvios iluministas” (SILVA et al., 2009, p. 95).

É pertinente também atestar que as questões que norteiam a pesquisa no âmbito fenomenológico não cessam entre a instituição memorial, o arquivo público, historiadores e arquivistas. São dotadas de complexidade que foge a esses domínios e recaem em motes políticos ligados aos direitos fundamentais sociais constituídos – ao cumprimento e estabelecimento de políticas públicas de preservação memorial – sendo portanto de pertencimento do Estado. São trâmites normativos de caráter sociocultural de um povo, nos quais se faz representar a demanda do usuário e no direito dele ao acesso à informação.

Há que ser entendido, que as informações contidas em registros de memória não pertencem a nenhuma das instâncias tutoriais citadas, nem à instituição judicial, nem ao

Arquivo Público, nem aos arquivistas, nem aos historiadores. Ela é de *res pública*. Provém da sociedade, deve retornar a ela como um direito. Esse é o pilar da democracia!

O valor de um bem memorial coletivo reside na ressignificação de seus signos e símbolos, apenas quando perpassam os sujeitos. O conhecimento se faz no outro, de outra forma a informação toma sentido inercial de (des) informação, de relíquia guardada numa torre de marfim. “Além de resgatar e guardar os valores culturais, algo que o próprio bom senso nos deveria obrigar, preservá-los e garantir o acesso a eles são exigências legais dos Estados democraticamente construídos”. (GALINDO, 2009, p. 4).

No âmbito do direito à informação é relevante contextualizar que o acesso à informação em um cenário de desvios e desajustes sociais não corresponde à produção de conhecimento. Barreto (1994) é enfático ao teorizar:

Democratizar a informação não pode, assim, envolver somente programas para facilitar e aumentar acesso à informação. É necessário que o indivíduo tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive. (BARRETO, 1994).

Os fundamentos teóricos desde as primeiras reflexões, com a escolha do caso, a revisão bibliográfica, a seleção das fontes, as estratégias e os instrumentos metodológicos aplicados, amarram-se aos objetivos dessa dissertação. O estudo explora a teoria pertinente para viabilizar a investigação da prática social de guarda arquivística memorial. Qualifica o que essa realidade social tem de verossímil ao caso do Arquivo TRT6ª/UFPE como representação memorial vulnerável e custodialista. Recuperar e preservar registros do conhecimento⁴⁷ e os lugares de guarda das várias categorias de memórias requer práticas coletivas colaborativas com *status* de ponto de Arquimedes, como alavanca para pensar estratégias de gestão aos fluxos de informações arquivísticas memoriais.

Nesse campo de abstração, no qual o estudo perpassa o conceito de trabalho cooperativo, colaborativo e solidário, a análise busca lastro em teoria que fundamenta essas características como habilidades humanas essenciais. A cooperação e colaboração contextualizam as questões da informação memorial colada ao seu princípio e finalidade social que é o acesso. Tem-se como pressuposto que é dever do estado a transparência, e difusão da informação, como direito, o cidadão tem o acesso de forma ampla. A resposta que os estoques de informação memorial arquivística vêm dando da demanda de missão social contemporânea deixa dúvida quanto à competência deles como instrumentos ao exercício de cidadania. O que pode estar ocorrendo é que esses entes memoriais fechados em seus próprios

⁴⁷ Propõe-se entender registros do conhecimento por meio das discussões de Hjørland (2000) do contexto epistemológico de informação e documento no âmbito das Instituições de memória no século XX.

muros tornaram-se desabilitados a cooperação, a colaboração e a troca. Têm-se na literatura pertinente que a Era Moderna desabilitou o ser humano às tarefas coletivas. As causas dessa (des) habilidade são processuais e históricas, e vão desde o alargamento do fosso entre ricos e pobres no mundo, à categorização do trabalho individualizado, ou, temporário, à intolerância e globalização cultural. Assim, a cooperação insere-se como fundamentação teórica nesse estudo para refletir sobre a habilidade humana, para redescobrir o valor do trabalho coletivo, pois os domínios da memória não devem ser latifúndios monocultores.

A memória, ou, mais especificamente um acervo memorial arquivístico, deve ser pensada como espaço de práticas coletivas, interoperativas, de tarefas partilhadas e risco aos danos minimizados. Pelo já descrito, a memória é gestão de conflitos e essas concepções podem qualificar a competência humana a uma existência memorial coletiva, colaborativa, para juntos enfrentar desafios. Portanto, esses conceitos podem esclarecer também como as práticas de cooperativismos podem beneficiar a preservação da informação arquivística-memorial na contemporaneidade. A definição de colaboração como característica indispensável ao trabalho coletivo é adotada, nessa análise, por meio das apreciações de Sennett (2012) sobre as experiências, celebrações, ritos e práticas sociopolíticas gestadas no espírito humano de cooperação.

Essas ações são tidas pelo autor como meio à adoção de habilidades humanas primárias que geram efeitos coletivos, não realizáveis individualmente, mas que contemporaneamente foram submersas pelo “eu a-cooperativo, despreparado para lidar com a complexidade e a diferença” (SENNETT, 2012, p. 44). Tais reflexões apontam para a realidade letárgica na qual se inscrevem as práticas de preservação arquivística-memorial em Pernambuco, não raro, encimadas em seus próprios morros, falando a mesma língua, para os mesmos pares. Na voz de um testemunho tem-se o triste relato de uma prática velada, mas bem conhecida, no âmbito dos domínios da memória. Diz um gestor: o trabalho *tem que ser em equipe. São campos distintos para trabalhar de partes específicas de projetos comuns. O historiador não pode prescindir do arquivista e o arquivista não pode prescindir do historiador. Um tem que ajudar o outro para não se produzir barbáries.*

É real, nessas fronteiras disciplinares fala-se muito em interdisciplina, mas ainda se trabalha pouco com tais concepções. Daí a necessidade nesse capítulo – de aportes teóricos – se trabalhar com campo epistemológico alargado, para que se vislumbrem possibilidades de se minimizar, ou conter os efeitos de uma realidade em crise. O próximo capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos volta-se, assim, às estratégias utilizadas para que a triangulação didática atinja os objetivos.

TABELA 1 - SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO TEMÁTICO

TEMA	TÓPICOS/CONTRIBUIÇÃO	FONTES/REFERÊNCIAS
Memória	Conceito Características Categorias Análise histórica	Bosi (1994) Galindo (2005, 2009, 2010, 2014) Halbwachs (2003) Holanda (2013) Pollak (1992)
Fluxo de informação	Conceito Característica Categoria Análise histórica	Barreto (2012, 2013, 2014) Buckland (1991) Capurro (2007) Holanda (2013)
Pós-custódia	Conceito Característica Análise histórica	Ribeiro (2005) Silva (2009) Holanda (2013)
Instituição de memória	Conceito Análise histórica	Hjørland (2013) Nora (1993) Holanda (2013)
Políticas públicas	Conceito Análise histórica	Jardim (2003, 2009) Silva (2008)
Economia criativa	Conceito Categoria	Ortellado (2011) Sicsú (2011)

TABELA 2 – SÍNTESE DAS TEORIAS DE REFERÊNCIA

TEMAS	TÓPICOS/CONTRIBUIÇÕES	FONTES/REFERÊNCIAS
Teoria da Complexidade	Conceito Característica Análise histórica Perspectiva paradigmática Perspectiva epistemológica	Capra (2013) Morin (2011) Prado (2014) Torres (2014)
Pensamento Sistêmico	Conceito Característica Análise histórica Perspectiva paradigmática Perspectiva epistemológica	Bertalanffy (2012) Kasper (2000) Uhlmann (2002) Vasconcelos (2013)

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa de natureza qualitativa explora os significados de uma realidade com objetivo de qualificá-los ampliando o conhecimento sobre os fenômenos sociais dela. Assim, o estudo adota a concepção construtivista social (CRESWELL, 2010, p.30) que pressupõe sentido às práticas coletivas de *vida e trabalho* que interagem no fenômeno social de preservação de um bem arquivístico memorial, em Pernambuco.

Os indivíduos desenvolvem significados subjetivos de suas experiências, significados dirigidos para alguns objetos ou coisas, (...) levando o pesquisador a buscar a complexidade dos pontos de vista em vez de estreitá-los em algumas categorias ou ideias. (CRESWELL, 2010, p. 31).

Richardson (2011) corrobora a escolha dessa categoria de pesquisa quando diz que a análise de uma realidade se valida por meio de uma abordagem qualitativa, pois é a “forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2011, p. 79). As estratégias de investigação da pesquisa, assim, fazem-se por meio da análise de conteúdo dos dados coletados utilizando uma abordagem sociocognitiva (HJØRLAND, 2000, p. 39) para ampliar o conhecimento da complexidade do objeto. A metodologia explora o fenômeno social de guarda arquivística memorial em Pernambuco investigando-o. O *corpus* da pesquisa foi por escolha intencional, como teoriza Creswell (2010, p. 212): “seleção intencional das fontes” e o resultado obtido pela análise de conteúdo das informações coletados nas entrevistas e nos documentos institucionais, midiáticos e normativos faz triangulação didática com a revisão bibliográfica.

O procedimento de entrevista teve início com a escolha não aleatória dos entrevistados, sendo esses gestores de memória ligados às instituições partícipes da Rede Memorial Pernambuco, ou envolvidos no projeto de resgate da documentação da Justiça do Trabalho de Pernambuco, estudo de caso dessa pesquisa. São profissionais ligados ao tema – problema da pesquisa, seja pela afinidade disciplinar com os registros memoriais, seja pela representatividade sociopolítica em lugares de memória arquivística. Antecede a entrevista um convite formal, que aceito, desencadeia o envio de um resumo⁴⁸ do assunto a ser abordado e essa estratégia visa comunicar à problematização aos entrevistados. O modelo de entrevista é aberto e não estruturado (CRESWELL, 2010), essa categoria de entrevista possibilita liberdade narrativa aos entrevistados frente à constituição de suas próprias reflexões.

A pesquisa também incorpora ferramentas lógicas como teorias que lastreiam uma nova visão paradigmática para construção do conhecimento científico por meio de outra

⁴⁸ O texto que serve de enunciado ao entrevistado foi o resumo apresentado durante o processo de qualificação.

perspectiva de análise como já descrito. Há também a incorporação da coleta de dados do *corpus* documental da Rede Memorial Pernambuco que serve de artefato à observação de outra realidade de gestão arquivística memorial, aquém da prática de custódia tradicional. Conhecimentos já formalizados, estratégias recém descobertas levam à reflexão sobre o patrimônio memorial de Pernambuco do “que hoje (como prática - grifo nosso) parece impossível e pode se tornar padrão amanhã” (VASCONCELOS, 2013, p. 33).

A concepção de Rede Memorial Pernambuco é usada, portanto, como categoria de trabalho nesse estudo para pensar saídas às circunstâncias de um sistema em crise permanente, condição essa já referendada. Essa Rede pode ser entendida como um ecossistema constituído por vários biomas – Instituições de Memória partícipes⁴⁹ – que em estado de simbiose e cooperação operam em ambiente compartilhado.

Como uma estratégia lógica atua no fluxo da informação memorial, e, não somente a arquivística, das instituições comprometidas minimizando os riscos de perda e esquecimento, tornando mais segura a existência de um ente memorial pelo ato da partilha. A Rede operacionaliza suas funções por meios de ações demandadas às instituições e frente ao novo rumo que a prática de preservação da informação arquivística ao modo pós-custodial deve adotar. As instituições referendadas ambientam-se na rede norteadas pelos princípios normativos expressos na Carta do Recife (Anexo A) e na Carta do Recife 2.0 (Anexo B). A Rede Memorial Pernambuco e seu *corpus* documental, não apenas as cartas serão descritas em subseção seguinte.

A estratégia lógica da RM é tomada como categoria de trabalho à medida que nesse estudo levanta-se hipótese de que as práticas de preservação de bens memoriais no Brasil e em Pernambuco carecem de inovações, urge por planejamento estratégico e por pertencimento ético do poder para com as causas públicas. A particularidade da realidade de gestão arquivística memorial é o modelo tradicional de guarda cujas perspectivas são de desastres eminentes, descasos e esquecimentos como os já descritos.

As saídas à preservação da memória são por meio de soluções “paliativas” e “emergenciais”, como regra, ou, em última análise pelo esquecimento. Galindo (2014) atesta já não caber resposta simplista e descomprometida sobre essa realidade. Respostas como ‘eu não tenho nada a ver com isso’, ‘isso não é dá minha conta, não é da minha alçada, eu não posso fazer nada,’ não resolve, nem impede a ocorrência de danos a memória. Continua

49 Instituições memoriais comprometidas com a Rede Memorial Pernambuco: Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Laboratório Liber da UFPE e Instituto Ricardo Brennand.

Galindo (2014): “na verdade pode, pode-se fazer muito mais do que se faz pela memória”. Não se faz porque não há um comprometimento efetivo com as questões socioculturais, não existe um sentimento de respeito, decisão estratégica (planejada) por quem tem fé de ofício, competência e poder político para mudar essa realidade.

É também relevante dizer que mudanças culturais são imprescindíveis para solucionar problemas sociais como os analisados. Mudanças de atitude, de visão, de modo de trabalho. Não se harmoniza um problema social com medidas fragmentadas, com decisões emergenciais. A complexidade de fenômeno social em crise permanente não pode ser tratada sem retirar da zona de conforto seus agentes, sem trabalhar o conflito, sem repartir dúvidas, sem buscar ações cooperativas para o bem da coletividade. Richard Sennett defende que a “cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam”. Reitera o autor: “esse comportamento é imediatamente identificável [...] porque o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais; eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos” (SENNETT, 2012, p. 15).

Os métodos de análises desse estudo, por meio dos instrumentos de investigação supracitados exploram o significado do fenômeno social dotando de sentido os dados coletados que subsidiando os resultados descortinam uma nova perspectiva de realidade memorial à moda da Rede Memorial, mais especificamente, Rede Memorial Pernambuco.

5.1 REDE MEMORIAL PERNAMBUCO: INSTRUMENTO LÓGICO, PRÁTICA COLABORATIVA PARA SUPERAR CRISES

A contextualização da Rede Memorial de Pernambuco como uma subseção da metodologia, deve-se a possibilidade dela ser instrumento lógico de pesquisa e prática de preservação memorial colaborativa que pode ser adotada pelos recursos de memória nesse Estado. A realidade social é produto coletivo que não está deslocado nem do tempo, nem do espaço em que ocorre e, como já tão discutido, está impregnada de subjetividades e relativismos. Assim a ocorrência desse outro modelo de gestão memorial – Rede Memorial – não é produto do acaso, é *práxis* que segue na esteira da conjuntura contemporânea. Como também já teorizado, o homem cria suas ferramentas tecnológicas para potencializar suas habilidades lógicas e técnicas, para fazer evoluir sua capacidade criativa e de inovação. A RMP, portanto, pode ser entendida como uma ferramenta dentro dos princípios citados para trabalhar a memória de forma compartilhada, segura e acessível, no tempo presente.

No bojo das discussões acima, é criterioso pensar que as transformações sociais, apressadas pelas ocorrências tecnológicas desde o século passado, já não permitem um Estado e seus organismos sociais apartados das questões culturais e memoriais. Intervenções normativas decisivas e criativas devem ocupar as pautas de discussões dos legisladores para que se entenda a complexidade que emana de recurso de memória. Para que se compreenda o fluxo de informação arquivística memorial e seu lugar de guarda como potenciais produtores de conhecimento, não como fardo, ou coisa para ser esquecida. Para mudar a cultura de guarda tradicional é necessário ação, não conjecturas. Ou melhor, “intervenções como estradas reais e vicinais, como atalhos, urgente”, como disse o ex-ministro Gilberto Gil.

Para qualificar a complexidade do problema de preservação memorial, tomou-se como *corpus* nesse estudo um conjunto de organizações de memória partilhadas por meio dos princípios da Rede Memorial de Pernambuco. A princípio a RMP expunha-se apenas como um modelo mental, que foi sistematizado textualmente a partir de 10 princípios norteadores ligados a preservação e acesso, por meios das duas *Cartas*. A organicidade dessa estrutura lógico-metodológica vem travando batalhas dialógicas no âmbito de questões paradigmáticas e conceituais, ante a visão totalitária de mundo e a demanda de uma nova perspectiva de apreensão dessa realidade. Atualmente o modelo de gestão da Rede Memorial Pernambuco busca consolidar uma territorialidade com a instalação de um núcleo de coordenação da Rede no Centro de Convenções da UFPE.

A ideia de memória em rede solidária – Rede Memorial – entendendo gestão da informação memorial como bem cultural foi vislumbrada em 2007 a partir do Memorando de Intenções Comitê Gestor da Internet no Brasil. A mobilização ocorrida em 2008 entre instituições memoriais de Pernambuco deu o empuxo decisivo para ação de uma existência conjunta e colaborativa. Essa tomada de decisão fomentou um encontro que teve como meta a composição de uma rede local de cooperação mútua para, de forma sistêmica, pensar os respectivos acervos.

Assim, o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública do Estado, o Arquivo Público do Estado e o Laboratório Líber uniram forças e gestaram a Rede Memorial de Pernambuco. Essas instituições memoriais incorporaram às suas naturezas organizacionais o pensamento sistêmico, além de novas possibilidades de uso tecnológico, para contemplar o ciclo da informação e cumprir suas respectivas funções sociais. A estratégia inicial da Rede Memorial de Pernambuco fez-se atendendo aos critérios de gestão da informação da era pós-custodial (RIBEIRO, 2014), resgatando, guardando, tratando, preservando e dando acesso às informações memoriais de forma colaborativa. Nesse encontro houve a confecção da Carta do

Recife, documento que foi pensado como estratégia à padronização da prática de digitalização dos acervos. A digitalização é tida por gestores como uma situação complicadíssima para as instituições de memória, à medida que cada instituição e cada profissional optam por um caminho, nem sempre o mais seguro, ou mais indicado ao seu recurso de memória.

Em decorrência dos dois primeiros anos de trocas e experiências interinstitucionais, ocorreu no ano de 2011 um fórum de discussão no Recife para o estabelecimento de uma ambiência lógica, que promovesse a interoperatividade entre as instituições partícipes. Nesse encontro, definiram-se os caminhos para trabalhar memórias de Pernambuco de forma compartilhada, acessível, com menor risco aos danos, perdas e volatilidade tecnológica. Essa constituição descreve-se por meio da mescla dos recursos orçamentários, tecnológicos e humanos, bem como pela troca de conhecimentos e competências entre as partes. A Rede Memorial Pernambuco tem como objetivo geral um propósito de mudança cultural das práticas de custódia, por meio do desempenho operacional de todas em teia solidária, buscando dinâmica criativa, eficiência e equilíbrio existencial.

A realidade da RMP traz ao estudo, portanto, reflexões para qualificar questões complexas como quais são os domínios da memória em Pernambuco na atualidade? Por que as práticas de gestão memorial não transcendem, pelos excedentes de economia (GALINDO, 2009, p. 253). Ou por que o fluxo de informação ao âmbito político-econômico de remuneração memorial não é adotado como política cultural, direitos constitucionais ativos com agendamento governamental permanente?

Fragmento do discurso de Gilberto Gil, à época ministro da cultura, corrobora as questões acima sobre a necessidade de se ter uma nova, ou outra visão, sobre as causas culturais, entre elas a memória. A fala do ex-ministro delega ao Estado demandas de nova ordem a essas causas, pois para ele é possível uma governança não omissa, que entenda a necessidade da aplicação dos recursos públicos dos excedentes de economia – constitucionalmente instituídos⁵⁰ com prioridade à cultura da nação.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. (GIL, 2003, p. 2.).

As discussões acima podem, a primeira vista, parecer deslocadas do tema dessa seção, mas a uma análise mais acurada vê-se que é de grande pertinência, haja vista, ser a RMP uma nova, ou outra perspectiva de gestão memorial, com condições para alcançar as expectativas

⁵⁰ Nesse estudo os recursos públicos constitucionais são entendidos como tributos direcionados à cultura, ou renúncias fiscais.

do projeto de gerenciamento da cultura brasileira citado. Não foi a toa que no I *Forum* para concretização das ideias da memória em rede de colaboração, em 2011, que estiveram presentes além de instituições de memória local e nacional, parte do staff da governança institucional da União.

É relevante rematar os fios da memória da RMP já tecidos em parágrafo anterior por meio de um breve relato histórico e com isso ampliar o entendimento dessa articulação técnica e lógica, que não é uma instituição constituída, apenas um modelo mental que se corporifica na medida em que faz seus princípios transcender às práticas de preservação memorial junto com as instituições partícipes. Assim, o I *Forum* citado acima foi uma reunião que aconteceu como intersecção das discussões ocorridas na 1ª Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM) no Recife, Pernambuco. Nessa conferência participaram como ouvintes o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), a Petrobras, o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), mas essas instituições deram corpo ao evento com propostas à captação de recursos financeiros, via edital de amparo à cultura. Em fato, esses entes da União entendendo a proposta do CTCM, sabiam que as discussões fomentariam diálogos especializados interdisciplinares e estratégicos à padronização das práticas de digitalização dos acervos memoriais. E mais, esses representantes da governança nacional previam que as ideias lançadas nesse fórum poderiam servir de parâmetros às exigências dos editais, para saber como cobrar das instituições práticas padronizadas, eficientes e seguras de preservação memorial.

Em tempo, faz-se um parágrafo para reiterar comentários sobre o porquê dessa realidade cultural nacional emergente no âmbito das práticas culturais de preservação e aponte didaticamente a problematização posta. Essas questões não estão descoladas do contexto de virtualidade que o documento assume na contemporaneidade, da realidade do mundo digital e porque se torna imprescindível passar a se tomar ações inovadoras e criativas para atuar nessa realidade, sob o risco da memória cair no esquecimento. Segundo Holanda (2012), essa é uma realidade impregnada de “multiplicidade e permanência”, onde *boom* digital tornou o documento-monumento, em registro virtual desterritorializado. Assim, tem-se que registro memorial foi descaracterizado, passou do suporte físico de documento chancelado à informação digital de configuração plural. O lugar de memória desmaterializou-se, saiu da guarda em cofres e arquivos deslizantes, aos sítios eletrônicos.

Essa nova conjuntura busca ambiência de viabilidade econômica, partilhada, sustentável e criativa⁵¹ cujo capital volta-se a habilidade intelectual empreendedora e inovadora de sujeitos e instituições de memória. A memória é de interesse coletivo, ela instiga a busca, ela incita a curiosidade humana, é pertinente que seja vislumbrada como um produto de valor socioeconômico e não como fardo. Auxiliado pela inovação tecnologia, os recursos memoriais podem ser artigos cognitivos de consumo criativo e democrático.

A CI tem na pesquisa reflexões interdisciplinares para problemas referentes à interseção conceitual e pragmática da tecnologia, da memória e da cultura frente o direito a difusão, acesso e consumo de informações, como bens memoriais. A CI toma de empréstimo teorias já consolidadas como a de indústria criativa (ORTELLADO, 2011) para, na emergência da sociedade pós-industrial, dar conta das demandas da sociedade da informação e do conhecimento. Esse conceito pode servir para pensar um fluxo de informação arquivístico memorial em redes de colaboração, com maior segurança e interoperatividade, criatividade e empreendedorismo. Para pensar um acervo arquivístico para além de pecha de arquivo morto.

Assim, a CI, em interdisciplina com a economia criativa, trás a essa dissertação outra possibilidade de reflexão aos problemas de preservação memorial arquivística, somente possível de posse do conceito de Rede Memorial. Como diz Ortellado (2011), “é no contexto maior das políticas orientadas para a sociedade da informação que surgiram as políticas de fomento às indústrias criativas”. É matéria que perpassa a Ciência da Informação, portanto. É relevante também atestar que a Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (Minc) sistematizou como seu primeiro setor – entre os cinco setores criativos no Brasil – os patrimônios: materiais e imateriais, museus e arquivos⁵². Importa ainda contextualizar que a Organização Internacional para o Trabalho (OIT) descreve que no Brasil em 2013 a economia criativa cresceu 6,8%, mais que o PIB nacional, na ordem de 4,3%. Isso é insumo bastante para se refletir a Rede Memorial de Pernambuco como uma estratégia inovadora, orientada nos interstícios da CI.

Outra abordagem teórica interdisciplinar que pode contemplar as reflexões sobre tecnologia, memória e cultura, fios da teia complexa da realidade de preservação memorial arquivística, frente à inovação do conceito de memória em rede de colaboração são as considerações de Sicsú⁵³. No âmbito da economia criativa esse autor utiliza o conceito de

⁵¹ Hiperlink 14. Indústria Criativa ou economia criativa: Acesso em: 11 jan. 2015.

⁵² Hiperlink 15. Setor criativo Minc. Acesso em: 3 mar. 2014.

⁵³ Hiperlink 16. Abraham Berzaquem Sicsú. Acesso em: 2 jun. 2014.

“inovação disruptivas” de Christensen (1997) para descrever os efeitos do consumo de bens culturais⁵⁴ em tempos de produção em profusão da informação, de emergência e volatilidade tecnológica. Ele teoriza que a assimilação de inovação tecnológica pela sociedade – a transformação de um produto ou serviço do estado obsoleto ao hegemônico – não é trânsito linear, nem evolução, nem revolução. São estratégias que não rompem com o velho em substituição do novo, mas emergem das lacunas tecnológicas vigentes, provocando o aparecimento de novas que “deslocam os líderes do mercado”. Ocorre por meio da “ruptura da lógica usual” da estrutura (forma/coisa/design) dos produtos e serviços conservando práticas de uso e costumes, de hábitos e raiz cultural desses artefatos.

Ora tal aplicação teórica torna-se reforço à hipótese de que a RMP é uma estratégia que emerge, não de forma revolucionária, mas dentro de um contexto de preenchimento das lacunas técnica e lógicas vigentes nos domínios da memória em Pernambuco. Como produto social essas novas ferramentas geram mudanças conceituais estéticas e comportamentais de difusão e acesso, no consumo desses bens. Essa relação entre cultura e tecnologia, memória pressupõe trânsito disciplinar, portanto, na Economia e na Administração com a Ciência da Informação. A concepção acerca da “indústria criativa”, portanto, propõe outras reflexões ao estudo identificando uma nova conformação de práxis arquivística. Serve para clarear o quão empreendedor podem se torna os sujeitos dessa ação e quão criativa tende a ser a gestão à medida que é exercida de forma dinâmica.

A realidade na qual se operam essas novas perspectivas teóricas e práticas fomenta-se, como já discutido, nos efeitos da tecnologia, mas se efetiva como cultura, ou nova cultura no capital intelectual dos sujeitos e dos grupos. Visa preencher a lacuna existente na ambiência tecnológica com a capacidade de subjetividade humana que reflete, entre outras coisas, como operar com eficácia minimizando os efeitos da obsolescência, por exemplo, nos espaços de memória. Essa perspectiva de ação, portanto, não depende apenas do aporte tecnológico disponível, volta-se à construção de saberes, à produção de conhecimento, à necessidade de formação profissional especializada de forma continuada.

Como já tão reverberado nessa escrita, as questões de preservação memorial arquivística é fenômeno social circunscrito a uma realidade complexa. Por vezes as reflexões discutidas parecem desencontradas e soltas, mas em fato, todas têm um fio condutor comum envolto que é a busca pelo entendimento alargado da realidade social na qual as práticas de gestão arquivística memorial se dão. E que não podem resumir-se à guarda em novos

⁵⁴ Bem cultural nessa escrita toma sentido amplo e abarca o significado que tem registro memorial, ou bem memorial como um valor, ou patrimônio sociocultural de uma coletividade.

suportes, ou a apenas métodos de sistematização/catalogação em base de dados caseira, pois requer a ação de especialistas com estratégias criativas, colaborativas e inovadoras. Os modelos de preservação arquivística memorial que estão postos à superfície dessa realidade esgotaram-se! Como por exemplo do nosso estudo de caso – o Arquivo do TRT6/UFPE –, das bibliotecas da municipalidade e dos museus nacionais.

É fragmento de testemunho e instrumento de análise nessa pesquisa o relato de que é imperioso se pensar com urgência em padronização das estratégias de digitalização dos acervos, pois *é uma situação complicadíssima para as instituições de memória, pois digitalização não é só passar um documento no scanner*, diz uma entrevistada. Digitalizar um documento como meio de preservação da informação contida no suporte de papel é tarefa especializada que requer conhecimentos específicos na área da CI, em confluência com a Tecnologia da Informação (TI) frente à adoção de metadados e, desses, com saberes ligados à memória no âmbito da cognição, da produção de conhecimento.

A gestão de informação memorial arquivística de forma criativa é necessária nos lugares de custódia e nos seus sujeitos essas questões tornam-se elementos de análise tanto pela ausência, quanto pela existência de perspectivas diferentes alocadas em uma mesma realidade. Há relato sobre uma instituição, tida como uma possibilidade de modelo “ideal” nessa escrita e que também é partícipe da RMP, narra sobre uma gestão documental com ações e planejamento estratégico que são justificados pela existência de um comprometimento orçamentário prévio. Mesmo assim, diante de um panorama “próximo de uma harmonia” a instituição memorial, em foco, tem a RM como lastro a uma necessidade futura de assessoria, ou consultoria –, “um parecer técnico”, às matérias afeitas aos domínios da memória.

Assim, retomando as discussões que validam a mescla disciplinar entre a economia, a administração e a CI, como suporte teórico para se entender os conceitos de Rede Memorial, tem-se que ela é matriz de gestão – sistemicamente estruturada – prepara instituições memoriais para uma coexistência equilibrada e criativa entre a obsolescência e a inovação. A Rede Memorial é um ordenamento complexo que adentra outros saberes e, portanto, pode ter seu funcionamento análogo a um “atrator caótico”⁵⁵ (TORRÊS, 2005, p. 6) da memória, à

⁵⁵ Em análise sintética, o século XX – da descoberta da relatividade à criptografia do código genético Humano – foi o palco de mudanças radicais na forma tradicional de visão de mundo. Do mecanicismo à visão sistêmica complexa de mundo ocorre uma revolução nos conceitos e na ordem das coisas. Vive-se o trânsito do dogma da verdade absoluta, para a certeza nas incertezas, no que é relativo. Estabelece-se a teoria do caos e das catástrofes como alicerce à sociedade contemporânea da informação e do conhecimento. Essa mudança de paradigma linear é sobreposto pelo concepção dinâmica e caótica. Nessa conjuntura *atratores caóticos* são os contextos. Estruturas mentais que geram a nova ordem pela capacidade de reinvenção, ressignificação, sustentabilidade, não acomodação. Os atratores caóticos são balizados pela criatividade e solidariedade. Como não há limites para o conhecimento humano, um contexto pode mediar outros, um saber pode produzir saberes continuamente.

medida que reflete as práticas de preservação memorial por meio de estratégias caóticas em fluxo com uma gestão equilibrada. Estratégia essa que, à análise superficial, pode parecer não obedecer a um padrão, pela não homogeneidade de suas ações. Mas essas ações, contudo, são pressupostos para trabalhar uma realidade que deve ser assumida em seus relativismos, a partir da perspectiva sistêmica. Perspectiva que se expressa dinamicamente proporcionando lastro cultural não linear e não totalizante que reconhece as peculiaridades de cada elo do sistema, respeitando também as ocorrências inter-relacionais das instituições participantes.

A RM, portanto, não visa promover mudança só pela aplicação de um método, ou pelo uso de inovações tecnológicas, mas pela possibilidade de transformação cultural como um referencial técnico e lógico que atua dinamicamente em um sistema caótico. Busca fazer com que as instituições partícipes evoluam para um padrão complexo e não linear, mas dinâmico. Padrão pensado estrategicamente para conseguir dar conta da realidade complexa⁵⁶ que é a preservação memorial arquivística. A RMP, assim, vem “contribuindo com os processos em curso de valorização da cultura brasileira”⁵⁷. Atua a partir de conceitos de interoperatividade e cooperação como princípios norteadores para acompanhar a evolução da cultura de preservação na sociedade da informação e do conhecimento, mesmo sem se constituir como uma instituição.

A formulação de sistema memorial não busca uma representação do mundo real, mas o desenho dos traços fisionomiais de uma realidade cujo conjunto permite a percepção de uma condição de ordem e a proposição de uma forma operativa dirigida a um dado objetivo. (GALINDO, 2014, no prelo).

A RMP não é uma representação institucional como referendado acima por um partícipe, mas suas propostas às questões da memória são reais. Dessa realidade hoje já se tem registrado o respeito do Ministério da Cultura (Minc) para com a Rede fortalecido com o projeto Afrobrasileiro de 2014 (Anexo E). O Minc tem a RMP inserida em suas estratégias culturais e de tomada decisão, como ferramenta tecnológica não só para refletir sobre as políticas públicas e também como exemplo de prática de preservação memorial pós-custodial. Nesse âmbito, é relevante contextualizar que essa outra, ou, nova visão que lastreia a cultura no país segue no sentido de se reverter ou se minimizar os efeitos do esquecimento sobre a memória. Essa realidade ganha fôlego com a ocorrência dos editais de fomentos. Os editais que antes não existiam, antes da Lei Sarney⁵⁸, passam a impulsionar investimentos do Estado e também da iniciativa privada na cultura.

⁵⁶ Hiperlink 17. Rede Memorial Pernambuco como atrator estranho, analogamente ao conceito de *Atractor de Lorenz*. Acesso em: 11 jan. 2014.

⁵⁷ Vide Anexo 1.

⁵⁸ Lei Rouanet, antiga Lei Sarney e, segundo Ortellato: “formalmente Lei de incentivo a cultura”.

Como exemplo tem-se o próprio Minc, o BNDES, a Petrobras, a Caixa Econômica, o Itaú Cultural, entre outros e há toda uma questão de política cultural no país, para pensar questões de investimento em digitalização, catalogação, acesso dos bens memoriais. É relevante dizer que essas novas possibilidades de editais com fomentos à cultura cresceram frente a uma legislação específica e já citada, mas também porque encontra suportes, ou modelos como a RM. As discussões de fomentos a cultura perpassam a escrita para dar robustez a RMP como uma possibilidade estratégica às “boas práticas” de custódia memorial arquivística e como já dito como instrumento de análise a essa realidade.

Ainda nesse sentido alguns gestores pontuam que tais iniciativas de incentivo à preservação estão crescendo, mas é necessário que as pessoas e instituições comprometidas com essa realidade exijam mais. Tem-se no relato de uma gestora, subsídios a essa análise que fala sobre a uma ocorrência local e ela diz que o *próprio FUNCULTURA, aqui em PE, apesar de ter só uma linhazinha lá* (para preservação memorial arquivística) *existe. Mas que também é necessário as pessoas exigirem da FUNDARPE que melhore essas linhas de financiamento para a questão do arquivo.*

As reflexões sobre a RMP – pelas inter-relações sociais, econômicas e políticas, dispostas acima – expõem-se como uma teia complexa, mas que funciona como atrator e, antes de ser entendida como estratégia totalitária, ou ação engessante. Pode ser tida como modelo de prática arquivística pós-custodial de caráter didático-pedagógico, disseminador de uma nova cultura e, portanto, capaz de responder as demandas sociais de um ente público de caráter memória. A RMP pode ser interdisciplinarmente refletida como ação que pode colaborar e cooperar com saberes a casos como o da Justiça do Trabalho, com o Arquivo do TRT6/UFPE, estudo de caso dessa escrita de dissertação.

A RMP atuando analogamente a um atrator caótico pode ser uma saída à crise da memória em Pernambuco. Essa subseção faz ponte com a análise dos resultados, capítulo seguinte, à medida que também se torna fragmento de testemunho, relato impregnado de significados que a análise de conteúdo busca dar sentido.

Nesse testemunho elenca-se também como análise a presença institucional de capital intelectual especializado, que pensa a preservação de sua memória arquivística. Esse contexto faz a diferença e acerca disso fala uma entrevistada: *todo ano tem uma licitação para os projetos na área cultural e educativa. Somos poucos, mas especializados, temos um museólogo, uma pedagoga, dois historiadores e três bibliotecários. Tenho um pessoal especializado para essa área da informação. Conclui: eu vejo a diferença que isso faz!*

Apesar de se conceituar a realidade descrita como “ideal”, para os sujeitos dessa instituição ainda não é a realidade ideal, pois às vezes há problemas orçamentários que comprometem o planejamento. Essa foi uma realidade vivenciada em 2014 e a instituição a época da entrevista ainda não havia licitado, a instituição privilegiou aumento de salário, em detrimento das práticas do Memorial. Mas mesmo assim – com problemas – o fluxo arquivístico desse ente memorial não ficou estanque, pois houve um esforço técnico criativo para fazer a máquina girar. Um interlocutor narra que todo gestor tem problemas, mas que é imprescindível trocar ideias com a equipe de trabalho – uma equipe que deve estar preparada, especializada para agir, principalmente em tempos difíceis. Isso faz a diferença para colocar um projeto em prática. As análises são incisivas, no que tange à formação profissional em Pernambuco, quando os sujeitos apontam unanimemente lacunas que impedem que a realidade descrita acima se torne regra, não exceção.

6 ANÁLISE PARCIAL DO PANORAMA LOCAL: DOMÍNIOS DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA EM PERNAMBUCO

A construção epistemológica desse estudo, a partir do resultado das análises, aponta para um panorama no qual a gestão memorial arquivística em Pernambuco, antes fechada como feudos, constituem-se hoje como ilhas, na medida em que essa realidade já aponta para um processo inter-relacional mesmo que em boa parte por conta do uso das novas tecnologias, como já foi discutido. Essa conclusão de análise é possível pela observação de que as práticas de preservação memorial arquivísticas já não estão impulsionadas pela realidade digital respondendo à função social que abarcam.

Contudo, essa outra realidade de práticas, segundo os resultados das análises, faz-se de forma desarticulada e não sistêmica. É certo que os sujeitos e suas práticas são partes de um recorte de memória nacional, mas, ao se aventurarem na tecnológica como *mito fundador se deixam* refletir, não raro, e apenas, pela memória que referendam. São como ilhas de informação, que apesar da possibilidade de navegação ficam presas aos seus “portos seguros”, não dialogam, nem interoperam para gerar conhecimento acessível. É inegável, portanto, que houve um redirecionamento na *praxis* dos entes memoriais obrigando-os a sair das **torres de marfins** e adotarem a lógica do mundo virtual e conectado. Mas são estratégias fragmentadas e, ainda, vulneráveis. A inserção de um estoque de memória arquivística nesse novo contexto de realidade complexa faz-se, na maioria das vezes, com resistência, desconfiança e desconhecimento. Decorre da necessidade imperiosa de se refletir outra forma para conservar, guardar, preservar e dar acesso aos documentos. Retomando as considerações do suporte do registro, já discutidas e teorizadas por autores como Hjørland (2000), Holanda (2012), e Bukland (1998), entre outros conceitos pela perda da sacralidade, pois afinal, “o que é um documento” hoje? (BUKLAND, 1997)

A prática de preservação memorial arquivística tende a ser refletida por tomada de decisão pontual, esforço individual, ou de grupo que vem alterando o aspecto cultural da guarda arquivística memorial. É esforço de militância! São tentativas de modelagens na prática custodial historicista pela absorção e adaptação às novas tecnologias pela necessidade de inclusão social no mundo digital. As mudanças observadas nas práticas de gestão arquivísticas são referendadas pela aplicação de dispositivos tecnológicos, não em processos culturais que transformem comportamentos. São como fármacos de pequeno espectro, aplicados aos agentes de grande virulência: curam os sintomas e dão ao paciente uma sobrevida, mas não destrói o germe causador da doença.

Não existe como regra uma visão alargada por parte de quem cuida dos acervos arquivísticos, assertiva essa que lastreia a hipótese da pesquisa. Pelo resultado das análises, a compreensão dessa realidade – perpassada pela lógica sistêmica e complexa – não se esgota com a aquisição de softwares, base de dados, memória eletrônica, ou práticas caseiras de digitalização. Em alguns casos fica patente que a memória apenas migrou do papel para um suporte tecnológico de segurança duvidosa. Em tempos de voga da memória e *boom* da informação a adoção de ferramentas tecnológicas, não raro, tem sido encarada como marco revolucionário de saída à agudização da crise permanente da memória pelos que gestam memória arquivística. Essas medidas estão longe de serem tidas como uma mudança de atitude, embora respondam algumas demandas emergenciais sentidas nos ambientes de memória arquivística e também redirecionaram algumas competências profissionais frente ao mundo eletrônico vigente.

As reflexões levantadas têm no uso das novas tecnologias apenas uma variável, um indicador, cuja análise não foi aprofundada nessa pesquisa. Faz ponte com a normatização do Conarq no âmbito da digitalização dos documentos arquivístico – Resolução 31 –, o que justifica a adoção de recursos tecnológicos pela maioria das instituições nesse Estado. Esse estudo não se propõe, portanto à aquisição de um conhecimento total visto ser a realidade o objeto dessa pesquisa. Assim, é compreensível que as apreciações levantadas e qualificadas no conjunto de fenômenos sociais abordados façam emergir ambigüidades, visto que toda realidade é espaço de incertezas. Essas relativizações antes de parecerem imprecisões, possibilitam novas construções epistemológicas e podem contribuir à proposição de alargamento de análises futuras e não apenas de respostas prontas, como verdades absolutas dispostas nessa escrita.

As entrevistas são testemunhos de recortes de realidades dos sujeitos entrevistados, que confrontadas, à revisão teórica e à análise, dão sentido ao fenômeno social de custódia memorial arquivística. Assim, essa introdução de caráter explicativo visa fazer a ligação com a subseção posterior que descreve o uso dos testemunhos como matéria de vida e, portanto, constructo de uma realidade.

6.1 TESTEMUNHOS: FRAGMENTOS DE PRÁTICAS DE GUARDA E PERSPECTIVAS PÓS CUSTODIAL

Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta,

como assume os dramas da vida e da morte, ou quais esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. (BOFF, 1997, p. 9).

O relato de ocorrências passadas, ou de práticas cotidianas por meio do testemunho individual traz à tona um recorte de realidade coletiva de significados comuns, ou não, mas carregado de verdades. E como já referendado, matéria de vida que toma sentido quando perpassada pela análise de conteúdo e pela teoria de referência e se transforma em fluxo de informação contextualizada gerador de saberes.

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para todos nós. (HALBWACHS, 2003, p. 29).

A fundamentação de Halbwachs toma corpo nos testemunhos à medida que os entrevistados falam com autoridade a partir de um lugar onde exercem suas práticas individuais e coletivas. As entrevistas nessa pesquisa buscam conhecer a realidade das práticas de custódia do fluxo de informação arquivística memorial de Pernambuco, em relação às decisões de práticas e competências profissionais dos entrevistados. Tem como recorte os registros memoriais da Justiça do Trabalho desse estado.

Richardson (2011) teoriza que “o termo *entrevista* é construído a partir de duas palavras, *entre* e *vista*. *Vista* refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. *Entre* indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas”. Reitera o autor: “portanto, o termo *entrevista* refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas.” (RICHARDSON, 2011, p. 208).

Essa ferramenta de pesquisa é instrumento da análise qualitativa e, alicerçada na teoria de referência, permite alcançar objetivos propostos e avaliar a hipótese da pesquisa. É um meio de análise construído por uma *interface*⁵⁹ entre entrevistado e entrevistador para a obtenção das informações pertinentes ao tema abordado de forma concatenada, contextualizada e sistêmica cujos dados coletados são perpassados pela análise de conteúdo.

Esse método de estudo é recomendado para trabalhar a relatividade e subjetividade das narrativas dos entrevistados acerca de uma realidade complexa, como a guarda arquivística memorial.

A análise de conteúdo das entrevistas nessa pesquisa se faz, seguindo a teoria de Bardim (2009), por meio do processo de organização, manuseio, tratamento, inferência e interpretação do significado das falas dando-lhes sentido.

⁵⁹ Hiperlink 18. Interface. Acesso em: 27 dez. 2014.

O recurso à análise de conteúdo, para tirar partido de um material dito <<qualitativo>>, é indispensável: entrevistas de inquérito (...) que fornecem um material verbal rico e complexo. (BARDIM, 2009, p. 89).

O modelo de entrevista utilizado foi o modo não diretivo, no qual inexistia pergunta fixa, ou estruturada previamente. Nesse estudo o assunto chega ao entrevistado a partir da contextualização do tema da pesquisa por meio de um resumo (Anexo D). Há também o uso de “perguntas guias” (SILVA, 2008, p. 2003) utilizadas em paralelo com a síntese descrita sempre que preciso de uma intervenção ou recondução da entrevista. A apresentação prévia dessa síntese permite que o entrevistado tenha conhecimento do que vai abordar, discorrendo sobre o assunto dentro da própria perspectiva. Richardson (2011) pontua que o primeiro princípio de uma entrevista como essa é a não direção, deve-se “apenas guiá-lo (o entrevistado- grifo nosso) e manter-se (entrevistador-grifo nosso) interessado no que ele fala” (RICHARDSON, 2011, p. 210).

A escolha dos entrevistados liga-se à pertinência deles com o contexto temático da pesquisa. Os discursos são espontâneos e se validam no exercício das respectivas competências nos domínios da memória arquivística. Foram entrevistados no período de junho a dezembro de 2014 quatro profissionais: Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira; Professora Dra. Christine Paulete Yves Rufino Dabatt; Gestora Mestra Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha e a Gestora e Mestra Sandra Verissimo.

Seguem informações sistematizadas da formação profissional de cada entrevistado, bem como a participação deles nas questões ligadas à realidade de custódia de um acervo memorial arquivístico no período correspondente ao marco temporal desse estudo.

- Tiago Bernardon de Oliveira, Professor Dr. em História. De 2010 a julho de 2014, atuou como professor no curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da UEPB, no município de Guarabira. Nesse município dedicou-se ao ensino de História Moderna, Contemporânea e do Brasil Republicano, realizou atividades de pesquisa e extensão relacionadas à História Social do Trabalho e coordenou o processo de estruturação do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades (NDH).
- Professora Dra. Christine Paulete Yves Rufino Dabat, docente do Departamento de História da UFPE, com experiência de pesquisa na área de História da Agricultura, com ênfase em História do Açúcar, história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco. Ministra também disciplinas em História Medieval e

Introdução à História da China contemporânea. Primeira gestora do Arquivo Memória e História TRT6/UFPE de 2004 a 2007.

- Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha, Historiadora e Mestre em Ciência da Informação pela UFPE. Servidora do Tribunal da Justiça de Pernambuco, onde atua como diretora do Memorial da Justiça de Pernambuco. É Membro do Comitê Gestor da Rede de Memória do Judiciário do Norte e Nordeste e mentora do I Fórum de Memória do Judiciário do Norte-Nordeste. Representa o Tribunal de Justiça de Pernambuco na Rede Memorial desse Estado.
- Sandra Veríssimo, Historiadora e Mestre em Ciência da Informação pela UFPE. Representante do Colegiado Setorial de Arquivos do Ministério da Cultura. Membro da Comissão Pastoral para a Cultura da Arquidiocese de Olinda e Recife. Membro da Rede Memorial de Pernambuco, onde representava o Arquivo Público Estadual João Emerenciano, desde 2009 e no qual exercia o cargo de Chefe do Arquivo Permanente. Atualmente está à frente da Secretaria da Cultura do Estado de Pernambuco, atuando como uma interface entre essa e a RMP.

Apesar da qualificação dos entrevistados por suas competências profissionais e formação continuada, suas identidades são preservadas nas citações dos resultados dessa análise. O tempo de gravação das entrevistas é de 4h17min02seg, o que dá mais de 1h para cada entrevista. Fez-se interferência sempre que preciso durante as entrevistas por meio de guias-temáticos (Vide tabela 3) que não seguem nenhum padrão preestabelecido de ocorrência. Apenas utiliza-se o recurso de interferência descrito como um esquema de ordenação mental com os principais tópicos a serem abordados, para obtenção do relato o mais próximo possível do tema proposto, evitando a fuga do assunto. Têm-se sistematizadas sete guias:

1. Gestão arquivística memorial;
2. Prática profissional de guarda de registro memorial;
3. Prática institucional de guarda de registro memorial;
4. Instituição e registro de memória e valor social da informação;
5. Instituições arquivísticas memoriais frente às demandas sociais por uso e acesso a informação;
6. Uso de novas tecnologias.
7. Prática arquivística pós-custodial: Rede Memorial Pernambuco.

Essa penúltima seção da pesquisa expõe a escolha dos fios que compõem a trama da análise final e tecem os resultados. Assim, esse tópico textual comunica ao leitor os passos

metodológicos que antecedem à análise de conteúdo das entrevistas, parte fulcral dessa escrita.

TABELA 3 - SÍNTESE DOS GUIAS TEMÁTICOS

GUIAS TEMÁTICOS	
TEMAS	SÍNTESE
1. Gestão arquivística memorial	Saberes, ou visão lógico-pragmática acerca dos conceitos e parâmetros adotados pelo entrevistado, frente suas vivências e <i>praxis</i> a partir do testemunho.
2. Prática profissional de guarda de registro memorial	Exercício efetivo de prática de guarda memorial do entrevistado seja como gestor, usuário, ou pesquisador.
3. Prática institucional de guarda de registro memorial	Reflexões críticas de cada entrevistado sobre o acervo que lhe é pertinente.
4. Instituição e registro de memória e valor social da informação	A aplicação na realidade da teoria absorvida por cada entrevistado frente as suas competências.
5. Instituições arquivísticas memoriais frente às demandas sociais de uso e acesso a informação	Conhecimento do entrevistado sobre direito de acesso à informação e a articulação desse saber com a normativa arquivística.
6. Uso de novas tecnologias	Perspectiva desse fenômeno social na realidade de cada entrevistado, contextualizando, se possível, com a Resolução 31 do Conarq.
7. Prática arquivística pós-custodial: Rede Memorial Pernambuco	Reflexões do entrevistado sobre o conceito de rede de colaboração memorial, em especial a Rede Memorial Pernambuco.

6.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas possibilitaram o alargamento do entendimento do conjunto de fenômenos sociais que subjazem na guarda arquivística memorial em Pernambuco cujo estudo de caso é o estoque de memória da Justiça do Trabalho de Pernambuco. Com o tópico *gestão arquivística memorial* tem início a entrevista e procura coletar informações dos entrevistados do que é uma gestão arquivística memorial a partir das respectivas perspectivas. O segundo guia temático é *prática profissional de guarda de registro memorial*, no qual é solicitado ao entrevistado explicação sobre como exerce suas práticas nos lugares de memória arquivística, seja como gestor, ou como usuário/pesquisador. O terceiro item é *prática institucional de*

guarda de registro memorial, esse é um tópico de maior pertinência aos entrevistados que gestam um acervo memorial arquivístico, mas aplicado a todos pela passagem dos demais por arquivos. Os termos *instituição de memória, registro de memória e valor social da informação* formam o quarto guia no qual o entrevistado faz uma reflexão acerca dos conceitos e aplicação dos mesmos na realidade. A quinta possibilidade de redirecionamento é proposta com o tema: *instituição memorial arquivística frente às demandas sociais por uso e acesso a informação*, pede-se para o entrevistado fazer uma contextualização sobre o assunto e se possível fazer relações com normativas de preservação arquivística atuais. Esses três últimos termos estão mesclados no decorrer dos testemunhos à medida que a questão *prática institucional de guarda de registro memorial* é levantada.

O sexto tópico é o *Uso de novas tecnologias*. Aqui, solicita-se ao entrevistado para que relate sua perspectiva sobre esse fenômeno social, que o perpassa por sua realidade e, se possível, contextualize com a normativa do Conarq – Resolução 31. A sétima e última possibilidade de redirecionamento é o tema *prática arquivística pós-custodial*; nesse quesito insta-se que o entrevistado faça uma reflexão sobre o assunto indagando o entendimento dele acerca do conceito de rede de colaboração memorial, em especial a Rede Memorial Pernambuco como prática de gestão pós custodial contemporânea.

As possibilidades de redirecionamentos – interferências – da entrevista também são permeadas pelo questionamento que guia a pesquisa sobre a quem cabe à autoridade de gerenciamento de um fluxo de informação arquivística memorial? Reiterando que o conceito de fluxo de informação utilizado nesse estudo é o teorizado por Bukland (1991), já disposto na introdução. Sendo o entrevistado historiador, (o que se configurou na totalidade dos entrevistados) a pergunta: por que profissionais de história assumem a responsabilidade de gestar um acervo arquivístico memorial? Assim, se estabelece um canal de comunicação favorável durante a entrevista para atingir os objetivos desse estudo, sendo necessário chegar ao entrevistado sem invasão, mas provocando nele a aproximação pela empatia e solidariedade. É essencial que ele saiba o porquê qualifica-se ao relato, por que pode colaborar com a causa e aceite o compromisso para o diálogo. Que o sujeito observado seja seduzido pelo tema-problema concedendo, a partir do seu ponto de vista, indícios que lastreiam a hipótese.

A construção de uma interface entre entrevistador e entrevistado é, portanto, imprescindível, pois essa estratégia lógica permite que os dados coletados tenham significados que interpretados façam sentido ao problema proposto. Que a informação produzida seja contextualizada e cadenciada com perspectivas do entrevistador e do

entrevistado pressupondo interstícios entre esses sistemas, com a apresentação do resultado das análises com componentes de um e do outro.

Em síntese, tem-se como roteiro da entrevista a exposição de um resumo textual com introdução do assunto a ser abordado, reiterado com a leitura, ou explicação verbal do mesmo. Segue-se, como já descrito, com as interferências sempre que preciso, para na parte final do trabalho, após a coleta de dados oriunda dos testemunhos e o tratamento do seu conteúdo “apresentar-se o que se obtém dos entrevistados: o que dizem e fazem; o que dizem e não fazem e o que não dizem e não fazem” (SILVA, 2008, p. 206).

É relevante atestar que devido à tenuidade das fronteiras discursivas utilizadas nesse estudo, os sujeitos mesclam, repetindo o todo e o mais geral das questões de gestão memorial arquivística, como parte(s), mais particular de suas subjetividades. Essa constatação dá corpo e legitima o trabalhar com o pensamento sistêmico lastro da teoria da complexidade, perspectiva epistemológica imprescindível à análise de uma realidade, a partir do ponto de vista dessa pesquisa social. Essa realidade social exposta pelos fragmentos de voz reflete-se como construção de uma teia relacional, ainda por ser tecida, frente às problematizações reveladas, mas não aprofundadas nessa pesquisa.

Retoma-se o cerne do capítulo em pauta acerca da condução metodológica dos conteúdos das entrevistas para, por meio de breve contextualização, ratificar a escolha do modelo de análise usado. Assim, nunca é demais lembrar que realidade de preservação do fluxo de informação memorial arquivística é tema central desse estudo – objeto da pesquisa – que se mostra como matéria de vida e trabalho de todos os sujeitos entrevistados. Enquanto sujeito ação da pesquisa, os entrevistados são profissionais com trânsito na memória arquivística seja por fé de ofício, ou por absorção de competências aquém do exercício profissional. A validação dos dados colhidos nos relatos das entrevistas, como instrumento de pesquisa, para obtenção dos resultados registrados, não se autentica pelo reconhecimento de seus nomes, ou de suas identidades como referências nos fragmentos das citações diretas. A estratégia metodológica ora utilizada faz-se a semelhança do estudo sobre memória de Ecléia Bosi, *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994). Nessa obra, a autora, logo na introdução, postula seu fundamento metodológico dizendo ser ele feito a partir de uma “comunidade destino” (p. 38). Na análise posta que aqui se obtém a “comunidade destino” pela representação dos sujeitos entrevistados. Contudo, diferente da análise de Bosi (1994) onde não há “documentos” (registros) comprobatórios da veracidade das ocorrências narradas,

nesse estudo há um *corpus* documental não verbal, que se faz pontear por toda a pesquisa⁶⁰. Mesmo assim, essa escrita tem como pressuposto que “a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”. (BOSI, 1994, p. 37).

✓ Da gestão memorial arquivística

Os entrevistados apresentam sínteses de suas vidas profissionais quando se indaga como refletem sobre as questões de gestão, ou guarda memorial arquivística em âmbito geral, ou no particular. As conversas tendem a iniciar com um relato histórico das respectivas competências, seja ela acadêmica ou não, relacionando-as às experiências vivenciadas no acervo que lhes correspondem. Trazem nos seus testemunhos significados de suas ações que tomam sentido na realidade posta em análise à medida que descrevem as perspectivas de tempo, espaço e prática, pois, *lembrando um pouco a trajetória*, diz um entrevistado: *eu cheguei em 2010. Minha trajetória desde a graduação está relacionada com pesquisa no campo da História social do Trabalho, mas da Primeira República. Quando cheguei eu tive contato, tive notícias, através de uma orientanda – porque eu sugeri para ela ir atrás da documentação – fiquei sabendo que a documentação estava com os dias contados para ser descartada.*

Estando o entrevistado vinculado a uma instituição memorial, o ponto de partida do relato é a criação do arquivo ao qual está ligado, descrevendo cronologicamente os fatos que geraram o respectivo acervo. Diz uma interlocutora que o acervo mais antigo da instituição está no IAHGP que, após saber da documentação se ofereceu para guardar. Reitera a entrevistada que naquele tempo não existia um arquivo geral, muito menos um memorial. Que essa documentação foi doada e hoje o Instituto tem parte do acervo do século XIX. Continua sua narrativa colocando seu ponto de vista acerca da doação, diz que naquela época essa estratégia salvou aquele acervo, realmente (a instituição) não tinha um profissional, não tinha um setor para cuidar disso e a outra instituição fez isso.

Corroborar ter sido bom para Pernambuco, para o acervo, mas é ruim para o pesquisador hoje e *por que eu acho que é ruim?* Pergunta uma entrevistada, que logo justifica dizendo: *porque a gente não consegue fazer um trabalho em conjunto, pois, enquanto se está*

⁶⁰ Consultar os anexos.

fazendo um trabalho aqui, não está fazendo trabalho lá. O pesquisador fica sem saber o que tem aqui e o que tem lá, pois aqui a gente tem uma determinada política de acesso, o Instituto tem outra. A conclusão da gestora, que é graduada em História e como pesquisadora consegue perceber-se no outro ângulo da questão. Observa que também como pesquisadora a realidade de fragmentação arquivística é uma coisa ruim para todos. Seu relato corrobora que um arquivo deve ter existência sistêmica, que seu fluxo informacional deve ser contínuo, processual. Sem hesitação a interlocutora atesta que a instituição produtora tem que se responsabilizar pelo acervo dela e, conclui: *na hora que outra instituição se propõe a guardar, a instituição produtora tira o corpo da estória*, mesmo o Conarq recomendando, pois não pode sancionar, que a guarda dos acervos seja obrigação do produtor.

As falas dispostas como testemunho acima são relato de experiência que soam também como denúncia, como análise crítica, posicionamento político, contextualização acerca da responsabilidade sobre a produção documental. É recorrente nos demais entrevistados, o discurso que ecoa em todos apontando para o entendimento de que quem produz o documento tem que guardar. Mas não apenas isso! Tem que gerar e preservar e dar acesso à memória, não delegar a alguém essa função. Os entrevistados ligados profissionalmente à gestão arquivística corroboram suas falas nas recomendações e normativas legais, como a citada Resolução 31 do Conarq. Também unanimemente gestores e pesquisadores não deixam de descrever o desinteresse que algumas instituições produtoras têm com sua documentação, pontuam em sequência o descaso do poder público e a ausência de políticas públicas que venham a corporificar os direitos constitucionais de acesso à informação como os já descritos nesse estudo.

É diante dessa realidade de descaso com a memória, que os entrevistados narram parte da justificativa para assumirem a gestão de um arquivo, não raro, alguém da formação profissional que têm. Reiteram que se não há protetividade aos acervos memoriais e se ninguém cuida alguém tem que fazer, pois se *alguém cai doente na sua frente você vai ajudar de algum modo, certo?* Pergunta um pesquisador.

A discussão posta também é arrematada por um testemunho que se contrapõe essa prática emergencial como saída à preservação dos acervos memoriais, posições contraditórias própria das subjetividades dessa realidade. A exposição relativizada dessa ocorrência no conjunto de fenômenos sociais de preservação arquivística depõe ainda a relação múltipla de causa-efeito da mesma realidade. Assim, ao mesmo tempo há relato de que alguém tem que salvar a memória para que ela não seja esquecida, custe o que custar, há outros testemunhos que reforçam a necessidade de se conhecer os saberes arquivísticos. A posição contrária à

ação emergencial fundamenta-se em visão especializada, que pensam a organização da informação como coisa não aleatória. É *praxis* epistemológica, *porque em arquivo nada é automático. Você tem que conhecer o acervo para dar uma organicidade.* A organização da informação passa pelo conhecimento do acervo e dos saberes arquivísticos, *não é um copiar, colar. Não é porque eu fiz um arquivo tal, que eu vou fazer outro igualzinho.* Essa interlocução traz à pesquisa a configuração da triangulação didática entre teoria já disposta como fundamento e discussão posta acerca da preservação arquivística no âmbito dos saberes que devem transitar entre os fluxos de informação memorial. A produção do documento arquivístico deve seguir uma perspectiva sistêmica, desde a emissão do protocolo de saída, até se tornar informação histórica.

No trâmite processual da produção arquivística, narrado acima, é imprescindível planejamento e avaliação documental, práticas que não prescindem de um profissional especialista na área. Mas a realidade que vivemos hoje em Pernambuco é outra, aqui não existe o Curso de Arquivologia. Reitera uma interlocutora: *em Pernambuco a gente não tem curso de arquivo. Eu estou até com um processo caminhando pegando pareceres das instituições de memória para ver se a gente consegue criar um curso de arquivo. Mas é uma realidade difícil, porque a gente tem o curso de biblioteconomia com 60 anos, um de museologia, que eu acho que tem 4 anos, e não tem um curso de arquivo.* Em fato, no contexto nacional que reflete o panorama local, seja estadual, ou municipal, existem aproximadamente 4000 ou 4500 pessoas com formação arquivística. São poucas universidades que têm cursos de arquivo. Conclui a entrevistada, que é pesquisadora e também gestora memorial com a *boa nova* que *no setorial de arquivos que eu faço parte pede-se pela criação de mais cursos de arquivo.*

A *boa nova* noticiada pela entrevistada é seguida de um esclarecimento instantâneo da mesma do por que se deve aumentar a quantidade de cursos de arquivologia no Brasil e nas Unidades da Federação. Então por quê? A resposta parece óbvia, porque hoje se tem um arquivo municipal, estadual e federal, além disso, todos os órgãos e instituições do governo há arquivos e para isso se precisa do profissional arquivista. A produção documental em âmbito nacional é diária, sistemática, cresce em escala geométrica. A resposta é inequívoca, mas a realidade contradiz o óbvio, o senso comum e se torna complexa, pois *diante disso tudo e de pouquíssimas pessoas formadas na área de arquivo, veja que dinâmica o Brasil está criando, as pessoas não estão conseguindo trabalhar essa documentação na própria técnica do arquivo,* diz uma gestora.

Quanto à prática de incursão de alguns profissionais em área fora de suas competências, como um arquivo, os testemunhos retratam outras contradições. Ora são posicionamentos de descrença – *não sei se isso foi um sucesso, ou um fracasso?* – tem-se em um relato e ora há otimismo. Mas mesmo quando há certa euforia, expõe-se entrecortada de desânimo com o pouco caso que se tem pela memória. Um docente (ex-gestor) matiza seu testemunho com pesar quando memoriza sua passagem pelo viés da gestão arquivística, como um empreendimento, mas também como ação emergencial. Testemunha que: *quem devia se responsabilizar por isso* (pela documentação – grifo nosso)? *Quem produziu a documentação, certo?* E aqui mais uma vez vê-se a hipótese da autoridade sobre o fluxo de informação arquivística memorial sendo delineada.

Seguindo seu relato de pesar, conclui que *não dá! A gente assume uma responsabilidade, as universidades assumem responsabilidades que, do meu ponto de vista, não podem ficar acomodadas.* As ações de resgate documental oriunda da negligência das instituições produtoras são tidas como medida para evitar o descarte de uma documentação. A não acomodação relatada pelo ex-gestor é no sentido de que se deve resgatar e se militar para que no futuro ocorrências como essas sejam revertidas. Um testemunho relata que se deve *militar para reverter à lei lá de 1987, que permite o descarte.* E conclui: de outra forma *não tem condições!*

Como testemunho já disposto, *não sei se isso foi um sucesso, ou um fracasso*, os atores desse cenário, em realce os historiadores, descrevem até mesmo da custódia institucional como “militância” e têm consciência das limitações, mas não conseguem abarcar a complexidade que essa realidade expõe. Descrevem a empreitada como um trabalho árido, em ambiente hierárquico que descompassa com o lugar onde de fato deveriam exercer suas práticas.

Em relato um entrevistado diz que participou do debate sobre o descarte documental na instituição, mas que foi uma participação apenas como ouvinte, que tentou colocar seu ponto de vista, algumas considerações e recomendações, mas no fim se propôs a fazer alguma coisa para impedir esse descarte.

A revisão bibliográfica e parte do corpus documental não verbal, como as informações midiáticas servem de ferramenta de análise que trazem vigor e verossimilhança aos relatos. Os testemunhos transformam-se em dado de análise concreto quando há recorrência na verbalização da ação de descarte e também quando apontam para uma postura institucional descomprometida que se torna costume comum se delegar para outros uma das suas funções sociais como ente público. No bojo desses descaminhos da memória há ainda a cultura de alguns profissionais assumirem funções a quem das responsabilidades que têm como ofício.

Nesse panorama de contradições não é de admirar que as coisas não se estabeleçam, que o sonho não saia das promessas e que o esforço empregado torne-se pesadelo, pois, relata um entrevistado: *esse fazer alguma coisa tornou-se um poço na minha vida e fui descendo, descendo e cada minuto tinha algo mais para ser feito. Tive reuniões bem difíceis com a hierarquia. Nunca tinha trabalhado com a justiça, que é um ambiente bastante hierárquico. Bastante rígido. Tinha que convencer não aqueles mais próximos que já estavam convencidos, mas aqueles acima da hierarquia. Teve momentos bem tensos e trabalhosos.*

O testemunho acima sintetiza quão pujante, e, ao mesmo tempo, esclarecedor, são os relatos de experiências coletados para análise dos acontecimentos afeitos a essa realidade social que podem até ser compreendidos como ocorrência social patológica dada, a extensão do dano que pode vir a causar, tal qual um efeito borboleta. A realidade é uma construção social teoriza Berge (2013, p.11) e, portanto, reflete-se com o que os agentes têm de significados e a sociedade também não é um sistema fechado pronto. Ao contrario, possui um dinamismo não linear e caótico movido também pelo contexto social frente às suas subjetividades. É energia interconectada com o universo capaz de provocar mudanças, gerar transformações, incitar (re) evolução, para fazer vir à tona, para expressar-se como resistência, para se encaminhar a outro, ou, novo modelo social.

Outro testemunho arremata os embaraços em se tornar responsável por uma documentação onde, via de regra, não há nenhuma protetividade. Não existe apoio, ou financiamento da instituição que cedeu a guarda para com o seu tutor. Nessa realidade, qualifica-se o fenômeno da ausência de profissional especialista para gestar o problema e também, outro, talvez mais danoso à memória que é o jogo sutil do empurra-empurra, ou estratégia de delegar sua memória para terceiros. Não raro, agem em sentido velado da seguinte forma: se estão interessados, guardem, conservem, preservem. Se não, aplico a lei e descarto. Simples assim! É fato, até hoje nenhuma instituição foi penalizada por queimar, descartar, reciclar, ou doar seus registros memoriais.

Tem-se como testemunho um relato que descreve os encaminhamentos penosos de um resgate documental, que matiza as cores fortes desse quadro. Diz um interlocutor: *foi todo um processo de conversação com uma Comissão, a gente ganhou muitos aliados. Enquanto isso o chefe da Comissão, muito atencioso, muito interessado já colocava na pauta (da reunião da instituição - grifo nosso) essas questões, mas a boca pequena sabe-se que ele encontrou resistência tremenda. Da minha parte foram memorandos atrás de memorandos que eu escrevia para convencer que a documentação e a preservação da documentação era importante. Ele já estava convencido, mas demorou muito para que o pleno votasse.*

A despeito dos relatos de dificuldades em gestar uma memória institucional, os entrevistados atestam que quando há o perigo eminente de se perder uma memória uma ação de resgate é necessária. A descrição dessa realidade é corroborada pela citação que envolve a adoção de um acervo ao IAHP, quando um entrevistado diz que dentro da conjuntura *a ação, realmente, naquela época salvou esse acervo*. Mas é reiterado que são medidas emergenciais, estratégias para que uma memória coletiva não desapareça. Tentam de todas as formas, mas primordialmente pelo compromisso com a história, com a memória, *a gente tinha que fazer alguma coisa, a ideia era botar o pé na porta. Foi assim uma cruzada, uma missão! A gente não podia deixar acontecer o que os pesquisadores estavam dizendo* (o descarte – grifo nosso).

Há que se trazer para a discussão a prática de custódia que é pertinente a cada um dos entrevistados, mesmo, e, principalmente, quando eles as qualificam como ações “paliativas”. Essa ocorrência está repleta de significados à medida que se expõe como “crônica de uma morte anunciada”, mas mesmo assim assumida, sem que haja a concretização de um projeto de planejamento estratégico que vá para além dos projetos para captação de recursos em editais. A constituição de um arquivo não pode ser encarada por meio de um projeto semestral, ou anual. É empreendimento sociocultural para futuras gerações. Assim, tem-se o quão paradoxal é pensar a organização de um conhecimento, a custódia de centenas de milhares de registros memoriais sem lastro de especialização técnico científico, sem organicidade institucional.

Vale destacar que, os profissionais lançam-se ao gerenciamento de uma memória coletiva, mesmo conhecendo as limitações e sem estratégia de ação definida, mas como um compromisso provisório. Tem-se relatado: *eu sempre tive clareza que essa iniciativa, bem como as pioneiras e bem sucedidas como a da UFPE* (caso em foco - grifo nosso) *e as de outros lugares, que elas devem ser paliativas. Eu encaro nossa situação lá como absolutamente paliativa*. Destarte os entrevistados, em especial os envolvidos com pesquisa, também não têm muito claro a quem pertence, no âmbito da competência profissional, a autoridade da gerência de um fluxo de informação memorial. Esses atores sociais ao assumirem o desafio, não bem esclarecido, e complexo que é gestar um arquivo deixam sublimar, por meio de seus testemunhos, a realidade precária que passa a fazer parte das suas vidas. O empreendimento assumido torna-se, diante das dificuldades e esforço empregados, atividade sem muito sentido prático, pois *o trabalho é bem difícil*, diz um entrevistado, que completa, *não é que seja difícil é que ele* (o trabalho, a atividade de gestão – grifo nosso) *tem*

que dialogar com uma burocracia e com pessoas de certa dificuldade que o historiador não está preparado, que não faz parte da vida dele.

A análise dos significados do relato anterior é reforçada por outra voz que diz: *na Comissão tinha um debate* (com os responsáveis pela Comissão de avaliação e descarte institucional – grifo nosso). *E Nós fomos vencidos. Mas eles não entendiam, não captaram que a gente queria salvar tudo. Eles diziam que iriam tirar a gordura. Tiraram mesmo!*

É relevante contextualizar que um processo trabalhista é composto de uma série de documentos de tipologia variada, em síntese um processo é uma coleção documental. A expressão *tirar gordura* é o termo relatado no testemunho que significa, fala coloquial, da instituição para definir a ação de descarte de parte dos documentos do processo. Ora, a organização dessa coleção documental não é coisa arbitrária, ou aleatória, nem as partes que compõem essa coleção documental são destituídas de significados de encadeamento sistêmico de ordem jurídica, sócio cultural, econômica, política, ou histórica. Um processo trabalhista tem natureza de registro memorial e sua organicidade é imprescindível para se recuperar uma informação e para se recompor a história.

Tirar gordura é termo pejorativo que toma sentido de prática arquivística simplista que só contribui para desestabilizar a lógica orgânica de um acervo e decretar a essa memória o esquecimento. Em testemunho é relatado que a instituição produtora para reduzir o volume e os custos com o transporte até a instituição tutora retirou partes do processo a partir de um critério desconhecido que *até agora eu só vi uma carteira de trabalho. Eles tiraram todos os documentos comprobatórios, ficaram duas folhinhas* (dois documentos – grifo nosso), *às vezes uma entrada e uma sentença. Mas, toda parte que nos interessavam como profissionais eles tiraram.* O relato é concluído com desânimo, *eu não tive o que fazer.*

Observações de ordem mais complexa podem ser encontradas nos testemunhos dos sujeitos envolvidos profissionalmente com gestão, até mesmo quando reconhecem que a realidade de guarda memorial à maneira pós-custodial no Brasil ainda é pouco conhecida e praticada. E que dessa ocorrência gera-se todo tipo de prática no campo da arquivologia. Tem um relato que diz haver um conceito de gestão arquivística consciente, em regra, em Pernambuco e que *as pessoas vão apenas apagando incêndios. Que essa realidade prejudica qualquer tipo de guarda de forma técnica e séria.* Esse testemunho justifica que isso não ocorre por vontade do gestor de modo geral, que há entrave maior, como a falta de visão do gestor maior que, não raro, é o Estado. *Que o gestor de cada arquivo sabe que poderia fazer mais. Mas ele muitas vezes esbarra em problemas estruturais, financeiros, de pessoal, de capacitação. É difícil.*

Os testemunhos expõem que há dificuldades para o entendimento do que é uma gestão memorial no modo pós-custodial. Que essa compreensão extrapola limites teóricos de alguns campos científicos e se projeta como vontade, desejo, esforço de alguns profissionais para que a memória não seja esquecida. Tal reflexão ratifica-se na voz de um gestor, frente ao cotidiano de uma experiência de gerencia memorial, pois *têm problemas de cupins, a gente tem que enfrentar. Tem problema de climatização, o ar condicionado está quebrado há dois anos. Não tem material adequado para umidade, tudo isso é muito difícil. Ai a gente se desdobra em vinte. Eu e alguns colegas fizemos alguns projetos de extensão para garantir bolsas. Então a gente tem que se desdobrar, divide equipe, dá mini curso aqui, dá mini curso lá para captar fomento para pagar o pessoal.*

Torna-se imperioso colocar que não há, nessa análise, nenhum juízo de valor sobre qualquer competência profissional estudada. O que se pretende com esse trabalho científico é qualificar o conjunto de fenômenos sociais que delegam a memória ao esquecimento. O que se deseja é que essa comunicação científica possibilite um diálogo interdisciplinar institucional que aprofunde mais as questões postas promovendo ajustes e incorporando aperfeiçoamentos a esse estudo. Assim, os entrevistados, apesar de alguns fragmentos de discursos contraditórios, têm clareza que as experiências vivenciadas nas respectivas gestões memoriais não contemplaram o que se demanda a um ente memorial. Deixam passar em suas falas que têm essa realidade como empreendimento, porque a custódia – com base histórica – está enraizada culturalmente em suas competências profissionais.

A proteção das fontes documentais pela guarda – objeto de trabalho – pode ser observada nesse estudo como ranço cultural. Ter os documentos por perto, para uso de recomposição histórica, para que a história seja contada é conscientização sociopolítica, mas também perpassa o receio que o registro desapareça, o medo de perder o objeto de trabalho. Assumir a guarda de registros de memória tem seu quinhão cultural profissional, amalgamado à natureza humana custodialista e colecionista de guardar para ter e saber. Ter o que outros não têm e, portanto, ter um saber único. Essa reflexão encontra eco na questão já fundamentada do *saber é poder!*

Ser custodialista é ser o “guardião das chaves” dos tesouros de um arquivo, como já referendado teoricamente nesse estudo. Mas não é só isso! É também responsabilidade social, exercício de cidadania, compromisso com um bem público memorial. É contextualização recorrentemente nos testemunhos. *É militância! É luta!* Alguns esclarecem ser essa a razão de tomar para si a função do outro na guarda – ou como em alguns casos, até assumir a responsabilidade pela propriedade dos registros de memória de uma instituição. É resistência

como militância social. É resposta menos profissional e mais de pertencimento de sentimental humano de se dever preservar os registros de memória da Justiça do Trabalho do Nordeste brasileiro, por exemplo. *Esse convênio* (o acordo de guarda – grifo nosso) tem-se em testemunho, *difere dos demais sobre a tutela, não é um comodato é uma doação. Naquele momento foi o que deu para fazer, criar condições desse convênio, no sentido de dizer que a gente se responsabiliza por isso. Mas gente não tinha essas condições mínimas!*

Salvaguardar uma memória, como a memória da Justiça do Trabalho volta-se para além da questão de competência profissional. É tarefa tida como um dever é *provar que éramos úteis!* Tem-se como relato, que seguindo diz: *aqui foi assim, 100%! Na medida do que era possível. Foi muita coisa, foi muito espaço, foi muita gentileza, disso não tenho nada a dizer. Mas, de certo modo, realmente, a gente tem mais o que fazer da vida, está entendendo? A gente fez porque não tinha ninguém para fazer. Era mais ou menos nesse sentido. E fazer a prova depois!*

As falas evidenciam que as tarefas de salvaguarda e de gestão memorial arquivística empreendidas pelos pesquisadores dentro das universidades – ressalva-se: com o aval dessas instituições – não somam, acumulam, ou pontuam como títulos às carreiras dos que se lançam nessa saga, ou como já dito, nessa *cruzada*. São ocupações extras que eles assumem, são tarefas que envolvem afazeres administrativos e burocráticos e, não raro, dificultam o cotidiano de suas práticas acadêmicas.

Os relatos descrevem as manobras cotidianas dos profissionais para tentar dar continuidade a sua vida profissional e, tentar fazer decolar o projeto de custódia memorial assumido. Dentro desse contexto de postergação de custódia, o que é para ser entendido como uma atividade extensiva e complementar, à prática docente, torna-se realidade paralela, muitas vezes oposta. É testemunho: *eu e alguns colegas fizemos projetos de extensão para garantir bolsas de R\$ 220,00. Tem todo um convencimento – por parte da militância – de dizer o quanto essa documentação é importante para contar a História daquela região, porque é importante preservar para poder se trabalhar. Então é todo um trabalho subterrâneo. Consegui também fomento com o CNPQ para comprar equipamentos, livros, máquinas fotográficas, computadores, impressoras, mas que não dão conta do problema. Conclui o relato realçando certo alívio de ter apenas postergado as obrigações, devendo concluí-las posteriormente. Diz: inclusive consegui adiar as pesquisas, enquanto a gente se organiza (no arquivo – grifo nosso), eu consegui adiar as pesquisas.*

Os testemunhos deixam vislumbrar o quão árduo torna-se o compromisso de guardar algo que definitivamente não é seu, mesmo que seja para salvar uma memória do

esquecimento, ou da perda. Ao relatar que a atividade de custódia arquivística, a primeira vista uma ação heróica, mas que se transforma em trabalho *subterrâneo de enormes dificuldades*, revela-se o despreparo dos profissionais para a atividade que assumiram. Contudo, há também que se dividir responsabilidade com as IES que autorizaram o acolhimento dos acervos. Nesse caso, quando se pensa em responsabilidade não se está pressupondo *boa vontade ou gentileza*, reflete-se uma ação comprometida e partilhada que torne o acervo tutelado ou doado mais um braço das Universidades.

✓ **Da prática profissional de guarda de registro memorial**

A seleção dos entrevistados, mesmo que intencional, não previu que a totalidade da amostra fosse de profissionais com formação em História, pois quando da escolha que se fez dos atores, estes se mostram de alguma forma vinculados às questões de um arquivo. Em fato, não se pressupôs encontrar nessa análise apenas historiadores, e desses, alguns com especialização em áreas afins à arquivologia. Dentro da amostra a qualificação em arquivo origina-se da formação continuada obtida por meio do curso de Pós Graduação em Ciência da Informação na UFPE iniciado em 2008. Essa ocorrência refletiu a mescla das competências laborais no estudo e deixou vislumbrar os sujeitos que habitam a realidade de guarda memorial arquivística, (des) cobrindo os profissionais que dão matiz ao modo de custódia vigente.

É relevante ratificar que em Pernambuco não existe o curso de arquivologia, apenas o curso de biblioteconomia e o curso de museologia que acabou de formar sua primeira turma, na UFPE. Em contrapartida há uma oferta maior que a demanda de profissionais de história formados pelos cursos de licenciatura e bacharelado para o exercício da docência, ou pesquisa, mas não da gestão de uma memória arquivística. A realidade é ainda mais complexa quando se analisa que mesmo no bacharelado em História da UFPE, que tem como objetivo à pesquisa, não há discussão sobre o lugar onde pode estar alocado seu objeto. Portanto, não é demais reiterar que nos cursos de História das Instituições públicas de Ensino Superior – a exemplo da UFPE, UFRPE e UPE – não há créditos disciplinares voltados à questão do arquivo, da preservação documental ou das práticas arquivísticas. Essa observação trás clareza ao entendimento do porquê historiadores permanecem como custodiadores do seu objeto de estudo, guardiães dos documentos.

Os profissionais da pesquisa tornam-se – grosso modo – gestores de memória arquivística pela lacuna profissional, entre outras questões aqui abordadas. Deixam escapar e

até verbalizam as práticas improvisadas, ou “paliativas”, que exercem quando estão diante da missão de arquivista, *a gente começou só com aquela salinha, diz um entrevistado e continua narrando que foram os alunos, nossos alunos e muitos outros alunos de boa vontade. A gente comprou tinta, eu fui catar estantes no prédio todo. Lembro que em um departamento achei cinco estantes e quase morro de felicidade. Sabe coisa que está encostada no corredor que ninguém quer?* Segue contextualizando os arranjos feitos para receber a documentação tutelada e relembra com certa melancolia e, muitos agradecimentos, a ajuda de todos do Departamento, que vieram com papel, material de consumo, *na base da boa vontade*. Conclui seu raciocínio reelaborando sua experiência, *foi assim uma cruzada, uma missão!* É fato, não há relato que contribua para descrever nessa análise a ajuda, apoio, ou auxílio financeiro vindo da instituição. Existem nos testemunhos muito comprometimento, “militância” e “boa vontade”, mas são empenhos provenientes de outras frentes, não da fonte produtora.

Retomo ao raciocínio do parágrafo anterior, sobre proteção pela guarda das fontes documentais, objeto de trabalho do historiador, para qualificar como um ranço cultural, mas reitero que não é apenas isso. Nessa realidade dotada de complexidade, existem outras variáveis que ocorrem concomitantemente e deixam como rastro uma ambiência de gestão de conflito, são eventos como a ausência de formação e qualificação profissional, inexistência do curso de Arquivologia em Pernambuco, desídia de algumas instituições produtoras de registros de memória.

Mas todas essas ocorrências perpassam a esfera do poder público, ou melhor, do descaso do poder público. Esse fenômeno é recorrente na sociedade brasileira e está caracterizado pela omissão para com as questões socioculturais. Também não deixa de ser processo desencadeador da ausência de políticas pública culturais, seja no âmbito normativo, de incentivos e quem sabe até na esfera penal.

Deve-se ter em mente que as ações políticas são dever do Estado e direito do cidadão. Assim, é no domínio do poder público em todas as suas instâncias e também no setor privado, que os entes memoriais arquivísticos podem passar a ter uma existência orçamentária contínua e atender às demandas sociais de difusão, acesso e consumo da informação. Tem-se como testemunho que *o próprio FUNCULTURA, aqui em Pernambuco, só tem uma linhazinha lá, ligada às questões de preservação arquivística, mas existe. Mas também é necessário que as pessoas exijam da FUNDARPE que melhore essa linha de financiamento para a questão do arquivo.*

Outro relato trás à escrita uma análise histórica acerca da absorção do Estado brasileiro via MINC, ou outro órgão público, das questões culturais ligadas à preservação memorial

arquivística, como uma realidade recente. Pois, até pouco menos de uma década não havia bolsa para alunos, editais de projetos culturais, nem fundações estaduais de amparo a ciência e tecnologia como a Facepe. Um testemunho relembra sem tristeza do tempo de governança neoliberal no Brasil, período em que gestou um acervo memorial dizendo que *naquela época, 2003, 2004, não era moda das bolsas nas universidades, não sei se você lembra era o tempo de Fernando Henrique e companhia, de Paulo Renato, etc.*

É também dentro dessa perspectiva histórica que se pode pensar que o acesso às universidades é ação política nova para a sociedade brasileira. E que havendo muitos cursos de história e nenhum de arquivologia pode justificar o desvio nas conflituosas gestões de memória arquivística em Pernambuco. A ocorrência também pode justificar a cruzada protecional de outras profissões aos acervos arquivísticos, como os historiadores, deste e de outros Estados da Federação. No âmbito dessas questões de acesso ao ensino superior é relatado por uma gestora que *muita gente ainda não tem o doutorado. Então, aqui mesmo eu tenho mestrado, mas não tenho doutorado. Estou buscando isso! Acho que a capacitação é muito importante! Para que as pessoas, primeiro saibam o que fazer e tenham consciência, depois saber onde e como buscar. Aqui (Pernambuco – grifo nosso), arquivologia não tem um curso, Museologia a primeira turma saiu agora e Biblioteconomia é um curso técnico demais.*

As lacunas no âmbito da capacitação profissional e do acesso a universidades ainda deixa a desejar em Pernambuco. Essa é uma questão que exige reflexão e tomada de decisão por parte do poder público urgentemente para que se possa superar a barreira da ausência de competências especializadas no trato da memória. Um bom começo poderá ser com a consolidação das *boas novas* narradas acima, acerca da criação de um curso de arquivologia em Pernambuco. Conclui uma entrevistada que *não ter os cursos específicos aqui (Pernambuco - grifo nosso), até para fazer um projeto, atender editais para conseguir financiamento junto a agências de fomentos é difícil, a gente não tem uma pessoa que saiba fazer um projeto.* Reitera uma entrevistada que não existe também um doutorado em Ciência da Informação e os gestores que já passaram pelo mestrado, não conseguem atender aos editais para captar incentivos para suas instituições porque não têm o título de doutor.

Retomando as reflexões mais gerais da guarda arquivística todos os entrevistados falam com otimismo sobre a possibilidade de que haja uma transformação cultural no âmbito da custódia e do valor de um registro de memória para sociedade. Com as questões da política de acesso a informação ampliou os horizontes das possibilidades de consumo da informação.

Notícias como as veiculadas no Diário de Pernambuco – “A Arte é do Povo”⁶¹ – que falam de obras raras postas em domínio público é que podem ser democratizadas pela realidade contemporânea do mundo em rede. Esses eventos retratam mudanças que foram demandadas pela sociedade da informação e do conhecimento.

A maioria dos testemunhos, contudo, descreve a realidade com desencanto e descrença com a possibilidade de uma mudança cultural no seio das instituições que descartam seus documentos. Para os entrevistados o apelo economicista e imediatista, além dos recursos financeiros escassos às coisas da memória, são ocorrências que tendem a permanência. Há concordância, entre os documentalistas, historiadores, cientistas da informação no valor simbólico patrimonial que tem um registro de memória para além de sua existência pragmática, mas que esse não é um sentimento universal, não é algo inquestionável, como diz o testemunho: *bom, posso estar enganada, mas eu falo para os meus alunos: não pensem que é óbvio o reconhecimento do valor histórico de um processo.*

Não é mesmo! Conclui uma pesquisadora ao narrar que a compreensão do valor histórico dos registros trabalhistas como fonte de pesquisa é tarefa do historiador, pois, *pra que serve a História? A prova somos nós que temos que fazer. A gente serve para isso. É nossa responsabilidade.* É verdade que a reflexão acerca do valor do bem memorial é unanimidade entre os entrevistados e cada um fala a partir de suas ópticas o que é um bem público memorial. Mas, ajuízam seus valores a partir do lugar de onde falam, não há consenso nem discurso dialógico dentro da visão contemporânea do que é o documento.

Os pesquisadores gestores validam a custódia do registro pelo valor histórico do documento como fonte às pesquisas, tem-se como relato que *ninguém era contra* (as ações de salvaguarda – grifo nosso), *mas, realmente a gente* (os pesquisadores – grifo nosso) *vê a dimensão histórica. Eu encontrei, por exemplo, relíquias, em dois processos de Nazaré*⁶². *Eu encontrei em uma folhinha rabiscada da secretária assistente do tempo de Arraes.* O testemunho conclui-se com uma narrativa do que sobrou do método reducionista que a instituição utilizou para diminuir a massa documental, sobraram quase nada *coisas raríssimas, coisas que alguém deixou lá* (no processo – grifo nosso), *porque esqueceu de tirar.*

O gestor por ofício, ou formação continuada, porém, tem na preservação documental o valor de fluxo informacional, de comunicação, difusão e possibilidade de acesso que o registro contém. Testemunha uma gestora: *quem produz tem a responsabilidade de guardar e dar acesso. Não só guardar, porque só guardar é pouco. E guardar sem os cuidados de*

⁶¹ A Arte é do povo – Diário de Pernambuco, 14/01/2015, p. C6, caderno Viver.

⁶² Nazaré da Mata - município da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

preservação também não adianta de nada. Continua sua narrativa trazendo para a entrevista uma ocorrência do seu cotidiano sobre a visão de outro campo profissional que também transita nos domínios da memória. Testemunha que esteve com um profissional da área de conservação documental há algumas semanas, porque sua instituição está pensando em obter um financiamento da Facepe para trabalhar com um determinado acervo do memorial. Ao ter contato com a documentação a especialista comunicou que acervo deveria ficar guardado até que fosse digitalizado, porque estava se acabando, disse: *“que daqui a pouco vai cair aos pedaços”*. Batendo o martelo a gestora veta a informação, justificando sua postura a partir da perspectiva primordial que deve ter um fluxo de informação, que é o acesso. Diz: *eu aqui* (na sua instituição – grifo nosso), *eu só fecho o acesso quando o documento realmente não pode ser folheado. Ele vai ser sim acessado. Ele está aqui para isso, para ser pesquisado*, conclui ela. Em fato informação sem acesso é apenas dado que não será transformado em conhecimento.

Faz-se necessário dizer que não há na conduta da gestora ação negligente frente ao dano que pode ocorrer ao registro, pois ela subsidia sua fala postulando que antes de impedir o acesso ela adota práticas arquivísticas que preserve e recupere o fluxo informacional em outro suporte, para depois pensar em como vai conservar o registro. Continuando essa reflexão com fragmento do testemunho, a gestora diz: *ele* (o registro – grifo nosso) *vai ser sim acessado. Ele está aqui para isso, para ser pesquisado. Senão prá que eu estou aqui? Para guardar um tesouro dentro de um cofre? Eu vou fortalecendo o suporte de cada fundo, um depois o outro, depois o outro, depois o outro, e dando acesso. Então a gente vai digitalizar o que é mais pesquisado e dando acesso ao acervo. E a gente vai fazendo esse trabalho e dando acesso ao acervo que é o objetivo primordial de uma instituição de pesquisa. A visão da gente aqui é o acesso. É muito difícil a gente como gestor atender 100% a tudo. A gente tem que no momento decidir. O foco é o pesquisador.*

Nesse último relato vê-se o princípio fundamental demandado a um profissional que gesta informação memorial na contemporaneidade é o acesso à informação para a produção de conhecimento. A fala deixa perceber a base teórica pós custodial entremeada à *práxis desse sujeito* que rompe com a visão custodialista historicista, do zelo inviolável da guarda, pois como disse: *senão prá que eu estou aqui? Para guardar um tesouro dentro de um cofre?*

A visão de mundo sobre a guarda dos registros para preservação de uma memória ainda é um entendimento raro que contradita práticas de custódia como insumo à produção de conhecimento pela difusão, acesso e consumo da informação que está contida no documento, que hoje já não é monumento, é fluxo. Que informação só se torna saber diverso, processo de

conhecimento, quando perpassa o outro, quando se partilha. Senão se viverá em um “mundo entulhado”, tal qual o mundo de Irineo Funes – o memorioso –, de Borges (1944, p. 108). E será uma existência cheia de detalhes, acúmulo de dados, mas com tesouros fechados, como depósitos de coisas secretas, invioláveis e sem nenhuma utilidade humana.

É importante deixar claro que não há na prática custodial historicista, contudo um mal em si. É como já descrito no primeiro capítulo dessa dissertação, *costume, cultura enraizada* que peca pelo excesso de zelo na guarda ainda afeita às questões paradigmáticas ultrapassadas. A prática de guarda documental em geral é para si, ou para algum grupo. Essa realidade tem expressão porque não houve discussões necessárias sobre o assunto, são questões novas, ainda pouco abordadas academicamente. Urge que se lancem críticas a esse conjunto de fenômenos sociais, mas em justa medida também se proponha ou se vislumbre saídas, outro modelo de prática social de guarda memorial arquivística, ou melhor, prática pós-custodial de gestão da informação contida nos registros de memória.

O fundamentado nessa escrita faz ponte com um relato que também reflete acerca da função de um arquivo, sobre estar essa instituição e seus fluxos informacionais de memória a serviço de determinada clientela, por meio de demandas que vêm em “ondas”, mas não apenas isso, também por escolha, sendo, assim, opção e recalque. Tem-se como relato: *mas gestão hoje, principalmente, a de arquivo está fadada, fechada a o quê? A só colocar para acesso de qualquer forma. Menos esses documentos da ditadura porque chama muita atenção. É aquela história do eu escolhi! Esse vai para cesso, esse não vai. E por que esse vai? Porque abre os olhos do jornalismo e pode contribuir muito, para dar visibilidade a instituição. Ação que também não é danosa, pois expõe a sociedade o valor da informação que está guardada. Mesmo assim, essas questões tendem a ser observadas também como prática autoritária, é a coisa da escolha, é uma questão de poder! Fica na esfera do poder do gestor, conclui um interlocutor.*

É certo que a característica de um estoque de memória é, analogamente, teorizada como um mercado de consumo invertido. Ou seja, contrariando o processo normal de um mercado onde as demandas geram as ofertas, em um arquivo a oferta sempre será maior e impossível de ser operacionalizada integralmente, pois não existirá memória sem esquecimento. Mas é importante que essa reflexão perpassasse por percepções mais realistas como: *hoje não tenho mais o sonho de digitalizar tudo porque é caríssimo. Então a gente vai digitalizar o que é mais pesquisado e dando acesso ao acervo*, narra uma gestora.

A mesma interlocutora reitera sua ação criativa frente às dificuldades cotidianas que demandam de uma gestão memorial arquivística e o convívio dessa realidade com escassos

recursos financeiros. Seu relato corrobora a máxima de que só se remunera uma memória cultural diante de excedentes de economia mesmo em organizações, como a da entrevistada, que têm alicerçado o conceito de memória como herança institucional em usufruto. Suas “práticas criativas” não são aleatórias, e não estão desvinculadas de saberes fundamentado teoricamente, apenas se resignificam na realidade vivenciada entre o ideal e o que é possível no momento, porque, diz ela em tom de brincadeira: *aqui (instituição onde gesta a memória-grifo nosso) as coisas tardam, mas não faltam!*

É uma visão profissional entusiasta com a condução que a preservação memorial tomou dentro da instituição que trabalha. A gestora não esconde as dificuldades e os conflitos em gestar um bem público de caráter memorial, mas articula suas dificuldades administrativas como sendo questões cotidianas para serem refletidas com a equipe. Em conjunto pensam “coisas”, estratégias que se resolvem com inventividade, empreendedorismo e trabalho colaborativo, pois, *eu posso dizer que aqui, as coisas tardam mais não faltam. De dois em dois anos mudam a gestão. Isso é bom e ruim, mas independente disso a gente aqui tem uma equipe. Ai eu posso dizer que a diferença entre o poder executivo para o judiciário que tem pessoas com um nível de qualificação mais elevado. E a gente tem conseguido que mesmo os funcionários que chegam e não têm formação na área de CI, arquivologia, museologia, biblioteconomia, que eles façam cursos na área de acervo. Isso é o diferencial!*

Seu testemunho é disposto nessa escrita, em profusão, dado o sentido que revela ter os significados de sua prática, talvez como um modelo de custódia arquivística memorial de uma instituição jurídica. É relato: *outra coisa é que a gente consegue se planejar aqui. Eu faço projeto para o ano inteiro. Todo ano tem uma licitação para os projetos na área cultural e educativa do Memorial. A gente sabe tudo que vai acontecer durante o ano. É trabalhoso! (riso de prazer). Somo poucos, mas especializados, temos museólogo, pedagogo, historiadores e bibliotecários. Tenho um pessoal especializado para essa área da informação. Eu vejo a diferença que isso faz! A temperatura deve ser o ar condicionado funcionando 24 horas, a gente não pode garantir, porque cada gestão tem uma prioridade, e se o ar condicionado quebrar o que eu vou fazer com o acervo? Tem que pensar no futuro. Ele vai ficar no quentinho mesmo. Mas eu tiro a umidade e eu resolvo muita coisa. A propagação dos microorganismos. E a gente vai fazendo esse trabalho e dando acesso ao acervo que é o objetivo primordial de uma instituição de pesquisa. A visão da gente aqui é o acesso!*

Desse testemunho é observado que é possível conduções institucionais sistêmicas, responsáveis para com a memória que produz. Há na fala da gestora um encantamento, sem

fuga da realidade, de quem trabalha sabendo o que faz e é reconhecido pelos seus pares. Há um real comprometimento dessa instituição com o fluxo informacional que produz, gesta e dá acesso. Esse tipo de visão pós-custodial já é prática profissional e institucional de preservação memorial na realidade atual, mas em trânsito concomitante com outra realidade de permanências custodialistas historicistas.

Pelos testemunhos tão diversos, de encontros e desencontros, tem-se como resultado de observação que são fenômenos sociais contemporâneos que se justapõem, ora dialogando, ora em processo de negação de um pelo outro, sem sentido dialógico, ou dialético apenas pelo costume. São ocorrências que refletem o quão complexa é a realidade de custódia memorial arquivística em Pernambuco e que espelha o país.

Uma realidade expõe como modelo mental e prática de custódia memorial obsoleta que desvirtuam o valor social de um recurso de memória e contraria o princípio de direito fundamental de acesso amplo, pois *o papel do arquivo é está à disposição o tempo todo* narra uma pesquisadora. E a outra transita entre contradições, bate o martelo e diz: *senão prá que eu estou aqui? Para guardar um tesouro dentro de um cofre?*

Mas há nessa realidade uma variável determinante à reincidência desse fenômeno social que é o braço do poder público. No Nordeste do Brasil, mas não só por aqui, o vislumbrado é a omissão, o descaso e o desinteresse da governança em proteger suas memórias. Os Bens patrimoniais memoriais e, não apenas os registros de memória arquivística, são lastro cultural de um povo, é capital cultural a quem se delegam recursos financeiros das estratégias de renúncias fiscais do setor privado, quando em primeira instância deveria ser parcela orçamentária do Estado instituída constitucionalmente. Medidas de “resgate”, “paliativas” e “emergenciais”, podem tomar sentido de boas ações, mas não reforçam a máxima de que quem deve cuidar da documentação, promovendo a difusão, o acesso e uso legal é quem produz a informação.

Contrário a isso, faz com que haja uma acomodação ao problema e não um enfrentamento. Tem-se relatado a fala de um interlocutor que a exemplo de sua realidade – na qual já ocorreu a doação de registros de memória – diz que o estudo de caso dessa escrita é um bom exemplo de acomodação, *pois em relação à instituição* (ao caso em foco – grifo nosso), *porque eu faço uma analogia com o que aconteceu aqui na minha instituição, eu sei que se não fosse a universidade, o acervo também tinha se perdido, não é? Mas, ele* (o caso em foco - grifo nosso) *também não assumiu a responsabilidade que era dele. Talvez se isso não tivesse existido, não tivessem descartado, eles já tivessem pensado duas vezes antes de fazer isso hoje em dia. Iria ser ruim para História, mas na medida em que tem outra*

instituição querendo o acervo, nunca a instituição (que quer descartar – grifo nosso) vai assumir.

Essa é uma das reflexões possíveis, pois “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF, op. cit.). É uma análise possível para casos como o do acervo do TRT6, que hoje está sobre a tutela da UFPE. As análises dessa pesquisa deixam claro, contudo, o valor social que tem a Justiça do Trabalho no Brasil de hoje. É fato histórico que a constituição dessa justiça foi por meio de subordinação e não autonomia – a chamada “justicinha”. (SILVA, 2007, p. 32) – mas isso é uma realidade póstuma. É incoerente pensar que uma instituição federal de cunho social forte delegue a outro a responsabilidade por sua memória. A Justiça do Trabalho há tempos tida como a “*justiça menor*” é hoje braço direito do poder judiciário desse país, atua frente práticas protetivas de condições de emprego e trabalho a 96 milhões de trabalhadores brasileiros ativos. É ramo do poder judiciário que discute e combate questões sociais, políticas e econômicas, estruturais no país. Questões como, o reconhecimento da presença do trabalho análogo à escravidão em nossa sociedade em pleno século XX, a arbitrariedade do trabalho infantil nos campos e nas fábricas, a exploração por meio do trabalho terceirizado da mão-de-obra, prática laboral que trata seres humanos – brasileiros e estrangeiros – como refugio e manobra ao acúmulo de capital e poder, são atividades cotidianas desse ramo do judiciário.

Dessas práticas de conquistas de Direitos Fundamentais Sociais, a informação que é registrada a cada ação de litígio laboral demandado no Brasil é herança memorial nacional que está contida em seus documentos, nos processos trabalhistas. É inverossímil, portanto, pensar que essa instituição permaneça sem assumir a responsabilidade por sua memória, pois como se tem narrado: *se o TRT ou a Justiça do Trabalho alega que tem que descartar essa documentação por falta de espaço, imagina as Universidades que não foram preparadas para isso.* É fruto de observação a afirmação de que a instituição produtora de registros memoriais doando, descartando, reciclando ou queimando sua documentação com a parca justificativa econômica de falta de espaço poderá vir a ser inquirida no futuro acerca do motivo. Pode não ser o caso da instituição em foco, mas se poderá levantar o questionamento porvir do porquê apagar, ou queimar o que você registrou algum dia como experiência, prática cotidiana de vida e trabalho? O que se desejava esquecer? Ao relatar a condução de “pouco caso” que a instituição tem com os seus registros históricos, um testemunho corrobora a reflexão colocando que se o descarte é um costume institucional, se a cultura organizacional tem como cotidiano administrativo o esquecimento, ou o desaparecimento da sua memória ela também deve assumir a responsabilidade dessa ação que, a primeira vista, parece ser pouco

refletida. Um testemunho comprova a análise acima quando diz: *assumam a responsabilidade. Se assim agem, aguentem! O julgamento da posteridade é pior.*

Outro depoimento continua esclarecendo a questão acima quando faz um relato análogo ao que foi a bem pouco tempo o processo histórico de abertura dos arquivos da ditadura. Descreve o porquê foi questionada aos agentes do estado de exceção a queima dos prontuários, boletins, formulário, relatórios internos. Isso também pode vir a ser inquirido à Justiça do Trabalho, *o que eles tinham tanto a esconder?* Conclui a denúncia e segue dizendo, *bom: isso é uma tradução possível! Mas quando você queima você arrisca isso.* O testemunho, em fato, acredita que as razões para a JT descartar, doar, ou tutelar seus registros não é por esse motivo – esconder uma realidade, apagar uma história – *mas que arrisca a que se pense isso.*

Esses dois últimos relatos, antes de serem entendidos como testemunhos provocadores, devem ser tomados como advertência a uma memória que já não quer ficar subterrânea. São relatos que clamam para que se mude um mau comportamento e se adote uma nova cultura institucional. É voz de quem viveu e sentiu na pele essa realidade social.

É denúncia de quem se preocupa com as causas sociais, é militância de cientistas sociais e humanistas que pensam o contexto das sociedades no mundo, pois, “aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como valor. As ideias de memória e conselho são afins: *memine e moneo*, ‘*eu me lembro*’ e eu ‘*advirto*’ são verbos próximos” (BOSI, 1994, p. 481).

Nessa mesma sequência reflexiva, acerca do compromisso com a produção documental, tem-se que: *alguém tem que dizer isso para eles* (para a Justiça do Trabalho – grifo nosso)! *Eles são cidadãos como qualquer um. Têm uma função diferenciada, mas a responsabilidade não diminui por isso, diminui?* O relato continua em um misto de denúncia e pedagogia expondo que é possível alterar essa realidade com medidas simples, a partir da perspectiva do entrevistado, com medidas “paliativas”, mas também com algum tipo de enfrentamento que gere resposta social comprometida com a memória. O testemunho conclui-se pela citação de que: *ao impossível ninguém é obrigado, mas alpendre com prateleiras de cimento, a Justiça do Trabalho pode pagar.*

O Tribunal Regional do Trabalho representado por suas regionais – como o estudo de caso posto – vem ao longo dos anos firmando-se como uma instituição séria e respeitosa. Instituição que toma decisões cotidianas áridas, de risco de morte, enfrentando empresários inescrupulosos – donos de tecelagens, carvoarias, usineiros, latifundiários – em todo território

nacional e não apenas dentro de suas salas, ou nas Varas de Conciliação e Julgamento. A Justiça do Trabalho é hoje considerada a mais célere, cujo dinamismo vai a campo com práticas contemporâneas de direito e bem estar social como exercidas pelas *Unidades Móveis e os Grupos Especiais de Fiscalização Móveis*. É paradoxal que descarte seus registros de memória, é inconsistente que deixem outros falarem de si, que terceiros cuidem da sua memória.

À medida que a entrevista encaminhava-se para o final os relatos ficam sensíveis, menos arrumados, impregnados de significados e de sentimentos – a flor da pele – seja com a realidade de custódia que assumem, exercem, ou militam para que se faça acontecer. Os entrevistados, em maior parte os sujeitos sem competência formal à gestão memorial, reconhecem ter conseguido o ambicionado com esse exercício prático, mas não sabem ao certo qual o impacto das suas atribuições nos respectivos estoques de memória. Assim, tem-se como matéria observada um fragmento de voz que “ponteia” (BOSI, op. cit.) uma memória coletiva e confessa que *simplesmente não aguentava mais, os esforços, os tantos anos e sempre esbarrando, nas coisas. Admite: eu declaro incompetência!*

Arrematando os fios de sua narrativa tecendo o que tinha como ambição frente ao salvamento de uma memória, um testemunho declara que *era simplesmente a obsessão de fazer existir*. Realça sua fala querendo esclarecer a situação vivida e para reforçar seu testemunho pergunta: *está entendendo? A questão era de abrir o caminho. A gente não estava com muita ambição, à ambição era no sentido de existir. De andar atrás de estante que as pessoas quisessem ceder. Comprar tinta, lixar, era nesse sentido de existir, sobreviver*. Na mescla de sua narrativa faz vir à tona a finalidade ambicionada, pois *era esse o objetivo, e manter os alunos interessados. Era provar que éramos úteis. Era provar que tudo isso valia a pena*.

✓ **Uso de novas tecnologias**

De modo geral os testemunhos coadunam com a teoria utilizada para trabalhar nesse estudo o uso das novas tecnologias por entre os fluxos de informação de memória arquivística. Seja pela dessacralização do documento, seja pelas políticas de acesso a informação, seja pela análise, ainda pouco estudada, da guarda com características pós-custodial. Os relatos apontam os entraves de ordem individual, ou institucional e confluem para a realidade de que essas inovações não foram absorvidas de modo homogêneo nos lugares, ou pelos gestores de memória.

A contextualização do uso de novas tecnologias é retomada e se encaminha à exposição de um processo histórico. Um entrevistado narra que as novas tecnologias são ocorrências do século XX desencadeadas na esteira da internet, fenômeno social que ainda está pronto, mas em caminho. É, portanto, uma realidade nova com características inusitadas cuja instrumentalização pelas ferramentas tecnológicas é uso social processual, fluido, veloz e obsolecente. O uso de ferramentas tecnológicas é um fenômeno social que projeta uma pluralidade de significados ao sujeito e, às suas práticas, a tecnologia absorvida como prática nos estoques de memória arquivística tem-se mais pela imposição normativa da Lei 12.527 de 2011, na qual se contextualizou o acesso como direito no Brasil, que pela necessidade de eficiência, interoperatividade, difusão e acesso que deve emanar de um ente público de caráter memorial. Argumentos que perpassam questões já discutidas, como as ligadas à formação profissional especializada.

A interlocução de um sujeito da história com trânsito na gestão memorial traz reflexão alargada sobre esse fenômeno que peremptoriamente circunscreve-se na realidade observada. Assim, com uma breve reflexão acerca das questões do uso da tecnologia é relatado que a Internet começou na década de 1990, que foi nesse contexto de mundo digital – Internet, sites, explosão documental –, portanto as primeiras reflexões sobre as questões de acessibilidade da informação na rede mundial e do uso social das ferramentas. O testemunho continua com a exposição de argumentos que são exemplos de vivência e prática cotidiana. Ao se lançar a pergunta, sobre o que existia antes dessa conjuntura digital, é relatado que: *tinha museu, arquivos, biblioteca, nos quais você ia lá, buscar aquela informação, procurar nos armários e nas estantes, não é?* Seguindo o relato tem-se que esses lugares *dependiam única e exclusivamente de um funcionário, de uma pessoa que tivesse ali e fosse procurar aquilo, em um catálogo de papel, ou em fichas. E a informação que não estivesse na ficha, para começar, não existia, não é? E o que estivesse na ficha subentende-se que estava organizado a partir desses instrumentos de pesquisa* (ficha – grifo nosso) *estaria nos armários. Conclui como síntese que: essa era a realidade que nós tínhamos!*

Por meio da fundamentação metodológica de Bosi (1994) pode-se refletir a amplitude que toma um relato, como os testemunhos dessa análise, como instrumento de investigação científica. As falas coletadas à obtenção de esclarecimentos de uma realidade social carregam histórias de vida, “pois esse registro alcança uma memória pessoal, que como se busca mostrar é também memória social, familiar, e grupal” (BOSI, 1994, p. 37). As narrativas são testemunhos que constroem entendimento alargado da realidade observada, só possível por quem vivência esse fenômeno na *praxis*. Nesse contexto tem-se, por meio de uma fala, a

síntese dessa caracterização testemunhal que está matizada por ocorrências de práticas custodialista que persistem na realidade contemporânea, mesmo havendo demanda social por uma gestão pós-custodial, só reconhecida por quem conhece os tons dessa realidade. Assim, um interlocutor descreve outros contextos dessa realidade observada que como elementos de análises na pesquisa surgem como “ponto cego”, problema ainda não analisado, mas tinta à futura análise. Tem-se narrado: *nós passamos por um período de ditadura e isso eu acredito que também, influenciou muito a questão dos acervos. Por exemplo, a documentação da DOPS, tem muita documentação da DOPS perdida, destruída. E nos locais onde ela realmente ficou, passou muito tempo presa sem ninguém pesquisar, nem nada. A documentação da DOPS da Paraíba está dentro da universidade, porque lá não tem arquivo público, apesar de ter dois cursos de arquivo nesse Estado. Em Pernambuco, na década de 1990 é que essa documentação chega ao Arquivo Público. Mas passou muito tempo sem que as pessoas pudessem pesquisar. Um ou outro entrava na justiça, com base na lei de anistia e conseguia pesquisar. Até na sala as pessoas não eram autorizadas a entrar. Você vê uma situação de grades, uma condição de vigilância.*

Esse testemunho prossegue o relato de uma vivência recente que denuncia práticas deslocadas da função social fim de um lugar de memória arquivística em pleno século XX, mas mesclada a um novo modelo, independente do aporte tecnológico disponível. Diz-se que nesse lugar de memória os próprios funcionários não tinham autorização para entrar em todas as salas, pois eram *armários trancados, salas fechadas e foi uma realidade que encontrei, foi uma realidade que eu tentei mudar. Mostrando o que é o acesso.* Conclui o relato pincelando seu ponto de vista *e, assim, você vai desarmando as pessoas.*

Diante do teor do relato houve a necessidade de uma intervenção que pudesse esclarecer a adoção de um prenúncio de cultura pós-custodial em ambiente em ambiente adverso. Impõem-se a questão: como você pensou mudar essa realidade? Ratifica-se a pergunta: como historiadora, como você pensou essa mudança? *Na realidade, a gestora narra: foram todas as reflexões que vieram da vida em sociedade, das coisas que estão acontecendo no Brasil e eu parei para pensar que não tinha sentido, não tinha sentido você viver numa sala, num ambiente de trabalho, onde os próprios funcionários não podiam entrar. Essas reflexões também vieram quando li autores, autores brasileiros, as pessoas tinham ideia de preservar como a ideia do guardar. Do guardar sem que o outro nem tivesse a possibilidade de tocar, em cofres, em Armários trancados. E eu tentei mudar essa realidade mostrando que é o acesso que faz preservar. Conclui: você preserva para dar acesso.*

Dentro dessas questões do uso das novas tecnologias, para a inclusão das práticas arquivísticas ao mundo digital tem-se também um relato que é realçado com um exemplo prático dos benefícios dessa realidade frente à imperiosa ambiência pós-custodial da memória. É testemunho que: *eu estou aqui em Recife e posso acessar um acervo da casa Rui Barbosa que está lá no Rio de Janeiro, basta entrar no site deles que eles têm lá digitalizado. Antes eu tinha que comprar uma passagem de avião, hospedagem, para poder ir lá à Casa Rui Barbosa, ter a assessoria de um funcionário, para acessar os documentos.*

Apesar da força com que as novas tecnologias emergem na sociedade e os impactos que causam, ainda é matéria de vida recente, *muita gente não absorveu ainda isso. Ainda acha que precisa de uma pessoa para procurar nos armários, para guardar em cofres*, diz um entrevistado. Sua interlocução prossegue e leva a análise para outro patamar de reflexão, pois, a primeira vista, o uso das novas tecnologias nos estoques de memória pode ser entendido como saída única, como prática arquivística absoluta e que o arquivo é lugar de tecnólogos. As coisas não são bem assim!

A verbalização, por vezes exaustiva, dessa realidade complexa não toma sentido de contexto repetitivo e sim de observação a ser largamente apreendida. Na assertiva acima, o uso das novas tecnologias entra no bojo das peculiaridades e complexidades dessa realidade, mas não como ação salvadora, pois *como experiência de arquivo eu vejo que tem que ser um trabalho em equipe*, relata um gestor. Concluindo seu raciocínio descrevendo: *você tem a questão do profissional da área de informática, mas ele só não faz nada. Em um arquivo não se pode trabalhar sozinho, tem que ter o arquivista, o historiador, pessoas que pensem como vai trabalhar de forma colegiada. É preciso aprender trabalhar em equipe.*

Os testemunhos, à medida que são tecidos, vão puxando o fio de Ariadne desse labirinto de práticas, conceitos, ações, políticas e entendimentos contraditórios que pode ser sintetizado por uma narrativa. Diz uma gestora que *infelizmente a gente está vivendo a era da transparência e do acesso, da Lei de Acesso à informação, mas quando vai para realidade do dia a dia, a gente não enxerga isso. Essa transparência, esse acesso aos documentos públicos, ainda vai demorar muito para que se mude. Ainda é lenda!*

✓ **Prática arquivística pós-custodial: Rede Memorial Pernambuco**

Há, na realidade contemporânea das práticas de preservação memorial um contexto complexo, isso é posto como resultado pela análise de conteúdo documental verbal e não verbal. Em Pernambuco – recorte espacial dessa pesquisa – essa realidade está longe de

apresentar uma relação monocausal de causa e efeito. O que se tem como traço dessa realidade – para além da crise inerente da memória – é um ambiente disforme, impregnado de heterogeneidades – não como algo plural e diverso, que some esforços e faça a máquina girar – mas como uma atmosfera conflituosa.

Pelo esforço empreendido para refletir as subjetividades encontradas nos dados coletados e que estão entrelaçando-os a revisão bibliográfica, tem-se uma agudização da crise dessa memória. As dinâmicas processuais envoltas às questões de domínios da memória encontram-se em processo patológico, para alguns, – alheios a essa realidade – são alardes, ou diagnósticos falsos. Para outros as ocorrências existem, mas sem resolução, ou mudança aparente que propicie uma ação de cunho sistêmico.

As variantes que atuam nesse contexto observado de práticas sociais estão culturalmente enraizadas na realidade local, mas também pode refletir uma conjuntura mais geral, no âmbito nacional. São traços de ocorrências peculiares que insistem sobre um modelo de guarda descomprometido com a herança memorial. São estratégias de *práxis* e epistemologia ineficazes, imediatistas e economicistas, largamente teorizadas, que dentro do contexto demandado na contemporaneidade a um ente público memorial causam impactos nos sujeitos e nas instituições memoriais.

Não é novidade, mas não deixa de causar comoção social, quando há poucos dias, do ano de 2015, tem-se a notícia que o Museu Nacional estará fechado por tempo indeterminado. As razões não fogem às questões trazidas por testemunhos como resultado de análise – “fechou por falta de verba”! Narra à mídia local⁶³. Mas, como essa realidade não é via de mão única, é encruzilhada de eventos, prenhe de relativismos. Assim, nessa mesma conjuntura tem-se também no mesmo periódico a comemoração de uma possibilidade de democratização da memória, pelas obras que entraram em domínio público, como já referendado. Está tácito que as novas tecnologias tornam, mais facilmente, o fluxo informacional, o conhecimento, em memórias do povo, ou como noticiou o Diário de Pernambuco em “A arte do povo”.

As questões, contudo, não se atam em fios dicotômicos, entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Vão mais além e se emaranham a outras teias talvez mais complexas em suas apreciações. No mesmo veículo de comunicação tem-se como matéria de capa uma notícia que pode dar indícios dos porquês de fenômenos tão extremos ocorrerem dentro de uma realidade. É chamada jornalística de primeira página: “Um deputado vale 32 trabalhadores”, comunicação feita para noticiar o aumento salarial concedido aos deputados de Pernambuco,

⁶³ Diário de Pernambuco. Leitura Dinâmica. 14/01/2015.

por votação unânime dos próprios legisladores. Ora não, isso não é uma realidade paralela. Um país que relega ao esquecimento e a ruína à memória de seus museus, por falta de recursos financeiros para manutenção e limpeza é o mesmo no qual se acompanha silenciosamente mulheres e homens públicos, brasileiros, eleitos por meio de um regime democrático, pelo voto popular legislar em causa própria. Já não é absurdo ver esses representantes do povo votando pelo aumento em seus salários para valor equivalente a mais três dezenas de salários mínimos, em vez de defenderem causas sociais como o fenômeno social de esquecimento da memória nacional.

São ações, ocorrências costumeiras, como as relatadas que interferem na operacionalização das questões socioculturais do Brasil, que aqui está recortado pela análise crítica da realidade social na qual os estoques de memória, não raro, são delegados à letargia e ao esquecimento pelo descaso, descompromisso ou ausência de prioridade do poder público com a *res publica*.

Assim, quando se pergunta a um interlocutor qual a reflexão que pode fazer de uma instituição memorial arquivística que descarta sua memória, tendo como parâmetro o estudo de caso nessa pesquisa, tem-se a narrativa: *acho que a (Instituição – grifo nosso) acredita que está gestando bem, porque não foi perdido e porque tem outra instituição fazendo a gestão (da documentação - grifo nosso). Então prá eles foi uma boa gestão, porque tem outra instituição fazendo isso. Essa noção de que a responsabilidade é deles, eles acham que estão cumprindo. Porque a documentação não se perdeu, os trabalhos estão sendo escritos, tem um inventário (catálogo– grifo nosso) na internet para pesquisa, mesmo sem ser feito nas normas da Nobrade. Vai ser feito um Seminário que vai falar dos trabalhos de mestrado e doutorado que estão sendo produzidos. E conclui: mas é melhor que nada!*

Retoma seu raciocínio para qualificar o fenômeno expondo a visão simplista que se tem de um registro memorial, sem, contudo, querer justificá-lo, pois *se eu tivesse lá como desembargadora, ou desembargador, ou presidente (da instituição – grifo nosso) vendo a documentação com a universidade – na minha cabeça com os especialistas (a documentação – grifo nosso) – na minha cabeça, como pessoa que não entende da área informação, que entende de justiça e de direito, não é? Está sendo administrada (a documentação – grifo nosso) por professores, que são doutores, tem trabalho saindo e sendo publicado, está lá guardada, estão fazendo conservação do acervo [...]. É melhor que nada!* O que não é explicação superficial, ou ocorrência tangível, para o testemunho acima, é a realidade institucional que descarta, concede tutela e, não raro, doa sua memória. O que não tem justificativa é a presença de uma cultura organizacional que só pensa a conservação dos

registros quando em função de ação pragmática processual, pois *a ideia que eles têm é geral. Mas o que está por trás é que é o problema*, conclui uma interlocutora. O problema reside para além do contexto de herança em uso fruto dessa memória, ou na possibilidade da produção do conhecimento, mas na questão do descuido com a própria *práxis*.

Ainda nas discussões voltadas à responsabilidade da instituição com sua produção documental e, portanto, reflexões sobre a realidade de custódia dos registros arquivísticos memoriais trabalhistas, tem-se alguns testemunhos que narram uma ocorrência a parte das situações já lavandas. Assim, é evento recorrente a solicitação da instituição que abdicou da memória de registros – que por sorte escaparam – do reenvio de processo ao respectivo arquivo geral. Esse pedido é feito, de regra, por dois motivos. Primeiro, para comprovar sentença julgada, ou nos termos do direito – sentença que transitou mais não foi executada – Nesse caso para instalar um processo de execução da dívida pendente. Segundo para avaliação, validação, ou comprovação do tempo de serviço, para aquisição da aposentadoria, ou fins beneficiários. Desse contexto de direito do trabalhador e de dever da JT, tem-se como testemunho um relato de experiência ocorrida, que reverbera em outros: *aliás, curiosamente, algumas pessoas indicadas pelo arquivo aqui para irem atrás de seus documentos comprobatórios, a fim de comprovar direitos procuram a documentação. O primeiro sujeito que foi atrás de um processo para garantir direitos da aposentadoria foi um funcionário (da própria instituição – grifo nosso) da Junta (nome– grifo nosso) cuja documentação estava entre as que iria ser eliminada. O próprio funcionário foi atrás da sua documentação para garantir o seu direito.*

É relevante contextualizar que os testemunhos introdutórios ao tema– Rede Memorial – até aqui são indícios que corroboram a prática custodialista tradicional como fenômeno social recorrente. São relatos de experiência que lastreiam a possibilidade de outra, ou nova realidade de preservação memorial, mesmo que as falas ainda não tenham adentrado nas questões mais emergentes da RMP.

Assim, retomando as reflexões sobre a RMP, tem-se uma entrevista que descreve o horizonte de práticas de custódia da memória em rede de compartilhamento, ao modo da Rede Memorial Pernambuco, ainda é pouco explorado. Essa é uma realidade tida com desconfiança por gestores e instituições locais que não buscam entender a proposta da Rede, pois, eu *acho que a Rede (Memorial de Pernambuco – grifo nosso) ainda é um embrião que vai crescer. O que eu acho que aconteceu com a outra Rede (a Nacional – grifo nosso), que surgiu a partir dessa (Rede Memorial Pernambuco – grifo nosso) é que eles conseguiram logo financiamentos de projeto. Eles conseguiram uma estrutura de financiamento maior. Isso é a*

diferença. Marcos (Prof. Marcos Galindo – grifo nosso) tem buscado isso, mas não é fácil aqui no Nordeste.

Essa categoria de trabalho volta-se a princípios de cooperação, colaboração e solidariedade, pressupondo acolhimento, troca, menor risco e interoperatividade aos recursos de memória em Pernambuco. Tem-se testemunhado que a RMP *é como um apoio para que eu consiga colocar em prática alguns projetos* (da instituição memorial – grifo nosso). *O que eu acho superimportante, para a gente ir em frente. Nesse momento é assim que eu vejo a Rede. E com a perspectiva de tecnicamente a gente* (as instituições partícipes – grifo nosso) *estar mais forte e também com as capacitações.*

A Rede Memorial Pernambuco desponta hoje como modelo possível de gestão memorial arquivística com lastro nacional e competência legitimada pelo aporte teórico, tecnológico e prático que adota para colaborar com as instituições memoriais partícipes que, em fato, são referências memoriais deste Estado. *Para mim como gestora, diz uma entrevistada, sinto que tenho um respaldo. Na hora que eu precise de um parecer técnico. Eu ainda não precisei, mas posso vir a precisar Isso é importante para que eu saiba onde vou buscar.*

Aqui em Pernambuco, se não fosse o (grupo que deu início a RMP – grifo nosso) *eu acho que ela já teria desaparecido. As pessoas vão muito para as reuniões a partir de estímulos* (do grupo – grifo nosso), *não é? Ao mesmo tempo tem que ter alguém mesmo que puxe, em qualquer grupo, não é verdade? Um líder! Eu acho que ele é o líder desse grupo. Eu acho que ele ampliou muito a ação da rede na hora em que o Líber também tem os seus projetos e vai fazendo com que as pessoas que integram a rede usufruam dos projetos que o Líber está desenvolvendo. Acho que se pode ampliar muito mais a partir daí.*

Da análise de conteúdo dos dados coletados pelo corpus documental verbal e não verbal – em realce as entrevistas – é possível observar que essa nova forma de pensar a preservação memorial é real. Assim, mesmo que os relatos concorram para descrever que a Rede Pernambuco existe, mas ainda em fase de incubadora, ou por meio da resistência de um grupo comprometido com coisas da memória em Pernambuco, suas estratégias de ação são reais. Mas com modelo mental, representação não institucional a ideia da memória em rede de colaboração e cooperação, ao modo da RMP é evento inusitado no campo da preservação, recuperação e acesso de um fluxo de informação.

Tem-se relatado que o desconhecimento sobre a RMP beira à incredibilidade, de ser, e não ser. Pois, como se é um “organismo”, ou uma “organização”, ou ainda uma “estrutura organizada” sem corporificação, física, ou jurídica e sem natureza papável? A RMP é assim:

uma ordenação mental que se faz representar como um conjunto de princípios de natureza intangível, que atua colaborando com instituições de memória, frente ao trato dos seus fluxos de informação, para capacitá-las a uma ambiência interoperativa e de acesso amplo.

No censo comum dos que não conhecem as ações e seus princípios da RMP, esse arranjo mental é *uma reunião para tomar chá e café*. Tem-se em testemunho, que prossegue com a descrição do desconhecimento da RMP, mesmo por quem tangencia suas competências, pois *há problemas políticos, acho que a questão do conhecimento e a visão do que é* (a Rede- grifo nosso). *O que é a Rede? As pessoas não entendem o que é isso. É tudo muito novo. Ela é nova* (a Rede – grifo nosso), *a ideia é nova. Ai vai dar um tempo para amadurecer*.

Partindo desse patamar, também é imprescindível dizer que há consenso, entre os que conhecem e participam da RMP, de que esse modelo de gestão, não institucionalizado é real. Essa proposição encontra fundamento na observação e análise de dados coletados em documentos não verbais e, também em documentos verbais como os relatos das entrevistas ora trabalhados. A RMP é tecida pela liderança de um gerenciamento engajado que vem promovendo o alargamento da cultura de preservação memorial neste Estado. Da transformação cultural que ocorre entre as instituições partícipes e os respectivos gestores, frente aos princípios norteadores da RMP, é natural que haja a disseminação das práticas e dos conceitos gerados desse modelo de gestão memorial, para outros domínios da memória.

A vivência na RMP dá o tom de intimidade, sendo esse no sentido de pertinência e conhecimento, a alguns testemunhos. São relatos que expõe o contexto militante do grupo fundador, mas já elenca outros dados que podem comprovar o processo de semeio da cultura pós-custodial em outros organismos de memória, como a ideia da constituição de uma rede de memória das instituições judiciárias em 2014. As instituições judiciárias passam a refletir sua guarda memorialística por meio de padrão semelhante à Rede Memorial de Pernambuco (Anexo E). Nesse caso específico trata-se de um trabalho ainda em fase de projeto, mas que revela a dimensão que o conceito de memória em rede de colaboração vem tomando entre gestores e instituições de memória em Pernambuco.

Um testemunho cuja competência profissional transita na gestão, pesquisa e ainda atua como representante de uma instituição partícipe da Rede finaliza suas reflexões com um breve relato sobre o que espera da RMP, dizendo que *no futuro eu espero que a Rede se fortaleça. Que ela possa ser uma referência na parte de memória aqui. Que ela possa dar subsídios para que as instituições que são ligadas à memória tenham força. Mas que não seja só a gente que sinta isso, que os gestores maiores respeitem a Rede e que ela seja respeitada. O*

desejo exposto nesse testemunho já encontra as respostas à medida que a RMP está hoje alocada às políticas públicas de preservação memorial do MINC, como já discutido.

É relevante trazer às considerações outro relato que corrobora tal afirmação, quando uma entrevistada dá o testemunho de um Seminário/Oficina Digital: Interligando acervos da Cultura Afro-Brasileira ocorrido nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 2014, na UFPE⁶⁴. A entrevistada relata que foi dito nesse evento em comunicação oral proferida pelo representante do Minc, o Secretário de Políticas Culturais – Américo José Córdula Teixeira – que a Rede Memorial Pernambuco já faz parte das estratégias de promoção de políticas públicas para cultura no Brasil⁶⁵.

Nesse mesmo relato, têm-se breves considerações de uma gestora acerca da atuação da RMP junto às instituições envolvidas, pois *o que a instituição tem que fazer é utilizar a padronização da Rede. A Rede continua trabalhando, tem muita coisa para ser feita. Continua sua narrativa apontando algumas ações, ou melhor, planos da RMP para prosseguir com a ideia da memória em rede de colaboração, nesse contexto aponta também algumas dificuldades enfrentadas. Diz: um diagnóstico da Rede seria fantástico! Mas a gente parou porque precisa de braços. A gente pensou em um selo, porque aquela instituição que estivesse utilizando os padrões da Carta (documento criado pela RMP – grifo nosso) usaria o selo. Quando fossem submetidas a um edital, usaria um selo, como simbologia de que eu faço parte da Rede, de que utiliza os padrões.*

A questão do selo, em tese, pode ser refletida como já resolvida à medida que o Minc tem a RMP como parceiro, mas os problemas cotidianos desse modelo de gestão perpassam questões semelhantes aos existentes em uma instituição. As dificuldades são da ordem de recursos para se gestar como organismo tangível, constituir-se como instituição de forma continuada e poder compor seu quadro técnico. Em testemunho, como relato final às análises dessa questão tem-se a fala da mesma gestora que diz: *o trabalho que está sendo construído aos poucos, fora isso, a gente tem uma dinâmica de reuniões para pensar como ajudar o outro, seja trocando saberes, vivenciando experiências e ao mesmo tempo adquirindo conhecimentos.*

⁶⁴ Minc promove seminário sobre cultura digital afro. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/banner3/-/asset_publisher/8J9CFVHcu3W4/content/minc-promove-seminario-sobre-cultura-digital-afro/10883>. Acesso em: 22 jan. 2015.

⁶⁵ Acervos digitais – Projeto Afro-Digital. Disponível em: < https://prezi.com/fex_qpz_rhbs/acervos-digitais/>. Acesso em: 22 jan. 2015.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se nesta dissertação capturar o olhar da Ciência da Informação, o processo, todavia, se apresentou complexo, sobremaneira no campo onde as fronteiras das disciplinas se intersectam em uma “ecologia profunda” como aquela teorizada por Capra (op.cit.). O sentido de fronteira utilizado aqui não é de o de limite. A concepção de fronteira também não é a do muro, feito para apartar indivíduo, natureza, ou coisa, tal qual a fronteira do *Sermão aos Peixes* de Saramago (SARAMAGO, 2010, p. 15)⁶⁶.

O contexto de fronteira nesse estudo não se revestiu de caráter excludente, mas como áreas próximas, confluentes, “quase” contíguas com o que é peculiar a cada natureza. Usou-se o conceito de fronteira como interface - área tênue – que se deixar permear e trocar com o outro meio, incorporando um pouco do outro, deixando um pouco de si para conceitualmente e epistemologicamente tornar-se forte. Transformando-se em terreno fértil que pode vir a se constituir como outra, ou nova perspectiva de conhecimento sociocultural caleidoscópica às discussões sobre fluxo de informação memorial. Esse estudo, assim, se propõe a ser visto como fronteira disciplinar, fronteira da subjetivação do eu – ora individual, ora coletivo e também como fronteira metodológica, ou “interseção metodológica” (BOSI, 1994, p.12). Esse caminho de observação e construção de conhecimento buscou entender o fenômeno e expor clareza às realidades dos domínios da memória que é um tema ainda controverso para “superar certas dimensões fundamentalistas embutidas em nossa cultura, quem sabe até certos comportamentos individuais” (BOFF, 2002, p. 10).

As considerações acima são para sintetizar as trilhas que essa escrita de dissertação de mestrado acadêmico percorreu para contemplar os objetivos propostos quando ainda tinha corpo de projeto de pesquisa. Nesse âmbito de reflexões o trabalho trata da qualificação dos fenômenos sociais de custódia memorial arquivística e, ratifica-se que não se dá por concluído. As relações de causa-efeito das ocorrências observadas desfiavam-se como fios de uma teia, e ao mesmo tempo atam-se a outros, frente às subjetividades e relativismos que essa realidade deixa perpassar.

A sumarização dos passos de pesquisa descritos concretiza-se, em parte, pela escolha da teoria da complexidade e do pensamento sistêmico como abordagens fundantes dessa análise. É relevante dizer que esses embasamentos teóricos não foram tidos como armaduras

⁶⁶ *Sermão aos Peixes* de Saramago – metáfora dos limites regionais entre Espanha e Portugal. Na qual ele diz: “vinde cá, peixes, vós da margem direita que estais no rio Douro, e vós da margem esquerda que estais no rio Duero, vinde cá todos e dizei-me que língua que falais quando ai em baixo cruzais as aquáticas alfândegas, e se lá tendes passaportes e carimbos para entrar e sair” (SARAMAGO, 2010, p. 15).

conceituais, serviram como instrumentos lógicos para ampliar a capacidade de abstração que a problematização posta demandou. Tendo-se, pois, como objeto dessa pesquisa uma realidade social e sendo essa uma teia de fenômenos não “conclusivos” e não “simplificados”, seria imprudente seguir por outro caminho. A abordagem teórica utilizada, portanto, foi “animada por uma tensão permanente entre aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento” (MORIN, 2011, p.7).

Assim, considera-se que os objetivos foram atingidos, contemplado em plenitude pelas ocorrências, já descritas, afeitas a natureza do problema. A hipótese levantada de que as práticas custodialistas historicistas são ações, estratégias e costume que levam o esquecimento aos estoques de memória pode ser tida como um conhecimento alargado em algumas perspectivas. Os instrumentos de investigação mostraram-se eficientes na proposta de coletar dados à operacionalização da análise de conteúdo, para que os resultados desse sentido aos significados do *corpus* verbal e não verbal da pesquisa.

Esta dissertação buscou incitar o leitor, especialista, ou não, à reflexão, entre outras coisas, do valor que tem a preservação de uma memória como herança em usufruto às futuras gerações, para como teoriza Gouveia (2012), sermos “bons ancestrais”. Pretende-se, pelo explorado na pesquisa, que esse ajuizamento passe ao largo da concepção de guarda ao modo custodial e possa lançar olhares às práticas de caráter pós-custodial. A perspectiva foi ir às origens, as raízes que façam entender o fenômeno e identifique também as causas-efeitos e as possíveis saídas.

Também se tornou claro nos desdobramentos desse estudo que a validação da memória como bem não é senso comum, é campo de abstração, de produção de conhecimento e aprendizado afeito aos domínios da memória. São os cientistas que interdisciplinarmente devem travar essa cruzada para alargar o entendimento de uma consciência de cultura que protege e valoriza a memória com bens patrimoniais na realidade da sociedade contemporânea. Como se tem narrado em testemunho: *essa prova somos nós que temos que fazer, mas tem que dizer para eles. Tem que dizer!* Ou, parafraseando Boff (2002), “porque não queremos fazer um discurso apenas fenomenológico, descritivo (exploratório – grifo nosso), mas também propositivo, que tenha uma dimensão ética e uma dimensão política, porque diz respeito ao futuro da humanidade (...)”.

O acervo da Justiça do Trabalho – TRT6ª Região Pernambuco – que foi tutelado a UFPE serviu como estudo de caso à medida que teve preso – por sua natureza e características imprescindíveis – à discussão acadêmica posta. Essa amostra de realidade – de custódia

memorial arquivística, entretanto, não pode ser entendida como embustes, visto que, em fato, foi ferramenta lógica de observação por todo percurso de narrativa escrita. A importância desse estoque memorial desde o projeto de pesquisa – submetido à seleção de mestrado na PPG CI UFPE em 2012 – até as considerações finais postas, foi contextualizada para se levantar, investigar, alargar o conhecimento e qualificar o conjunto de fenômenos sociais dessa realidade.

É amostragem que deixa clarear a concepção sobre a quem cabe à autoridade de gerenciar um fluxo de informação memorial arquivística?

O capítulo que descreve os resultados é prova material da análise de conteúdo imposta aos relatos das entrevistas e aos documentos, frente à triangulação didática destes com a revisão bibliográfica, para responder a pergunta que norteou essa escrita. Pode-se concluir com base nas observações realizadas no âmbito desse estudo que não existe causa-efeito, ator, ou organismo que tenha atuação hierárquica para a persistência das práticas de guarda memorial arquivística custodialista na realidade contemporânea de Pernambuco, que reflete traços do Brasil. O resultado deixa evidente, entretanto, que a ação do poder público é característica determinante à persistência dessa realidade de cultura de descaso e omissão para com a memória do Pernambuco. É também observado que esse fenômeno não se expressa de forma homogênea, que há ocorrências multifacetadas e diversas, que coexistem na presença de outras práticas, ou, outro modelo de custódia memorial em vigência.

Assim, a ideia de memória disposta em rede de colaboração é uma realidade observada que se faz matéria de análise por meio da Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco. Essa ambiência lógica pretende-se servir de manual às boas práticas de preservação memorial, ao modo pós-custodial, com o objetivo de “promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco”.

É pertinente retomar a análise sobre o impacto determinante que têm as ações do Estado nessa realidade, pois as considerações exploradas e descritas acima, nas quais se procura responder as questões de fronteiras dos domínios da memória e também das capilaridades, desta, não esgota o problema central dessa dissertação. Porque ainda não respondeu a pergunta que guiou toda problematização, sobre a quem cabe, em última instância, autoridade de um arquivo? (DERRIDA, 2001, p. 7). Ou melhor, a quem cabe o papel de gerenciar um fluxo de informação memorial arquivística em Pernambuco? Em análise ecológica dos fenômenos sociais de custódia memorial arquivística em Pernambuco,

como reflexo brasileiro, essa dissertação atesta a ausência do Estado em sua missão de gestor e guardião do patrimônio memorial.

Em síntese, tem-se que Estado se ausentou do problema, que o rei morreu e ninguém sabe quem é o novo rei. Essa ocorrência de vazio e descaso do Estado como “gestor maior” da memória nacional que, em fato é, vem ao longo dos tempos trazendo impactos negativos e determinantes a essa realidade. As lacunas nas discussões do Estado aos bens patrimoniais memoriais, em especial, aos arquivísticos de Pernambuco, vêm provocando um enraizamento cultural a moda custodialista trágico e, mesmo, perverso à memória deste estado e deste país.

Está demonstrado pelas análises dos resultados dessa dissertação que essa representação do poder público expor-se-á como dívida às futuras gerações. A reflexão acima não contradiz o que se tem como resultado de pesquisa de que qualquer um, ou, como o explorado e descrito nessa escrita – uma multiplicidade de sujeitos históricos, pesquisadores e historiadores, frente as mais variadas competências laborais – tomem sistematicamente para si a defesa da memória. E com a justificativa de que o fazem para que a memória não seja esquecida, ou perdida, o que é uma atitude de comprometimento social. Mas o problema não termina aí, pois esses atores sociais afeitos à memória – jornalistas, pesquisadores e historiadores – não têm *per si* a força política para fazer diferente.

Em fato, os historiadores ao assumirem a responsabilidade pela custódia de uma memória pelo Departamento de Pós Graduação em História da UFPE – como a do caso do consórcio entre o TRT6ª/UFPE – o fizeram por falta de compreensão⁶⁷ da complexidade que emana dessa realidade. Isso acontece por que o Estado de Pernambuco não zela, dispondo recursos financeiros a sua memória, não viabiliza a preservação memorial arquivística como um dos pilares da sua arquitetura de planejamento estratégico, como um instrumento executável de suas finanças públicas. Mais, por que o estado de Pernambuco há décadas vem colocando frente da gestão de sua memória no seu Arquivo Estadual – jornalistas, historiadores e, não arquivistas. Por que não constitui a guarda de sua memória sem reducionismos, e sim, por meio de colaboração e interação das competências pertinentes a essa realidade?

⁶⁷ **Miopia em Marketing:** Theodoro Levitt (1970) nesse artigo analisa o processo de expansão e declínio de algumas empresas. Sua tese é de que o processo de declínio de um empreendimento deve-se a falta de compreensão do setor administrativo responsável e competente. O conceito de falta de compreensão adotado refere-se à incapacidade, ou melhor, a “miopia” que alguns empresários adotam como estratégia de gestão que não os permitiu ver o algo maior e mais complexo da realidade em xeque. Em analogia com o tema-problema referendado, a discussão de Levitt volta-se a falta de compreensão que historiadores, docentes, pesquisadores ou jornalistas têm ao assumirem a responsabilidade de gestar um bem memorial arquivístico. Em fato, tais profissionais não se dão conta das ocorrências complexas dessa realidade, que exigem mais do que eles podem dar conta com suas respectivas fé de ofício.

Essa é uma questão que ainda carece de um alargamento futuro de análise à medida que também é ponto nevrálgico do Estado brasileiro, pois se ter um jornalista, historiador, pesquisador, ou literato indicado para cuidar da memória de um estado, como Pernambuco, ou no âmbito nacional é ocorrência recorrente nos domínios da memória desse país. A colocação de profissional com competência a quem da práxis e epistemologia da arquivologia é costume por aqui, que pode ser refletido como a matéria de Gaspari (2015) quando noticia que “há tempo, um ilustre escritor foi convidado para dirigir o Museu Nacional de Belas Artes e, ao saber que não teria carro oficial, recusou o cargo”.

Notícia como essa é *crônica de uma morte anunciada*, é o quadro trágico no qual a memória agudiza suas crises, pois para um escritor, jornalista, pesquisador, docente, ou mesmo historiador – de forma isolada, não colaborativa e interativa – a gestão de uma memória como a do Museu Nacional de Belas Artes, ou a de um Arquivo Público Estadual pode representar apenas status e poder social. Porque estando a competência para gerir um arquivo distante do compromisso social de fé com o ofício que têm esses profissionais liberais, a realidade não se expõe com lucidez.

Assim, no cômputo final dessa análise social que explora, qualifica e identifica o conjunto de fenômenos sociais de guarda arquivística memorial o que tem caráter determinantemente maléfico são as ações, ou, omissões do Estado. Nesse caso do Estado de Pernambuco – do poder público – que fecunda práticas nefastas à memória. Entre outras, porque, apesar da já debatida necessidade orgânica de se ter nas várias instâncias e esferas institucionais, públicas ou privadas, um arquivista, nesse Estado não há um curso de arquivologia. Mas também porque para agenciamento de suas trocas políticas que faz escolhas inadequadas, coloca gestores sem conhecimento pragmático em arquivologia para administrar um arquivo, público, que guarda a memória desse Estado. Também se realça nessas considerações que os editais para provimento de cargos e carreiras, em áreas com disposição ao exercício de competências interdisciplinares, a regra é a permanência corporativa de campos e canteiros profissionais, que somente tende a estagnar o conhecimento entre os mesmos e não o alargar com a possibilidade de discussões dialógicas. A própria CI, ciência tão emergente e propositiva, fundamentada cientificamente na interdisciplina, tal como a História, não se deixa amalgamar com outras competências que poderiam torna mais fértil e dinâmico o seu reconhecimento como uma campo de excelência científica, que em fato é.

Mas, em fato, não apenas isso!

Vive-se em um mundo dividido em caixinhas que estão atreladas às competências laborais diversas e, a primeira vista, pode-se deixar perpassar nessa observação

fenomenológica que os responsáveis pela crise da memória são os historiadores, jornalistas, arquivistas, pesquisadores, docentes, ou mesmo as instituições que descartam seus registros. Contudo, essa é uma percepção superficial, pois a pergunta que exige resposta como resultado dessa análise, portanto, não é se existe ou não um passaporte para entrar na fronteira do outro. O que interessa identificar é a representação do Estado nessa realidade, já que abandonou a tarefa de preservar a memória.

Como o Estado abandonou os seus⁶⁸, a sua memória à deriva, ninguém sabe a quem compete o papel do timoneiro, ninguém assume a tarefa de ir adiante nessa história e como não existe esse novo rei, ou capitão dessa nau des governada, qualquer um pode fazer qualquer coisa, sobre a escusa de se estar salvando a memória nacional, pois se não fizer a memória vai desaparecer. Entretanto, isso também não é o problema fulcral, pois não há mal nenhum historiador fazer papel de arquivista e salvaguardar as memórias. Se assim não o fizessem – historiadores, pesquisadores, docentes e as Universidades – muitos acervos já estariam, efetivamente, esquecidos, muitas memórias já teriam desaparecido.

O problema aqui qualificado academicamente e que ora se quer debater com essa dissertação é que o Estado ao ver historiadores doutores assumindo a função de salvaguardar um acervo, cada vez mais se desobriga disso, de assumir uma função que é sua. Cada vez que alguém assume o papel de gestar uma memória, o Estado diz que o papel não é dele, pois há pessoas especializadas fazendo isso – professores universitários, doutores e mestres. E a cada ação de salvaguarda, como a do TRT6^a/UFPE, na qual profissionais liberais assumem uma função que é dever do Estado, a percepção do poder público é ver o Arquivo Público, a Biblioteca Pública, o citado Museu Nacional de Belas Artes como lugares que não é de ninguém e, portanto, disponíveis às trocas políticas de todos. Esse é o real e grande problema!

Por fim, discorrida as considerações finais dessa dissertação pelo âmbito fenomenológico, mas também pela dimensão propositiva, no campo da ética e da política que a narrativa tomou, é fato que se pode recuperar a informação do que ocorreu aqui em Pernambuco no século XVI, há mais de 500 anos, nas relações entre Portugal e Brasil, tomando-se como exemplo a preservação da documentação do acervo da Torre do Tombo pelo Estado Português. Entretanto, a ausência do Estado de Pernambuco nas práticas políticas de cultura de preservação memorial arquivística impede que se possam recuperar informações do que ocorreu com trabalhadores rurais há 20, 30, 50 anos, aqui no Brasil, nos latifúndios do

⁶⁸ Em tempo, é relevante dizer que após as análises desse estudo o Estado de Pernambuco deu um passo decisivo no âmbito da gestão de sua memória arquivística. Em 23 de junho de 2015 foi publicada, em Diário Oficial, a Lei 15529, assinada pelo Governador Paulo Câmara, que delibera sobre os princípios normativos dos registros Arquivísticos, por meio de política Estadual.

Pernambuco, onde se fomentou as Ligas Camponesas, onde surgiu o agronegócio da cana de açúcar nesse país, ali na Zona da Mata Sul e Norte, nos municípios de Paulista, São Lourenço da Mata, Aliança, Catende, Ribeirão, ou mesmo na capital do Estado, no Recife, entre tantos outros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cleide. A história intocada das lutas no campo. **Jornal do Commercio**, Recife. 29 abr. 2012. Caderno Cidades, p. 2.
- BARDIM. Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, Aldo Albuquerque A. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. **Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1 n .3, jun. 2000. Disponível em:<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000789&dd1=44786> Acesso: 18 set. 2012.
- _____. **A Questão da informação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez. 1994. Disponível em:<<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.
- _____. **Os agregados de informação**: memórias, esquecimento e estoques de informação. Disponível em:<<http://www.alternex.com.br/~aldoibct>>. Acesso: 18 set. 2012.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento.35. ed.Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOAS Práticas**. In: WIKIPEDIA. 2014. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Boas_pr%C3%A1ticas>. Acesso em: 23 dez. 2014.
- BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997. São Paulo.
- _____. **Fundamentalismo**: a globalização e o futuro da humanidade.Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficções (1944)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUARQUE, Cristovam. **A Morte da Modernidade**. Disponível em:<<http://revistasera.info/a-morte-da-modernidade-cristovam-buarque/>>. Acesso em: 28 nov.2014.
- BUCKLAND, M. K. **Information as thing**. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, Jun. 1991.Disponível em: <http://www.uff.br/ppgci/editais/bucklandcomocoisa.pdf>.Acessoem: 21 jan.2015.
- BUCKLAND, M. K. **What is a "document"?** **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept. 1997. Disponível em:<<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>>.Acesso em: 21 jan. 2015.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.148-207, jan. /abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br> Acesso em: 14 abr. 2013.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRIPPA, G. Tecendo tramas literárias para uma narrativa da memória. In: Marco Antônio de Almeida. (Org.). **Ciência da Informação e Literatura**. Campinas: Alínea Editora, 2012, v. 1, p. 57-90.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

DODEBEI, Vera Doyle. Memória e patrimônio: perspectiva de acumulação / dissolução no ciberespaço. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 10, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4614/3473>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: EDIPRO, 2012.

FERREIRA, Juca. **Cultura: uma necessidade básica**. Entrevistador: Maíra Kubík Mano. 1998. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=594>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

FLEUBERT, Gustave. **Bibliomania**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

GALINDO, Marcos. Domínio da Memória. In: **Seminário Serviços de Informação em Museus, 2: o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

_____. Memória e cultura partilhada. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO; Nara Neves Pires; DANTAS, Leonardo (org.). **Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 295-321. Disponível em: <http://www.mundoatlantico.org/coloquiobrasilholandes/DOWNLOAD/vieira-BRASIL_HOLANDES-2012.pdf>. Acesso em: 6 maio 2014.

_____. **Memória em sistemas complexos**. 2014. No prelo.

_____. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangana, 2009. p. 251-264.

GALINDO, Marcos. Tecnologia & Memória. **Revista ieb**, São Paulo, n. 50, p. 179-190, set. 2010. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb50_site_1322178415.pdf>

GALINDO, Marcos. **Tragédia da Memória**. Massangana, Recife, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005.

GASPARI, Elio. A História do andar de baixo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 de dezembro de 2010. Caderno Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1912201016.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

_____. A ruína dos museus. **O Globo**. 18 jan. 2015, Coluna Elio d. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/de-figueiredoorg-para-dilmagov-15085518>> Acesso em: 20 jan. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Gilberto. **Discurso de posse**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

GOUVEIA JUNIOR, Mário; GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 207 – 217, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a05v24n3.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLANDA, Lourival. **Memória: multiplicidade e permanência**. 2012. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/7/12>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HJØRLAND, Birger. **Documents, memory institutions and a Information Science**. **Journal of Documentation**, vol. 56, n. 1, Jan. 2000, p. 27-41. Disponível em: <<http://www.aslib.co.uk/aslib>> Acesso em: 10 jan. 2013.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana. **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **O Conceito e a prática de gestão de documento**. Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/o-conceito-e-pratica-gestao-documentos.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2012.

KASPER, Humberto. **O processo sistêmico: um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referência** proposto. 2000. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/9013>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

LE COADIC, Ives François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Brique de Lemos/Livros. 1996.

LESSA, Renato. **A biblioteca não deveria produzir eventos editoriais**. 2013. Entrevistadores: Marco Aurélio Canônico e Raquel Cozer. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/107100-a-biblioteca-nao-deveria-produzir-eventos-editoriais.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

- LEVITT, Theodore. **Miopia em Marketing**. 1970. Disponível em:<http://tioflavio.com/site-tio/wp-content/uploads/2014/07/miopia_em_marketing.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- LYONS, Martyn. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- MCMURTRIE, Douglas C. **O Livro**. 2. ed. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian. 1982.
- MANGUEL, Alberto. **Una historia de la lectura**. Barcelona: RandomHouseMondadori, 2005. pág. 99. Verba volant scripta manent. Disponível em:<http://es.wikipedia.org/wiki/Verba_volant_scripta_manent>. Capturado em: 9 jan. 2014.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.p. 305 – 351.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Os paradoxos da memória**. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana**.São Paulo: SESC-SP, 2007.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n.37, p. 7-32, 1999.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. Ed. Lisboa; Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MUSEU Cais do Sertão, no Recife, vai ser inaugurado nesta quinta-feira: espaço reúne olhares sobre a obra de Luiz Gonzaga e o interior do estado. **G1 Pernambuco**. 3 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/04/museu-cais-do-sertao-no-recife-vai-ser-inaugurado-nesta-quinta-feira.html>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória**. **Proj. Hist.**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em:<<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- ORTELLADO, Pablo. **Economia criativa e economia social da cultura**. 2011. Disponível em:< <http://culturadigital.br/movimento/2011/04/24/a-economia-criativa-e-a-economia-social-da-cultura/>>. Acesso em: 3 jun. 2014.
- PERNAMBUCO. Tribunal Regional do Trabalho. Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão. **Processo trabalhista nº 0568/1968**: acordo de conciliação JCJ – JA 0392/68. Jaboatão. 1968. Disponível em:< <http://www.trt6.jus.br/memoriaehistoria/site/catalogoi.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- POLASTRON, Lucien X. **A História da destruição sem fim das bibliotecas**. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2013.

POSTAM, Neil. O Julgamento de Thamus. In: _____. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Editora Nobel, 1994. cap. 1.

PRADO, Eleutério F. S. **Economia e complexidade**: tomo III/Eleutério F. S. Prado. São Paulo: Plêide, 2014.

RIBEIRO, Fernanda. **Os Arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. 2005. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10216/14000>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

_____. **Gestão da informação/preservação da memória na era pós-custodial**: um equilíbrio precário. 2005. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10216/39365>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas, 2011.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada**: aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus; SSRR Informação, 2003.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Rio de Janeiro:Record, 2012.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009. v. 1.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades:por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Coord.). **Memória e Preservação dos documentos**: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-51.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. Ed. Atul. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. **Análise de risco e preservação digital**: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial de Pernambuco. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

TEIXEIRA, Sérgio Torres. **Concretização da tutela jurisdicional e reintegração no emprego: instrumentalidade e efetividade do processo trabalhista no âmbito da tutela reintegratória**. *Revista do TRT 6*, Recife, n. 35, 2008.

TÔRRES, José Júlio. **Teoria da Complexidade: a nova Ciência**. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=g32M7Q-cNo4>>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Teoria da complexidade: uma nova visão de mundo para a estratégia**. Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade, I. Curitiba, 11,12 e 13 de julho de 2005. Curitiba: PUC, 2005. Disponível em:< <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/TORRES-Teoria-Da-Complexidade-e-Estrategia.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

TELLES, Sergio. **Psicanálise em debate**. Fevereiro de 2002 - Vol.7 - Nº 2. **Mal de arquivo – as vicissitudes da memória segundo Derrida**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano02/psi0202.php>. Acesso em: 13/06/2014, as 19hs32min.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UHLMANN, Gunter Wilhelm. **Teoria Geral dos Sistemas: do atomismo ao sistematismo**. uma abordagem sintética das principais vertentes contemporâneas desta Proto-Teoria. Versão *Pré-Print*. São Paulo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Curso de Verão 2013. **Geometrias não Euclidianas no ensino**. 2013. Disponível em:<http://www.pibid.ufpr.br/pibid_new/uploads/matematica2011/arquivo/674/Geometria_Fractal.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A Crise da Razão Histórica**. Campinas. Ed. Papyrus.1989.

APÊNDICE A - TABELA DE HIPERLINKS

1. **Site Tribunal Regional do Trabalho – Projeto Memória e História TRT6/UFPE.** Disponível em: <http://www.trt6.jus.br/memoriaehistoria/site/historiaprojeto.php>. Acesso em: 22.abr.2014.
2. **Transferência de processos dá início à parceria.** Disponível em: <http://www1.trt6.jus.br/informativo/2006/marco/especial.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.
3. **Provimento de Vagas do Quadro de Estagiários de Nível Superior do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.** Disponível em: http://www.trt6.jus.br/portal/sites/default/files/portal/selecao-de-estagiarios/recife-e-caruaru/edital_2014_atualizado.pdf. Acesso em: 9 dez. 2014.
4. **Visita instalações do Arquivo-Geral.** Disponível em: <http://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2014/01/20/presidente-do-trt-pe-visita-instalacoes-do-arquivo-geral>. Acesso em: 27 dez. 2014.
5. **Cursos de Arquivologia.** Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=183&sid=65>. Acesso em: 9 jan. 2015.
6. **A história do andar de baixo sobreviveu.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1912201016.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.
7. **A Bolha da Tulipa.** Disponível: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-historia-da-bolha-financeira-das-tulipas-na-holanda>. Acesso em: 11 jan. 2015.
8. **Indústria criativa ou economia criativa.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAstrias_criativas. Acesso em: 11 jan. 2015.
9. **Setor criativo Minc.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/02/economia-criativa-cresce-mais-que-o-pib-no-brasil>. Acesso em: 03 mar. 2014.
9. **Abraham Berzaquem Sicsú.** Disponível em: <https://sites.google.com/site/gazetaecult/ponto-de-vista/entrevista-abraham-sicsu>. Acesso em: 2 jun. 2014.
10. **Rede Memorial Pernambuco - atrator estranho.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Atrator_de_Lorenz. Acesso em: 11 jan. 2014.
11. **Interface.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Interface>. Acesso em: 27 dez. 2014.

12. **MinC promove seminário sobre cultura digital afro.** Disponível em: http://www.cultura.gov.br/banner3/-/asset_publisher/8J9CFVHcu3W4/content/minc-promove-seminario-sobre-cultura-digital-afro/10883. Acesso em: 22 jan. 2015.
13. **Acervos digitais – Projeto Afrobrasileiro.** Disponível em: https://prezi.com/fex_qpz_rhbs/acervos-digitais/. Acesso em: 22 jan. 2015.
14. **Tribunal vai ceder mais processos à UFPE.** Disponível em: <http://www1.trt6.jus.br/informativo/2008/junho/memoria.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.
15. **Site do TRT6ª Região.** Disponível em: www.memoriaehistoriatrt6.gov.br. Acesso: 22 abr. 2014.
16. **Memórias do Mundo UNESCO.** Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1466&sid=40>. Acesso em: 18 out. 2012.
17. **Trabalho análogo à condição de escravo.** Disponível em: http://www.lex.com.br/doutrina_23931020_trabalho_escravo_forcado_e_degradante. Acesso em 22 abr 2014.

ANEXO A - CARTA DO RECIFE

REDEMEMORIAL



REDENACIONAL DAS INSTITUIÇÕES COMPROMETIDAS COM POLÍTICAS DE DIGITALIZAÇÃO DOS ACERVOS MEMORIAIS DO BRASIL

CARTA DO RECIFE

O FÓRUM DO RECIFE

No dia 14 de setembro de 2011, durante a CTCM (*Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: Estratégias para a preservação e o acesso à informação*), na cidade do Recife, realizamos, na sala do conselho do Instituto Ricardo Brennand, uma primeira reunião de representantes de instituições públicas e privadas envolvidas (ou desejosas de se envolverem) com projetos de digitalização dos seus acervos. A reunião tinha por principal objetivo, a discussão de caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira.

Nesta ocasião, os representantes das instituições decidiram estabelecer uma rede nacional, denominada **Rede Memorial**, tendo por base uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

Neste primeiro momento, a Rede Memorial assume três compromissos e estabelece a necessidade de desenvolver três dimensões de padronização. São estes os seis princípios, definidos nesta **Carta do Recife**, para uma política de digitalização dos acervos sob a responsabilidade das instituições participantes.

PRESERVAÇÃO E ACESSO

No atual contexto de desenvolvimento da sociedade de informação e de expansão da economia da cultura e da cultura digital no Brasil, é imperativo definir uma política pública para a digitalização de acervos memoriais (referentes ao patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiros). Uma tal política, de alcance nacional e que envolva os três níveis da Federação e as instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos de valor cultural, será essencial para orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que tem oferecido recursos públicos e privados para a reprodução digital dos acervos e a sua publicação na rede mundial de computadores (internet).

Entendemos ainda que os investimentos públicos na digitalização dos acervos devem estar orientados para uma política nacional de produção de conteúdos para a internet, contribuindo para a redefinição positiva da presença da língua portuguesa e da cultura nacional.

Um primeiro passo foi dado com o Memorando de intenções que resultou dos encontros de 5 de julho e 2 de agosto de 2007 promovidos pelo **Comitê Gestor da Internet** no Brasil – CGI.br. Assinam este documento diversas entidades, públicas e privadas. Trata-se de um esforço para definir diretrizes de uma política pública de apoio a produção de conteúdos digitais. Segundo o documento, “[...] frente ao desenvolvimento de novas mídias, como a Internet, a TV Digital e as mídias móveis, bem como sua convergência, o país tem a oportunidade de presenciar grande valorização de seus acervos, e o enorme desafio de preparar-se nos próximos anos para ser um grande produtor de conteúdo, sendo imprescindível assegurar que a cultura brasileira preencha esses espaços essenciais à evolução de nossa identidade no século XXI”.

Foi neste sentido que o **Ministério da Cultura**, em associação com o Projeto **Brasiliana USP** (da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da USP) e a **Casa de Cultura Digital**, organizou o **Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais** (SIPPAD), realizado na cidade de São Paulo entre 26 e 29 de abril de 2010. Nele estiveram reunidos especialistas e profissionais do Brasil e do mundo para a troca de experiências, conceitos e soluções tendo em vista a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro. Como se estabeleceu na carta de intenções dos organizadores do SIPPAD, “a digitalização dos acervos culturais do Brasil tem se tornado uma tarefa de grande urgência, solicitando uma reflexão sobre os limites impostos pela atual legislação do direito autoral, as novas tecnologias, os padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede efetiva entre as instituições e os projetos já existentes”.

Outro passo importante foi dado com a *resolução n. 31* do **Conselho Nacional dos Arquivos** (Conarq), de 28 de abril de 2010. Este documento, que dispõe sobre a adoção das *Recomendações para*

Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, procura auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização. O documento estabelece as diretrizes gerais para o processo de digitalização dos acervos, entendido como “uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais”. Por outro lado, a Biblioteca Nacional, com a sua Biblioteca Digital, tem indicado soluções técnicas e caminhos importantes para a construção de uma rede nacional de acervos digitais.

Outras iniciativas ganham corpo no país, sugerindo a possibilidade de criarmos mecanismos efetivos de colaboração – para fortalecer os projetos em curso e preparar a proposição de novos. Entre estas, devemos destacar a Rede de Cooperação Interinstitucional **Memorial Pernambuco**, que reuniu, em 2008, o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Laboratório Liber da UFPE, com o objetivo de “promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco”. Esta Rede propõe um modelo de ação que esperamos ampliar em escala nacional e a formulação de seus objetivos devem nortear a formação desta Rede Nacional, com o escopo de “estabelecer uma rede de acervos e pesquisadores integrados em uma estrutura lógica interoperável e interinstitucional, com a manifesta intenção de partilhar de forma inteligente recursos humanos, financeiros, tecnológicos, saberes e capacidades específicas de cada parte, em benefício do bem comum e do patrimônio cultural, unindo em iniciativas comuns áreas onde a duplicidade de esforços resultam em desperdício de tempo e recursos”.

O Ministério da Cultura (instigado pela importante atuação do Fórum da Cultura Digital) tem liderado as iniciativas para a formulação de uma política pública de digitalização dos acervos memoriais. Neste sentido que o **Plano Nacional de Cultura**, instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, determinou (no item 3.1.17 do seu anexo “Diretrizes, estratégias e ações”) a necessidade de implementação de “uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos”.

Estamos claramente de acordo. Contudo, nosso entendimento é que tal política deverá ser construída não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. No contexto de (r) evolução permanente da tecnologia, a fixação da padrões e procedimentos devem estar necessariamente colados no cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital.

Na lógica peculiar da cultura digital, as iniciativas ganham vigor e visibilidade a partir da inventividade fragmentada e, ao mesmo tempo, interconectada - característica da imensa rede que se constrói com o esforço colaborativo de milhares (ou milhões) de atores individuais ou coletivos. Entre estes tem se destacado as corporações (entre elas, as grandes corporações), cujos interesses privados contrastam, por muitas vezes, com o bem público. As instituições culturais responsáveis pela preservação e pelo acesso dos acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido (de forma ainda desconexa) diversas iniciativas de reprodução e publicação na internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos - movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI.

SEIS PRINCÍPIOS PARA A DIGITALIZAÇÃO DOS ACERVOS MEMORIAIS

1 Compromisso com acesso aberto (público e gratuito)

Afirmamos nosso compromisso com a difusão dos acervos sob custódia, garantindo o acesso universal (preservados os direitos do autor) aos documentos digitalizados e a democratização da cultura. Neste sentido, os participantes da Rede manifestam sua adesão aos protocolos da Iniciativa Open Archives (*OAI-PMH - Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*) - protocolo desenvolvido para permitir que os metadados sejam acessíveis por diversos serviços de busca e compartilhados pelos repositórios digitais. Os repositórios digitais dos membros desta Rede não desenvolverão nenhum tipo de controle de acesso e se esforçarão para a utilização de tecnologias que permitam uma experiência mais direta e aberta dos usuários. A Rede está preocupada em desenvolver soluções compatíveis com os recursos de conexão e com a velocidade média dos usuários da internet no Brasil, respeitando assim as realidades heterogêneas da inclusão digital.

A Rede está preocupada, também, com a evolução da legislação referente aos direitos do autor no Brasil, no que concerne a implementação de exceções para bibliotecas, arquivos e centros de documentação quanto à “reprodução necessária à conservação, preservação e arquivamento de

qualquer obra, sem finalidade comercial”. Com efeito, dos 184 países membros do *World Intellectual Property Organization*, apenas 21 países não possuem exceções para bibliotecas e arquivos – entre eles o Brasil. Estes limites ao direito autoral estão contemplados nos incisos XII e XVI do artigo 46 do Anteprojeto de Lei (APL) colocado à consulta pública pelo Ministério da Cultura.

2 Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia

Os membros da Rede se comprometem em compartilhar suas experiências, o desenvolvimento de soluções tecnológicas e também apoiar projetos comuns para a melhoria dos repositórios digitais e dos procedimentos de digitalização.

3 Compromisso com a acessibilidade

Em relação à *acessibilidade web*, os membros da Rede se comprometem em realizar todos os esforços para atender às recomendações e padrões do W3C (*World Wide Web Consortium*), que determina padrões para acessibilidade, no espírito do design universal. Neste sentido, deveremos trabalhar para conseguir as validações de padrões de acessibilidades, certificações, etc. oferecidos pelo W3C no projeto *Web Accessibility Initiative* (WAI). Um primeiro esforço deve ser feito para aperfeiçoar as tecnologias de OCR e mesmo realizar a revisão direta dos textos, pensando em implementar softwares leitores de tela e outras iniciativas, seguindo a orientação da *Web Content Accessibility Guidelines*.

4 Padrões de captura e de tratamento de imagens

Definindo o foco nos suportes gráficos bidimensionais, especialmente dos materiais bibliográficos, manuscritos e iconográficos, a Rede entende que o processo de digitalização de um documento consiste na transformação de um material físico analógico em uma cópia digital, visualmente fiel. Esta cópia materializa-se em um conjunto de códigos que podem ser manipulada por programas de computador e reproduzir, em dispositivos de visualização (telas), a imagem originalmente capturada.

A captura das imagens ocorre com a utilização de equipamentos em um ambiente de digitalização adequados para essa finalidade. Para uma melhor digitalização, recomenda-se um ambiente controlado. Para a iluminação sobre o material a ser digitalizado, utilizar fontes luminosas com baixa emissão de calor e de radiação ultravioleta, causando menor impacto sobre o documento durante sua exposição. A manipulação dos documentos, durante a captura, deve ser feita utilizando luvas, para evitar o contato com a

umidade da pele do operador. Dependendo das condições físicas do documento, recomenda-se que o mesmo seja submetido a um trabalho de conservação, antes de sua captura, para evitar sobrecarregar ainda mais o documento com o manuseio e exposição.

Recomenda-se a utilização de equipamentos como *scanners*, câmeras fotográficas digitais ou filmadoras digitais para a captura das imagens. Os equipamentos de captura das imagens devem estar calibrados e configurados, aplicando-se ajustes no foco das lentes e na velocidade do obturador para cada documento capturado, além da calibração do balanço de branco (*white balance*), para maior fidelidade visual da imagem digital.

No momento, recomendamos, para uma maior riqueza de detalhes visual durante a captura da imagem, utilizar equipamentos com resolução linear de pelo menos 300 DPI (*dots per inch*) a 600 DPI. Para imagens em tons de cinza (*grayscale*), adotar valores de profundidade de bits mínimos de 8 bits; já para imagens coloridas, empregar valores de profundidade de bits mínimos de 24 bits. Durante a captura da imagem, um arquivo digital *master* ou cru (*raw*) é gerado pelo equipamento. Este arquivo contém todos os dados sobre a imagem digital, sem compressão. Para a geração destas matrizes digitais, devemos considerar a recomendação do Conarq, definida em seu documento de abril de 2010 (tabela 1, página 17).

Para manipulação desse arquivo digital como uma imagem, é necessário o processamento do mesmo, realizando a conversão para um formato conhecido de imagem digital. Dependendo da finalidade do uso, é recomendado um processamento adequado e específico sobre esse arquivo digital. A seguir, apresentam-se alguns usos finais para a imagem de um documento digital:

- Preservação Digital - Arquivo final no formato TIFF, sem compressão.
- Publicação e disponibilização de imagens do documento - Cada arquivo digital é convertido em imagem nos formatos JPEG ou PNG, após um tratamento realizando os recortes (*crop*), correção de curvatura e ajustes nos valores de brilho e contraste, para rápida visualização e menor tamanho do arquivo.
- Arquivo único para disponibilização da compilação das imagens de um documento - O documento é composto por uma série de imagens sequenciais. Converter todos os arquivos em imagens nos formatos JPEG ou PNG e, em seguida, realizar a compilação como um arquivo único no formato PDF.

- Miniatura de imagem (*thumbnail*) para visualização rápida - Cada arquivo digital é redimensionado e tem sua resolução diminuída, sendo convertido em seguida em imagens nos formatos JPEG, PNG ou GIF.

5 Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais

Um dos principais conceitos difundidos hoje entre os profissionais que atuam na descrição de recursos eletrônicos na Internet é o de metadados, definidos como “informação estruturada que descreve, explica, localiza, ou ainda permite que um recurso informacional possa ser recuperado, usado e gerenciado” (National Information Standards Organization - NISO).

Os centros difusores de informação (bibliotecas, centros de documentação, arquivos etc.) sempre produziram metadados, por meio de seus catálogos, índices, bases de dados, entre outros instrumentos. São estes metadados, devidamente organizados e estruturados que garantem que a informação seja descoberta, localizada e possa ser utilizada. O desafio hoje está na descrição da informação que se encontra em diversos formatos digitais e que precisa atender a diferentes públicos e usos, sendo necessária a utilização de padrões e normas para a descrição de registros informacionais para garantir a interoperabilidade entre os diversos sistemas de informações.

Existem diferentes padrões e formatos (esquemas) utilizados para a descrição de recursos eletrônicos na Internet, contudo o mais difundido atualmente é o formato *Dublin Core*. Criado em 1995, no workshop patrocinado pela *Online Computer Library Center* (OCLC) em Dublin, Ohio (Estados Unidos), o esquema tem o objetivo de definir um conjunto de elementos que podem ser utilizados pelos autores e não-catalogadores para descrever seus próprios recursos na Web e facilitar a sua descoberta pelos motores de busca. Desde então, este tem sido o esquema utilizado por grandes projetos de bibliotecas digitais. Seu desenvolvimento é gerenciado pelo *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI). A partir de 2003, o *Dublin Core* tornou-se o padrão ISO 15836.

O Dublin Core é composto por 15 elementos de descrição: *title, creator, subject, description, publisher, contributor, date, type, format, identifier, source, language, relation, coverage* e *rights*. Este esquema simples e conciso permite descrever vários tipos de recursos na Internet. Contudo, com a evolução do formato, estes 15 elementos de descrição se tornaram mais completos com a utilização de *qualificadores*. Estes qualificadores têm a função de refinar ou tornar mais específico o recurso descrito.

Se o esquema Dublin Core tem sido utilizado com muita segurança para descrição de livros, periódicos e iconografia nos repositórios digitais, a Rede

entende que para a digitalização dos acervos arquivísticos será necessário utilizar padrões pertinentes para repositórios digitais na Internet, garantindo a busca unificada dos acervos.

Além disso, diante do grande volume de dados e informações gerados em cada um dos processos envolvidos na disponibilização online de documentos (digitalização, processamento das imagens, OCR, compactação de arquivos, metadados bibliográficos, interface web, disponibilização no site e preservação digital), é necessário estabelecer os critérios para a organização dos metadados de acordo com as seguintes características:

- metadados descritivos (descrição e identificação dos recursos informacionais);
- metadados administrativos e gerenciais (administração e gerenciamento das informações relacionadas aos documentos, processos e pessoas);
- metadados de preservação (informações de preservação digital dos arquivos digitais);
- metadados técnicos (informações técnicas dos softwares, hardwares e processos utilizados); e
- metadados de uso (informações sobre usos e usuários dos recursos de informação). No âmbito da construção de uma rede de acervos digitais é necessário também desenvolver (ou aderir a) um sistema de identificação permanente de objetos digitais.

Um sistema como o DOI (*Digital Object Identifier*, desenvolvido pela *International DOI Foundation*), permite não apenas identificar permanentemente materiais digitais, mas, sobretudo, garantir sua localização

6 Padrões e normas de preservação digital

Com a digitalização dos acervos memoriais é imprescindível estabelecer uma política para preservação de longo prazo dos objetos digitais. Esta política deverá abranger inclusive padrões e normas para a preservação digital.

e acesso na web.

O objetivo da preservação digital é evitar, de um lado, a perda da mídia física onde os objetos digitais estão gravados, e de outro, a perda do acesso ao seu conteúdo. A perda da mídia física ocorre naturalmente com o envelhecimento e deterioração dos seus componentes e materiais, tal como acontece com o papel, resultando na impossibilidade de leitura do objeto digital. A perda do acesso ao conteúdo do objeto digital é consequência da evolução e alterações no hardware, software, sistemas operacionais, processos e DRM (*Digital Rights Management*).

Atualmente são exploradas três estratégias básicas para a preservação digital: cópia, migração e emulação.

- A estratégia da *cópia* consiste em copiar os objetos digitais de um sistema de armazenamento para outro, para evitar o fenômeno da obsolescência da mídia.
- A *migração* inclui a cópia, mas adicionalmente abrange a mudança de todo o ambiente digital. A migração implica, por exemplo, na transferência do conteúdo de um formato de representação para outro.
- Finalmente, a *emulação* baseia-se na idéia da criação de software que executa as funções do hardware e software que ficaram obsoletos.

Cada uma dessas estratégias possui pontos fortes e fracos em termos de riscos, viabilidade técnica e custo. Portanto, é meta do trabalho a ser realizado analisar os pontos fortes e fracos e produzir recomendações, processos e normas para as estratégias de preservação digital de longo prazo, buscando inclusive aderência aos padrões internacionais. A definição de diretrizes para decidir se um determinado material será preservado digitalmente é também um aspecto importante. Sem tais critérios, corre-se o risco de se gastar esforço e recursos valiosos na preservação de material digital que terá pouco valor no futuro. Assim, será necessário definir normas para seleção e definição do quanto será preservado digitalmente.

A questão da propriedade intelectual é outro aspecto a ser considerado. Os acervos memoriais podem incluir material que ainda não está em domínio público. Torna-se, portanto, necessário estabelecer bases legais para permitir a preservação digital deste material e a criação de sistemas de gerenciamento da situação da propriedade intelectual e do controle da autenticidade do material digital.

Finalmente, será necessário sensibilizar os diversos *stakeholders* (autores e seus herdeiros, leitores, instituições que mantêm os acervos, depósitos legais, bibliotecas, editoras, governos) envolvidos com os acervos memoriais para a questão da preservação digital de longo prazo.

O novo campo das interfaces e dos objetos digitais tem implicado na necessidade de definição dos marcos para a proteção do patrimônio cultural digital. A UNESCO posicionou-se, na sua 32^a. Conferência Geral, em 2003, com a adoção da *Carta para a Preservação do Patrimônio Digital*. O Conarq, assessorado por sua Camara Tecnica de Documentos Eletronicos (CTDE), aprovou, em julho de 2004, uma *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital*, indicando a necessidade de se definir uma política pública. Em 2005, foi realizada em Haia a primeira conferência de Preservação do Patrimônio Digital, promovida pela Comissão Nacional da UNESCO nos Países Baixos, em colaboração com a *Koninklijke Bibliotheek* (Biblioteca Nacional dos Países Baixos) e com a Divisão da Sociedade da Informação da UNESCO. Estas orientações devem ser os pontos de partida para uma formulação adequada às realidades brasileiras.

O COMITÊ GESTOR DA REDE MEMORIAL

A Rede, tendo em vista a realização dos seus objetivos, criou um **comitê gestor**, como objetivo de:

- 1) implantar uma plataforma colaborativa na internet, para a troca de informações e de documentos entre os membros da Rede; esta plataforma pode ser a base para o desenvolvimento de um metabuscador dos acervos digitais geridos pelos membros da Rede;
- 2) criar um grupo de trabalho para coletar informações e desenvolver um Diagnóstico da situação dos acervos participantes da Rede;
- 3) preparar um plano de atividades para os anos de 2011 e 2012, contemplando a criação de três grupos de trabalho para atender ao desenvolvimento dos padrões e recomendações relativos à digitalização, metadados e arquitetura dos repositórios digitais e preservação digital;
- 4) criar de um grupo de trabalho dedicado à formatação de um grande projeto de digitalização da documentação dos arquivos públicos estaduais (como piloto de uma iniciativa transversal e pluri-institucional) – este projeto será chamado de Documenta;
- 5) buscar o permanente dialogo com a Coordenação de Cultura Digital da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, para uma efetiva colaboração na construção de uma política nacional de digitalização dos acervos memoriais brasileiros, prevista no Plano Nacional de Cultura;
- 6) divulgar a formação da Rede e coordenar a adesão de outras instituições e atores;

7) preparar uma nova reunião deste Fórum, a ser realizada na cidade de São Paulo em maio de 2012.

Recife, 14 de setembro de 2011

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (Projeto Brasileira USP)

Fórum Nacional de Arquivos Públicos Estaduais

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Liber - UFPE Arquivo Nacional

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Joaquim Nabuco

Fundação Pedro Calmon

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE)

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Arquivo Público Estadual da Bahia

Arquivo Público do Estado do Piauí

Arquivo Público do Estado do Ceará

Superintendência de Arquivo Público do Estado do Mato Grosso

Arquivo Municipal de Olinda

Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas

Memorial da Justiça - Tribunal de Justiça de Pernambuco

Biblioteca Mário de Andrade

Biblioteca Pública de Pernambuco

Museu da Cidade do Recife

Instituto Clio

Instituto Ricardo Brennand

Instituto Brasileira

Núcleo de Pesquisa em Memória, Informação, Suporte
(MIS/GPESC/UFRGS)

Arte sobre Arte Restauro

Knoma - Escola Politécnica (USP) Laboratório de História Oral e Imagem

(UFF)

Centro de Memória e Pesquisa Histórica

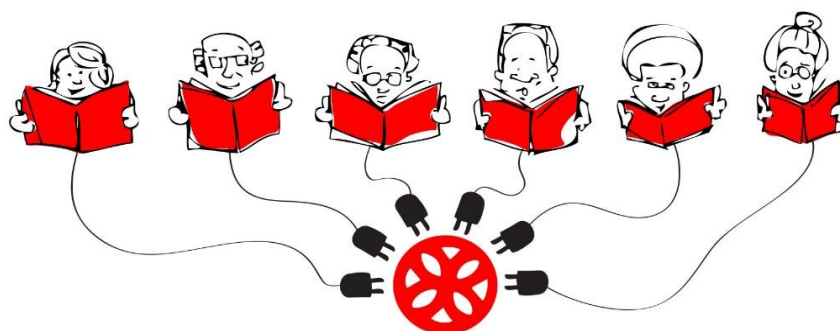
(DH-Unifesp)

ANEXO B – CARTA DO RECIFE 2.0

REDE MEMORIAL



REDE NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES COMPROMETIDAS COM
POLÍTICAS DE DIGITALIZAÇÃO DOS ACERVOS MEMORIAIS
DO BRASIL



PRESERVAÇÃO E ACESSO

No atual contexto de desenvolvimento da sociedade da informação e da expansão da economia da cultura e da cultura digital no Brasil, é imperativo definir uma política pública para a digitalização de acervos memoriais (referentes ao patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiros). Uma tal política, de alcance nacional e que envolva os três níveis da Federação e as instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos de valor cultural, será essencial para orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que tem oferecido recursos públicos e privados para a reprodução digital dos acervos e a sua publicação na rede mundial de computadores (internet).

Entendemos ainda que os investimentos públicos na digitalização dos acervos devem estar orientados para uma política nacional de produção de conteúdo para a internet, contribuindo para a redefinição positiva da presença da língua portuguesa e da cultura nacional.

Um primeiro passo foi dado com o Memorando de intenções que resultou dos encontros de 5 de julho e 2 de agosto de 2007 promovidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Assinam este documento diversas entidades, públicas e privadas. Trata-se de um esforço para definir diretrizes de uma política pública de apoio a produção de conteúdos digitais. Segundo o documento, “[...] frente ao desenvolvimento de novas mídias, como a Internet, a TV Digital e as mídias móveis, bem como sua convergência, o país tem a oportunidade de presenciar grande valorização de seus acervos, e o enorme desafio de preparar-se nos próximos anos para ser um grande produtor de conteúdo, sendo imprescindível assegurar que a cultura brasileira preencha esses espaços essenciais à evolução de nossa identidade no século XXI”.

Foi neste sentido que o Ministério da Cultura, em associação com o Projeto Brasileira USP (da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP) e a Casa de Cultura Digital, organizou o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais (SIPPAD), realizado na cidade de São Paulo entre 26 e 29 de abril de 2010. Nele estiveram reunidos especialistas e profissionais do Brasil e do mundo para a troca de experiências, conceitos e soluções tendo em vista a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro. Como se estabeleceu na carta de intenções dos organizadores do SIPPAD, “a digitalização dos acervos culturais do Brasil tem se tornado uma tarefa de grande urgência,

solicitando uma reflexão sobre os limites impostos pela atual legislação do direito autoral, as novas tecnologias, os padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede efetiva entre as instituições e os projetos já existentes”.

Outro passo importante foi dado com a resolução n. 31 do Conselho Nacional dos Arquivos (Conarq), de 28 de abril de 2010. Este documento, que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, procura auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização. O documento estabelece as diretrizes gerais para o processo de digitalização dos acervos, entendido como “uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais”. Por outro lado, a Biblioteca Nacional, com a sua Biblioteca Digital, tem indicado soluções técnicas e caminhos importantes para a construção de uma rede nacional de acervos digitais.

Outras iniciativas ganham corpo no país, sugerindo a possibilidade de criarmos mecanismos efetivos de colaboração – para fortalecer os projetos em curso e preparar a proposição de novos. Entre estas, devemos destacar a entrevista Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco, que reuniu, em 2008, o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Laboratório Liber da UFPE, com o objetivo de “promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco”. Esta Rede propõe um modelo de ação que esperamos ampliar em escala nacional e a formulação de seus objetivos devem nortear a formação desta Rede Nacional, com o escopo de “estabelecer uma rede de acervos e pesquisadores integrados em uma estrutura lógica interoperável e interinstitucional, com a manifesta intenção de partilhar de forma inteligente recursos humanos, financeiros, tecnológicos, saberes e capacidades específicas de cada parte, em benefício do bem comum e do patrimônio cultural, unindo em iniciativas comuns áreas onde a duplicidade de esforços resulta em desperdício de tempo e recursos”.

O Ministério da Cultura (instigado pela importante atuação do Fórum da Cultura Digital) tem liderado as iniciativas para a formulação de uma política pública de digitalização dos acervos memoriais. Neste sentido que o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, determinou (no item 3.1.17 do seu anexo “Diretrizes, estratégias e ações”) a necessidade de implementação de “uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos”.

Estamos claramente de acordo. Contudo, nosso entendimento é que tal política deverá ser construída não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. No contexto de (r)evolução permanente da tecnologia, a fixação de padrões e procedimentos devem estar necessariamente colados no cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital.

Na lógica peculiar da cultura digital, as iniciativas ganham vigor e visibilidade a partir da inventividade fragmentada e, ao mesmo tempo, interconectada – característica da imensa rede que se constrói com o esforço colaborativo de milhares (ou milhões) de atores individuais ou coletivos. Entre estes tem se destacado as corporações (entre elas, as grandes corporações), cujos interesses privados contrastam, por muitas vezes, com o bem público. As

instituições culturais responsáveis pela preservação e pelo acesso dos acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido (de forma ainda desconexa) diversas iniciativas de reprodução e publicação na internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos – movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI.

O Fórum do Recife e a carta 1.0

No dia 14 de setembro de 2011, durante a CTCM (Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: Estratégias para a preservação e o acesso à informação), na cidade do Recife, realizamos, na sala do conselho do Instituto Ricardo Brennand, uma primeira reunião de representantes de instituições públicas e privadas envolvidas (ou desejosas de se envolverem) com projetos de digitalização dos seus acervos. A reunião tinha por principal objetivo, a discussão de caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira.

Nesta ocasião, os representantes das instituições decidiram estabelecer uma rede nacional, denominada Rede Memorial, tendo por base uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

Neste primeiro momento, a Rede Memorial assumiu três compromissos e estabeleceu a necessidade de desenvolver três dimensões de padronização. São estes os seis princípios, definidos nesta Carta do Recife 1.0, para uma política de digitalização dos acervos sob a responsabilidade das instituições participantes.

O II Fórum da rede memorial

O II Fórum da Rede Memorial foi realizado nos dias 21 e 22 de junho de 2012, na Cinemateca Brasileira, na cidade de São Paulo. No segundo dia do Fórum, três grupos de trabalho se reuniram (Digitalização e Preservação Digital; Metadados e Arquitetura da Informação de Repositórios Digitais; e Diagnóstico das Instituições e Estruturação da Rede) e discutiram sugestões para uma nova versão da Carta do Recife, que foram incorporadas pelo Comitê Gestor. Esta nova versão da Carta do Recife contempla dez orientações e princípios para nortear as atividades dos participantes da Rede Memorial.

Dez princípios e compromissos para a digitalização dos acervos memoriais

1. Compromisso com acesso aberto, público e gratuito

Os membros da rede afirmam seu compromisso com a difusão dos acervos sob custódia, garantindo o acesso universal preservado os direitos do autor, aos documentos digitalizados e à democratização da cultura. Neste sentido, os participantes da Rede manifestam sua adesão aos protocolos abertos, para permitir que os documentos e seus metadados sejam acessíveis por diversos serviços de busca e compartilhados pelos repositórios digitais.

2. Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia

Os membros da Rede se comprometem em compartilhar suas experiências, o desenvolvimento de soluções tecnológicas e também apoiar projetos comuns para a melhoria dos repositórios digitais e dos procedimentos de digitalização e preservação da memória digital.

3. Compromisso com a acessibilidade

Em relação à *acessibilidade web*, os membros da Rede se comprometem em realizar todos os esforços para atender às recomendações e padrões do W3C (*World Wide Web Consortium*), que determina padrões para acessibilidade, no espírito do design universal. Neste sentido,

deveremos trabalhar para conseguir as validações de padrões de acessibilidades, certificações, oferecidos pelo W3C no projeto *Web Accessibility Initiative* (WAI). Um primeiro esforço deve ser feito para aperfeiçoar as tecnologias de OCR e mesmo realizar a revisão direta dos textos, pensando em implementar softwares leitores de tela e outras iniciativas, seguindo a orientação da *Web Content Accessibility Guidelines*.

4. Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização

Considerando que toda informação imagética ou sonora, bi ou tridimensional, em qualquer suporte ou formato é considerada documento e, em cada disciplina e área do conhecimento esses registros documentais possuem métodos, técnicas e práticas para a identificação, organização e tratamento para preservação, deverá ser compromisso dos membros da Rede o atendimento dessas especificidades antes de iniciarem quaisquer projetos de digitalização nestes documentos.

5. Padrões de captura e tratamento de imagens

A Rede entende que o processo de digitalização de um documento consiste na transformação da informação de um suporte físico analógico em uma cópia digital, com a maior fidelidade ao original possível. Esta cópia materializa-se em um conjunto de códigos que podem ser manipulados por programas de computador e reproduzir, em dispositivos de visualização, a imagem originalmente capturada.

A Rede tem o compromisso do constante desenvolvimento e atualizações de recomendações e melhores práticas, seguindo e ampliando os padrões já definidos no documento “Conarq – Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes” para incluir outros tipos de suportes e atualizações.

6. Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais

A chave para o acesso homogêneo à recursos heterogêneos reside nos metadados destes mesmos recursos. Os membros da rede se comprometem a trabalhar e compartilhar os conhecimentos ligados a sistemas que permitem a leitura destes metadados, que estão presentes nos próprios recursos ou em base de dados construídos com plataformas que permitem a disseminação e futura migração destas informações.

7. Padrões e normas de preservação digital

Com a digitalização dos acervos memoriais é imprescindível estabelecer uma política para preservação de longo prazo dos objetos digitais. Esta política deverá abranger inclusive padrões e normas para a preservação digital como também a formação de profissionais para atuar nesta área. A Rede tem como meta do trabalho a ser realizado analisar as recomendações existentes e produzir processos e normas para as devidas estratégias de preservação digital a longo prazo, buscando inclusive a aderência aos padrões internacionais.

A definição de diretrizes para decidir se um determinado material será preservado digitalmente é também um aspecto importante. Sem tais critérios, corre-se o risco de se gastar esforço e recursos valiosos na preservação de material digital que terá pouco valor no futuro. Assim, será necessário definir normas para a seleção e definição de quanto será digitalizado e preservado digitalmente.

Será necessário também sensibilizar os diversos *stakeholders* (autores e seus herdeiros, leitores, instituições que mantêm os acervos, depósitos legais, bibliotecas, editoras, governos) envolvidos com os acervos memoriais para a questão da preservação digital de longo prazo.

8. Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal

Todos estes trabalhos só podem ser realizados com um intenso processo de pesquisa, educação e formação de pessoal. A Rede Memorial tem como compromisso desenvolver projetos nestas áreas.

9. Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade

A Rede Memorial tem como compromisso também pensar em metodologias para avaliar a eficácia de projetos de difusão de acervos. O desenvolvimento de programas de marketing e educação nas instituições pode ter um impacto grande para promover a inserção dos acervos, digitalizados ou não, na vida diária da sociedade.

10. Direitos autorais

A questão da propriedade intelectual é um aspecto importante a ser respeitado. Os acervos memoriais podem possuir materiais que ainda não estejam em domínio público. Torna-se, portanto, necessário estabelecer bases legais para permitir a preservação e difusão digital deste material e a criação de sistemas de gerenciamento da situação da propriedade intelectual e do controle da autenticidade do material digital.

**ANEXO C - MANUAL DE RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO
PROGRAMA NACIONAL DE RESGATE DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO
TRABALHO**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**MANUAL DE RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO
PROGRAMA NACIONAL DE RESGATE DA MEMÓRIA DA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

cgedm-resgatememoria-jt@tst.jus.br

**BRASÍLIA
2012**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

CAPÍTULOS

1. Implementação das Tabelas de Temporalidade do CNJ e CSJT.

Os Tribunais Regionais do Trabalho deverão observar os prazos estabelecidos nas Tabelas de Temporalidade sugeridos na Recomendação CNJ nº 37, de 15 de agosto de 2011 e na Resolução CSJT nº 67, de 30 de abril de 2010, conforme respectivos Manuais de Gestão Documental, para a preservação dos documentos e autos findos, quando não possuírem prazos de guarda superiores.

A Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais do Poder Judiciário e a Tabela de Temporalidade dos Documentos da Administração do Poder Judiciário constituem instrumentos de gestão documental que indicam a guarda permanente para os documentos previamente indicados com tal atributo ou a temporalidade mínima de guarda aplicável aos documentos produzidos por este Poder, na atuação judicial e administrativa.

2. Implementação do Selo Acervo Histórico.

Os Tribunais Regionais do Trabalho que não possuem, poderão implementar o Selo Acervo Histórico.

Impõe-se ressaltar, que o objetivo do Selo do Acervo Histórico é facilitar a identificação dos processos que comporão o acervo histórico dos Tribunais Regionais do Trabalho.

A escolha dos autos é bastante subjetiva, mas no intuito de fornecer orientação para a definição de quais processos deverão ser guardados para o acervo histórico, são estabelecidos critérios pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e pela Comissão de Memorial dos Tribunais Regionais do Trabalho, quando existentes, como os abaixo relacionados, que poderão ajudar na escolha dos autos a serem etiquetados com o Selo do Acervo Histórico e enviados para guarda permanente, dentre outros.

cgedm-resgatememoria-jt@tst.jus.br



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

- a) processos de empresas de grande porte que se extinguiram ou que de natureza jurídica de direito público passaram a de privado ou vice-versa;
- b) processos nos quais as leis que fundamentaram as decisões já foram alteradas;
- c) processos que identificam a Justiça do Trabalho no seu Estado;
- d) processos de órgãos do Estado que deixaram de funcionar;
- e) processos antigos que possuíam capa e formulários diferentes dos que são utilizados hoje;
- f) processos que envolvam questões sociais de grande relevância. Ex.: portadores do vírus HIV, prostitutas, alcoólatras, jogo do bicho, etc;
- g) processos que indicam a evolução tecnológica do TRT da Região. Ex.: uso de máquina datilográfica manual, elétrica, eletrônica e computador;
- h) processos cuja tramitação revela peculiaridade temporal ou jurisdicional relevante;
- i) processos oriundos de dissídio coletivo;
- j) processos selecionados como notícias da imprensa;
- l) processos atinentes a indenização por dano moral de matéria incomum;
- m) processos atinentes as indenizações por dano moral e material decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional com enfoque em nova visão jurídica à respeito;
- n) causas e decisões de grande impacto social, econômico, político ou cultural;
- o) eventuais personalidades;
- p) processos que envolvam alteração de competência;
- q) originalidade do fato;
- r) sentenças e acórdãos com referência para fixação de jurisprudência;
- s) mudança significativa da legislação aplicável ao caso;
- t) características da documentação juntada como prova e evolução do meio de prova. Ex.: prova feita por e-mail, facebook, etc.
- u) aspectos relacionados à memória histórica da localidade, em um determinado contexto histórico;
- v) processos designados como históricos pelos Juízes e Desembargadores.

cgedm-resgatememoria-jt@tst.jus.br



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

3. Celebração de convênios com instituições de ensino superior.

Recomenda-se a celebração de convênio com as universidades e/ou faculdades públicas e/ou privadas, mais precisamente, com o Curso de Arquivologia, tal medida tem o escopo de propiciar que os estudantes realizem matéria prática nos Centros de Memória, Memoriais ou Arquivos Judiciais, efetuando a higienização dos processos, dentre outras atribuições decorrentes do aprendizado curricular.

Esta medida contribui para uma melhor guarda dos processos e documentos históricos.

4. Realização de Inventário.

Recomenda-se, por fim, a realização de inventário de autos de processos judiciais e administrativos que se encontram nos Centros de Memória, Memoriais e Arquivos Judiciais, eis que por meio deste será possível realizar-se um diagnóstico do que existe, em termos de guarda, nos Tribunais Regionais do Trabalho.

É a Memória da Justiça do Trabalho de nosso País.

ANEXO D - FOLDER DO SEMINÁRIO/OFICINA DIGITAL: INTERLIGANDO ACERVOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Projeto 13: Afro-memória digital: acervo do Museu Arthur Ramos
 Coordenadora: Isabelle Braz Peixoto da Silva
 Instituição: Universidade Federal do Ceará

Projeto 14: O seminário paraibano também é Afro-Brasileiro: a produção de memórias dos terreiros de umbanda e candomblé da região.
 Coordenador: José Luciano de Queiroz Aires
 Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Projeto 15: O negro no pós-abolição em Sergipe (1888-1900): trabalho, família e lazer.
 Coordenador: Petrólio José Domingues
 Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Projeto 16: Movimento Negro Unificado de Pernambuco: redes e estratégias na luta contra o racismo (1980-2000)
 Coordenadora: Isabel Cristina Martins Guillen
 Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Projeto 17: Populações afro-americanas de Rondônia: identidade étnica, Social e Cultural
 Coordenador: Marco Antonio Domingues Teixeira
 Instituição: Fundação de Apoio a pesquisa Científica, Educacional e Tecnológica de Rondônia

Projeto 18: Memória e História de uma trajetória diáspora: M.G. Baíaquã - Escravidão e abolicionismo no Brasil e América do Norte
 Coordenador: Bruno Rafael Veras de Moraes
 Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Projeto 19: Dicionário de folhas do IlêAxéOpôAfonjá
 Coordenadora: Alessandra Paola Caramori
 Instituição: Universidade Federal da Bahia

Projeto 20: Do buraco ao mundo: segredos, rituais e patrimônio de um quilombo indígena.
 Coordenador: Nivaldo Areliano Léo Neto
 Instituição: Universidade Federal do Paraná

Projeto 21: Quilombo: acervo digital e guia qualificado acadêmico sobre a produção quilombola localizada nos acervos das instituições de Ensino Superior dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina
 Coordenadora: Miriam Furtado Hartung
 Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Projeto 22: Projeto e Arquivo e Memória Quilombola: construção do acervo de comunidades quilombolas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina
 Coordenadora: Ana Josefina Ferrari
 Instituição: Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Projeto 23: Memórias da Mussuca: quilombo (en)cantos de Dona Nadir
 Coordenadora: Alexandra Gouvêa Damas
 Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Projeto 24: Projeto Zul+Zumbi
 Coordenadora: Sandra Regina do Nascimento Santos
 Instituição: Irmandade de Nossa Senhora Aparecida

REALIZAÇÃO:



Email: afrobrasileiro@ufpe.br
Telefone: (81) 2126 7726

**SEMINÁRIO /
OFICINA AFRO-
DIGITAL:**

**Interligando Acervos
da Cultura Afro-
Brasileira**

Dias 4, 5 e 6 de Dezembro

Biblioteca Central da UFPE

Recife-PE

ANEXO E – SÍNTESE TEMÁTICA DE INTRODUÇÃO À ENTREVISTA**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO****Mestranda: Valéria José Silva Santos****Orientador: Marcos Galindo Lima**

A presente pesquisa explora a realidade na qual o fenômeno social de gestão memorial em Pernambuco está circunscrito e tem como estudo de caso parte do acervo da Justiça do Trabalho de Pernambuco. A documentação institucional – processos trabalhistas – é um recurso de informação memorial de justificado valor histórico, todavia o consórcio tutor dessa massa documental (Arquivo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/ Universidade Federal de Pernambuco) enfrenta um conjunto de problemas tais como ausência de financiamento e sem interoperatividade, circunstância que termina por inviabilizar o acesso amplo, sem conseguir atender as demandas de uma clientela que o torne útil no senso memorial. O estudo enfoca o impacto deste fenômeno na formação de estoques de registros de interesse memorial e a ausência de políticas públicas para memória por parte do poder público. A pesquisa tem por objetivos conhecer, identificar, levantar, descobrir e qualificar o conjunto de processos sociais que ancorados em práticas custodialistas levam ao abandono os lugares de memória. Destarte, justifica-se pela necessidade de entender o porquê esse fenômeno social – custodial tradicionalista – tem recorrência – acontece quando não deveria acontecer. A estratégia de investigação está balizada na análise de conteúdo que por meio da concepção construtivista social dá sentido aos significados expostos nas fontes documentais e é corroborada pela abordagem sociocognitiva para contemplar a complexidade da realidade observada. O estudo adota como ferramenta metodológica a concepção de Sistemas Memoriais – mais especificamente da Rede Memorial Pernambuco - como categoria de trabalho para pensar estratégias às circunstâncias de um sistema em crise. A fundamentação teórica é constituída por discussões no âmbito da memória, instituição memorial, registro informacional, paradigma custodial. Está alicerçada na visão sistêmica que atua como instrumento lógico capaz de ampliar a visão do que subjaz ao fenômeno em análise. Implica, portanto, no ajuizamento da limitação de padrão e regra de visão de mundo adotadas na contemporaneidade e o vislumbre de outro, ou *novo modelo* de realidade teórica e prática, como saída à crise da memória.

ANEXO F - TRIBUNAIS UNIDOS PELA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO

Publicado em 15/10/2014 às 16h05 - Visualizações: 296

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) foi sede da reunião mensal do Comitê Gestor da Rede de Memória do Judiciário do Norte e Nordeste, na terça-feira (14). O encontro teve o objetivo de debater as ações do grupo, como a realização de eventos, a participação em fóruns e a busca por parcerias. A Rede de Memória foi criada para garantir a preservação do acervo histórico e processual do Judiciário brasileiro e é formado, além do TRT-PE, pela Justiça Federal, pelo Tribunal Regional Federal (TRF), pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e pelo Tribunal da Justiça de Pernambuco (TJPE).

Entre os projetos debatidos, ficou definido que o *blog* da Rede de Memória será lançado em novembro próximo, com a função de ser um canal para a troca de experiências entre os profissionais voltados à preservação do acervo jurídico do Brasil. Ainda durante a reunião, a Rede de Memória também definiu as apresentações do grupo no Encontro Nacional do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (MemoJutra), em Fortaleza (CE), entre 22 e 25 de outubro, e no 6º Fórum Nacional de Museus, em Belém (PA), entre 24 e 28 de novembro. Desembargadora Eneida Melo e a professora doutora Marcília Gama representarão a Rede de Memória do Judiciário e o TRT-PE no Encontro Nacional do MemoJutra.

A equipe do Memorial da Justiça de Pernambuco, que integra a Rede, também apresentou detalhes de evento a ser realizado em 4 e 5 de novembro, pela comemoração do Dia Nacional da Cultura. A programação completa será divulgada em breve. Participaram do encontro a desembargadora Eneida Melo e a gestora do Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco, a professora doutora Marcília Gama (TRT-PE); Maria José Alves, Mônica Pádua, Gabriela Severien, Anna Santoro e Carlos Amaral (TJPE); e Alexandre Albuquerque (Justiça Federal).

Texto: Francisco Shimada

Foto: Danilo Galvão